



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SEMAD/ASSOC - SE.COPAM - Assessoria de Órgãos Colegiados COPAM/MG

CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS

ATA DA 131ª REUNIÃO, REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2025

Em 19 de dezembro de 2025, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da SEMAD; Representantes do poder público: Marina Guimarães Silva Bitencourt, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Anamaria Burle Orlandine Andrade, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Alessandro de Oliveira Palhares, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Cícero Antônio Miranda Barbosa, da Agência Nacional de Mineração (ANM); Representantes da sociedade civil: Nathalia Luiza Fonseca Martins, do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg); Francisco de Assis Lafetá Couto, do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindiextra); Gustavo Bleme de Almeida, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Fernando Menezes Belchior, do Instituto de Direito Ambiental e Urbanístico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Idau-TAP); João Augusto Hilário, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 131ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Não houve comunicados. **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve comunicados. **5) EXAME DA ATA DA 130ª REUNIÃO.** Item retirado de pauta pela Presidência devido ao adiantado da hora, devendo retornar na próxima reunião. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Lembrando, senhores conselheiros e aqueles inscritos, eu estou retirando o item 5 de pauta, o exame da ata. Não vai haver prejuízo algum. Quando nós retornarmos na próxima reunião, em janeiro, nós fazemos em conjunto votação das duas atas. Lembrando que adiantei, naquele momento que o Sr. Sandoval disse que teria ausência de alguns pontos de fala, mas é porque, conforme Regimento Interno, ela é sucinta. Esta aqui (ata da 131ª reunião) estou solicitando a secretaria que faça a transcrição integral. Então nesta vai a fala de todos vocês.” **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA. 6.1) Viridis Mineração Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais metálicos, exceto minério de ferro; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a úmido; Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção; Pilhas de rejeito/estéril; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. Poços de Caldas/MG. PA/SLA/Nº 634/2025. ANMs: 007.737/1959, 009.031/1966, 830.927/2016 e 830.113/2006. Classe 6. Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR). Retirado de pauta em 28/11/2025. Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Transcrição integral. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nenhum dos processos vai para votação em bloco. Eu retorno então ao 6.1, Viridis Mineração Ltda. Você tem a pauta anterior só para eu ver a sequência do pedido de vista? Que aí eu passo a palavra... Então na sequência dos processos anteriores eu passo a palavra, caso queira apresentar o seu parecer de vista, para a Zeladoria do Planeta, pegando a sequência da pauta anterior.” Conselheiro Gustavo Bleme de Almeida/Zeladoria do Planeta: “Após análise da íntegra do processo, conforme já está apresentado também no nos relatórios, não temos divergência do parecer apresentado. A gente vai de acordo com o órgão.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Passo a palavra a Ciemg.” Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Ciemg: “Bom dia, presidente. Bom dia a todos. No relato de vista apresentado nenhuma divergência em relação ao que foi colocado pelo órgão ambiental. Somos favoráveis, de acordo com o parecer apresentado pelo órgão.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Obrigado. Sindiextra.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: “Bom dia novamente a todos. Também o parecer foi disponibilizado. Estamos de acordo com o Parecer Único da SEMAD e também concordamos com a com a inclusão de novas condicionantes dentro desse pedido. O processo foi retirado de pauta e retornou com acréscimo de algumas condicionantes, e estamos de acordo também com a inclusão dessas condicionantes junto a esse processo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Assim nós finalizamos com os conselheiros que pediram vista em relação a esse processo. Retorno a palavra ao Conselho. Algum conselheiro quer fazer algum destaque ou uso da palavra neste momento? Senão eu passo para os inscritos... Eu passo para os inscritos. Nós temos muitos inscritos tanto para o item 6.1 quanto o 6.2. Só para aqueles que se inscreveram terem a ciência mais ou menos da sua sequência de fala eu vou pedir para projetar os inscritos, e vocês podem fazer mais ou menos o cálculo caso precisem sair um pouco da reunião. São 5 minutos mais ou menos para cada inscrito... Os senhores têm a sequência dos inscritos, tirem uma foto, um print da tela... São 50 inscritos. Então o primeiro inscrito Sr. Daniel Tygel... Com a palavra, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” Daniel Tygel/Sociedade civil: “Em primeiro lugar, gostaria de agradecer pela concessão de fala e parabenizar pela grande quantidade de pessoas inscritas, que representam organizações, câmaras municipais de vários municípios da região. Gostaria de manifestar a minha surpresa com relação aos conselheiros e ao presidente de sequer terem manifestado o fato de que quatro recomendações foram exaradas, e no caso em tela, 6.1, duas recomendações no Ministério Público Federal foram exaradas e sequer foram consideradas ou citadas nas falas dos conselheiros e do presidente. O que nos deixa surpreso. Além do fato de que temos enviado e-mails para o conjunto de conselheiros, e nenhum conselheiro se dignou a responder à mensagem em que solicitávamos pelo fato de fato novo ter existido, que é a troca do Parecer Único e o acréscimo de relatório técnico, e haver a possibilidade do pedido de vista. Quero dizer que é uma vergonha esta composição do Conselho atuar dessa maneira absolutamente radical, ideológica, com claros desvios de finalidade na forma como tem se colocado. O que nos leva, infelizmente, ao modus operandi desta Comissão, desta Câmara Técnica e deste Conselho, que parece que é o seguinte: não há debate, não há uma discussão técnica qualificada, visto que o Parecer Único é um festival de irregularidades, ilegalidades, lacunas gravíssimas, técnicas e jurídicas, e isso não é discutido de maneira clara e transparente. Então o modus operandi deste Conselho o que é? É que a sociedade será obrigada, na nossa região do planalto vulcânico do Sul de Minas Gerais, a ingressar com processos de judicialização. O que é triste, porque esta Câmara Técnica deveria ser técnica, e nós percebemos que ela é uma câmara política. É absurdamente relevante e significativo o silêncio dos conselheiros, a passividade, o fato, por exemplo, da Ciemg e o Sindiextra não se declararem suspeitos, sendo que hoje com aprovação vai cair dinheiro na conta das entidades imediatamente pela filiação, pela relação com o setor industrial minerário. É uma questão absurda você ter um conselho com o mandato vencido. A gente vê pelos números dos processos que eles quase não têm andado, que a FEAM está andando só com esses processos praticamente, com claro interesse em realizar a aprovação, independente das lacunas. Uma ideia absolutamente equivocada de Licença Prévia. Dizer que a Licença Prévia não significa nada praticamente, já que todas as condicionantes foram jogadas para a Licença de Instalação, fazendo que hoje haverá a explosão dos valores. É um ato que se chama de lock-in jurídico. O que está sendo feito hoje é a ideia de fato consumado. Nós temos lacunas como não há sequer a formalização do pedido de outorga de uso insignificante, não há uma análise dos dois empreendimentos, que estão na mesma bacia hidrográfica, a 8 km um do outro; com relação ao uso de 10 milhões de litros de água por dia não há uma análise conjunta das implicações, não há diálogos com o Comitê de Bacia Hidrográfica, tudo vai para a Licença de Instalação. Isso é a geração de fato consumado que, para os acionistas, vai significar que hoje foi concedido o licenciamento ambiental. Não me venham com essa ideia de que depois poderá ser revogada. Infelizmente o que eu tenho visto aqui é uma vergonha, e os senhores conselheiros não sei como vão dormir com essa vergonha que estão apresentando. Quero falar a vocês, nenhum retornou nenhum e-mail enviado pela sociedade em que se solicitava uma análise criteriosa e técnica. Ninguém avaliou os pontos e lacunas que foram apresentados. O relatório de vista da Ciemg é ridículo, absolutamente ridículo, que não contempla nada, apenas o**

interesse na aprovação pelo seu interesse financeiro específico. Nós temos claramente a indicação de risco radiológico, o limite de isenção ultrapassado, por uma análise preliminar da ANSN, que já indicou a ultrapassagem de 10 becquerels por grama, que deixam claro que haverá a reclassificação depois do fato consumado. Estamos assistindo aqui a uma vergonha que está colocando em risco o futuro da nossa região, sendo ignorados câmaras municipais dos municípios, sendo ignorada a população, sendo ignorada a sociedade civil organizada, sendo ignorada a necessidade de um pedido de vista e retirada para que tenhamos segurança com relação a esses empreendimentos. Não há segurança alguma com relação a esses empreendimentos experimentais. E é uma vergonha esse Parecer Único, é uma vergonha a baixa qualidade técnica que ele apresentou. E para finalizar apenas, presidente, quero dizer o seguinte: nós não queríamos chegar a essa posição, nós queríamos que no ambiente do Estado de Minas Gerais nós tivéssemos funcionários qualificados e não cargos comissionados, que devem amém ao padrão, assinando como autores do Parecer Único. Quero falar aqui do respeito que eu tenho aos servidores, que são servidores de carreira. Se a gente ver, por exemplo, a nota técnica enviada pela URA Sul de Minas, que aponta as lacunas gravíssimas que existem no EIA e que não foram sanados no Parecer Único, não são sanadas nas condicionantes indicadas, o que me parece um festival de ilegalidades e irregularidades que nos coloca na obrigação enquanto sociedade a termos que judicializar. Não é o que queríamos. Eu só posso dizer uma coisa para vocês: vergonha. Deus está olhando os seus atos e julgará o que vocês estão fazendo. Muito obrigado, presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Daniel. Só esclarecendo ao Sr. Daniel e àqueles inscritos, recebi sim vários e-mails, inclusive a recomendação do Ministério Público. Qual o procedimento? As pessoas confundem muito a atuação do presidente em relação à análise do processo. Inclusive, eu já tive oportunidade de explicar, mais que uma vez aqui, qual é a função de quem preside uma reunião, conforme Deliberação Normativa COPAM 247, e os esclarecimentos em relação ao Decreto 48.707. A função do presidente é presidir a reunião, é procedural. Eu não tenho aqui a função de auditar processos que vêm a julgamento. Essa não é a minha função. A função de verificar legalidade ou falar em questão aos processos é daquele órgão que analisou: ou da URA, da URA respectiva, ou no caso da DGR. Eu recebi a recomendação, assim que eu recebi a recomendação do Ministério Público, o primeiro procedimento foi acusar o recebimento, informar ao Ministério Público Federal que eu recebi a recomendação e que a repassei ao Gabinete e à DGR, a diretoria de licenciamento ambiental responsável por aquela análise. Essa é a minha função. E eles que vão verificar a pertinência ou não. Se os senhores pegarem o artigo 29 da Deliberação Normativa COPAM 247, ela fala que o presidente pode retirar de ofício ou por fundamentação ou por requerimento de algum conselheiro. Então se os conselheiros que estão aqui não verificarem a necessidade da baixa em diligência ou da retirada do ponto de pauta, isso tem que ser fundamentado. E quem vai me prestar essa fundamentação é justamente quem analisou o processo. Eu passei a recomendação do Ministério Público àqueles e-mails que foram solicitados... E eu tive o cuidado de verificar isso, aqueles que a DGR não foi copiada, de passar para a DGR para ter ciência daquilo que foi solicitado ou daquilo que estava sendo comunicado a mim enquanto presidente. Todas essas questões foram levantadas. E aí eu até chamo os senhores, os inscritos, para participar também das outras reuniões. Participem das outras reuniões. Esta semana eu presidi CAP, CNR, CMI, CID, presidi quase todas as reuniões. Ontem nós tivemos uma situação muito semelhante, onde a entidade — eu posso falar, porque está gravado —, a Fiemg solicitando a baixa em diligência, retirada do ponto de pauta, que é pelo indeferimento de um empreendimento. Assistam lá, está gravado, está no YouTube. E qual foi a minha justificativa? Qual foi o meu procedimento idêntico a qualquer outra reunião que eu presidi? Solicitei primeiro a manifestação do órgão responsável pela análise e, pela fundamentação, eu mantive o processo em pauta. Se houvesse por parte do Conselho agora alguma solicitação de baixa em diligência e ou retirada do ponto de pauta, o meu procedimento seria idêntico ao de ontem e eu iria fazer aquilo que o órgão ambiental iria me recomendar, ou pela manutenção ou pela retirada, sem problema algum. Esse é o nosso procedimento nesta ou em qualquer outra reunião. O presidente não fala por si e sim pelo Estado. E quem dá fundamentação ao presidente, quem dá fundamentação ao Estado é aquele órgão responsável pela análise do processo. É essa a questão. Então recebi sim a recomendação do Ministério Público, dei ciência ao Ministério Público Federal do recebimento e repassei para quem de direito para dar a fundamentação para manutenção ou retirada do ponto de pauta. E o entendimento foi que permanecia o processo em pauta. E assim eu vou seguir sempre com os argumentos dados pelo Estado e por aquele órgão que analisou o processo. Chamo o próximo inscrito. Sr. Felipe Gomes. O senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra... Desculpa, desculpa, desculpa. Alguém me chamou aqui... Desculpa, Felipe. Pois não, Cícero. É porque estamos aqui no momento de ouvir os inscritos. Mas, por favor, seja breve.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Você expôs corretamente o seu trabalho, o nosso trabalho, presidente, mas pelo visto aqui o diálogo vai ser demorado. Então quero adiantar aqui alguns pontos ao Sr. Daniel Tygel, que acabou de falar. Ele fez algumas considerações que estão...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Cícero, me desculpa, desculpa interrompê-lo. É porque se eu parar para fazer esse debate entre cada inscrito e os senhores, a gente vai ficar aqui uma eternidade na discussão. Nós temos 50 inscritos.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Mas não é isso, não é isso. Isso aqui vai valer, inclusive, como orientação para que seja o mais profícuo o nosso diálogo. Vou ser breve, presidente. É o seguinte. Com relação a este e-mail que você recebeu e nós recebemos, inclusive, estou recebendo agora um conjunto de e-mails pedindo para tirar os itens de pauta etc. Mas nenhum desses e-mails aponta algum problema específico nem tampouco uma observação, alguma falha no estudo, nos estudos ambientais que foram feitos ou qualquer coisa do tipo que merecesse algum debate nosso aqui. São e-mails repetitivos, genéricos, que não trazem conteúdo para discutirmos aqui. Então o motivo de eu não ter respondido esses questionamentos é simplesmente por isso, por ausência de informação. Se os inscritos trouxerem pontos específicos dos estudos ambientais que mereçam algum debate, que mereçam alguma atenção, uma visita técnica, uma condicionante, nós vamos discutir aqui no final. Peço que os inscritos sejam bem objetivos e não façam como o Sr. Daniel Tygel, que apenas falou palavras de agressão acusando o Conselho de desvio de finalidade, de ser radical, de ser ideológico, que não é técnico etc. Que não façam isso, que tragam para nós os pontos que vocês acham importante. Então eu pergunto: quais são os problemas específicos do item de pauta? O que nos estudos ambientais não foi contemplado que merece atenção? Específicos. E aí a gente debate. E não vamos usar o tempo para agressões, vamos respeitar aqui. Em nome da Agência de Mineração, quero falar que minha atuação aqui é técnica, eu não recebo influência política nenhuma. Muito pelo contrário. A diretoria sempre dá total liberdade para fazer a representação. Então quero deixar esse pedido, tragam pontos específicos. Se tiverem pontos específicos, tragam que agora é o momento de debater. Nos e-mails que eu recebi, mais de 20, não tem nada disso.” Daniel Tygel/Sociedade civil: “Foi enviado por e-mail, Cícero. Eu vou reenviar agora as nove lacunas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Daniel, não passei a palavra para o senhor, por favor. Sr. Felipe, pois não, com a palavra.” Felipe Gomes/Sociedade civil: “Muito bom dia a todas, a todos. Eu sou Felipe Gomes, sou ex-servidor do Sisema, fui assessor da presidência da FEAM, trabalhei na Gerência de Mudanças Climáticas, trabalhei no licenciamento ambiental de grandes projetos de mineração que essa casa fez, em especial o da MMX, à época, na região do Serro. Tenho mestrado em sustentabilidade, hoje atuo enquanto assessor parlamentar da deputada federal Duda Salabert, quem eu também represento aqui neste momento. Primeiro ponto, eu gostaria de falar ao nobre colega Cícero, servidor federal assim como eu, que, Cícero, existem inúmeras lacunas. Não sei se você teve acesso às manifestações do Ministério Público Federal de Varginha e de Divinópolis, que apontam questões seríssimas. E eu vou trazer, e aí, conselheiros, tendo em vista a manifestação que fez a retirada de pauta, de ofício, da última reunião, a FEAM apresentou novos pareceres, novos pareceres foram apresentados, o que se configura fatos novos. Então, presidente, até gostaria que me respondesse isso, se isso são fatos novos, esses novos pareceres, que inclusive mudaram numeração e tiveram um anexo. Tinha dois itens para cada parecer: o parecer e um anexo, um relatório técnico. Se isso é fato novo. Porque se isso for fato novo aí eu chamo aqui o nobre colega recém-chegado ao Conselho, da Idau-TAP, Fernando Belchior. Fernando, você está aqui representando a sociedade civil. Nós temos um número significativo de inscritos da sociedade civil. E falo também ao nobre outro conselheiro da Zeladoria do Planeta, acho que é Gustavo, se eu não me engano, também representando a sociedade civil, para que peçam vista novamente. Porque o Regimento permite, no artigo 40, um novo pedido de vista caso tenhamos fatos novos. Então eu gostaria, ao final da minha fala, se pudesse orientar se existe essa possibilidade desse novo pedido de vista. E, se existir, conclamo os conselheiros de forma geral, inclusive o Cícero, da ANM, para a gente ir lá. Enquanto mandato da deputada federal, nós estivemos na ANSN, nós estivemos no Ibama para conversar e debater. E aí, Cícero, eu peço: peça vista novamente, para a gente agendar uma reunião do mandato da deputada, e o Daniel, que trouxe pontos técnicos verdadeiros aqui para a gente debater. E eu gostaria de trazer um ponto muito sério: no EIA, elaborado pela Cern, que é uma empresa citada no organograma, no manuscrito que foi apreendido no celular de Rodrigo Teixeira, delegado da Polícia Federal, preso no âmbito da Operação Rejeito, está lá citado o nome Cern. Eu não sei se é a mesma consultoria, mas está lá o nome do Nívio Tadeu, acho que é o Nívio Tadeu, se eu não me engano, que eu acho que é dono da empresa. Não estou aqui acusando nada de ninguém, só estou trazendo um fato, reportando um fato, só isso. Inclusive, esse documento da Polícia Federal está, inclusive, no ofício que mandamos para a ANSN. E a gente tem uma outra preocupação, a Meteoric recebeu uma Licença Prévia, uma licença de uma LAC1 para a planta piloto, assinada por Arthur Delfim, que foi preso, que está preso no âmbito da

Operação Rejeito. Ele está preso, ele continua preso. Fez três meses dois dias atrás. Então eu peço aos conselheiros para a gente se reunir e debater, porque no EIA, elaborado pela Cern, está claro, temos resultados acima de 10 becquerels. A norma da ANSN é clara. O que ela é clara, na verdade, que tem que ter o controle radiológico, no artigo 3. E no artigo 4, a norma da ANSN 4.01, no artigo 4, ela abre exceções para não fazer o controle radiológico, para ser declarada isenta. Só que para ser declarada isento, segundo o artigo 4, tem que ter três anos de medição e tem que ter a média anual abaixo de 10 becquerels, três anos de operação, de medição em operação. E as medições que foram feitas, que já deram resultados... Presidente, eu gostaria muito — eu tenho outros pontos — que me fosse concedido mais 1 minuto, bem como eu peço aos conselheiros os outros 5 minutos que o senhor pode, que podem ser votados e concedidos, segundo o Regimento. Eu gostaria de fazer esse pleito, se possível.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sim, Sr. Felipe. Eu ia justamente pedir licença ao senhor para questioná-lo se seria necessário. Cinco minutos adicionais para o Sr. Felipe. Os conselheiros que concordarem permaneçam como estão... Ok, Sr. Felipe, mais 5 minutos, mais 1 minuto pela Presidência: 6 minutos.” Felipe Gomes/Sociedade civil: “Muito obrigado. Agradeço. Então, nobres conselheiros, a resolução da ANSN é clara nesse ponto. Só que a ANSN, infelizmente, inclusive, nós a oficiamos através do mandato da Duda, Ofício 169/2025, falando deste ponto e pedindo que ela revisasse. E o próprio Ministério Público de Divinópolis, se eu não me engano, não, de Varginha, ele pede essa confirmação, está lá explícito. Pessoal, pode acontecer o mesmo que aconteceu na Mineração Serra Verde, em Goiás, que a ANSN também se posicionou pela isenção. E quando começou a operação os radionuclídeos elevaram o nível de radioatividade para cima de 10 becquerels. E o que aconteceu? Tiveram que firmar um termo de cooperação técnica com o Ibama, trazendo o licenciamento para o Ibama, mas aí não era mais licenciamento porque a licença já havia sido concedida. Então o caráter prévio, que é o que estamos analisando aqui neste ponto, é a Licença Prévia, não sei se é da Viridis ou Meteoric, mas tudo isso que eu estou dizendo vale para os dois, para Viridis e para a Meteoric. É para a Viridis, se eu não me engano agora. Estava acima. Aí tiveram que fazer só com o licenciamento ambiental, que na Lei Complementar 140, artigo 7º, se eu não me engano, inciso G, coloca que o licenciamento de empreendimentos com risco radiológico, com risco de radioatividade, é de competência da União. E sim é sabido dos senhores, tanto que é feita essa análise. Só que as análises que foram feitas e que subsidiaram o parecer da ANSN, até onde temos a informação, elas não contemplaram a integralidade do processo produtivo das empresas que vão fazer o beneficiamento. Elas extraem o mineral e lavam com uma solução ácida, que vai fazer a transferência dos elementos terras raras do mineral para um concentrado. E depois esse concentrado será beneficiado. Porém, o elemento que é utilizado para fazer essa lavagem, ele não é seletivo e ele arrasta o tório 232 e o urânio 238, elementos radioativos. E como você vai fazendo um circuito fechado de lavagem contínua, toda hora passando várias vezes, você vai cada vez mais levando mais elementos radioativos. E isso eleva o índice de radioatividade. E se você pega uma planta piloto, que foi inaugurada, ela não tem nenhum controle radiológico e está lá no centro de Poços de Caldas, correndo risco de colocar a população para a gente ter um novo céso 137 aqui no Brasil. Gente, é importante lembrar da UDC, Unidade de Descomissionamento de Caldas, da Indústria Nuclear Brasileira, Indústrias Nucleares Brasileiras. Que é uma planta construída na época da ditadura com graves erros ambientais, inclusive, que gera drenagem ácida e que tem material radioativo dentro da barragem. E é uma barragem construída, pessoal, na época da ditadura, sem técnica e que começou o processo descomissionamento. E vão colocar o empreendimento classe 6 ao lado. Estavam querendo passar dentro da unidade. A INB deu grito, não permitiu, a ANSN também não. Mas pode acontecer um colapso, e tem lá milhares de toneladas de rejeito radioativo dentro dessa barragem. Se eu não me engano, são 2.000, e tem mais acho que 12.000 toneladas de rejeito radioativo. Se eu não me engano, chama yellow cake. No que eles chamam de Carrefour lá, que é um grande... Aí eu chamo os conselheiros, vamos lá, vamos fazer uma visita técnica com a comunidade à luz desses fatos novos, vamos sentar com o Ministério Público, vamos fazer uma reunião pública com o Ministério Público Federal. Não tenho aqui procuração do Ministério Público para falar, a gente vai pleitear. Inclusive, ontem, a Dra. Flávia retornou o ofício que a oficiamos em relação a essa questão da classificação, da definição de competência, chamando para a reunião. E ela falou: ‘Olha, nós já oficiamos a FEAM pedindo a retirada de pauta.’ E aí eu e até a nossa deputada, a Duda, eu respondi em nome da Duda agradecendo, falando que não precisaria da reunião, e vamos ver como é que isso aqui vai se desdobrar. Então ela está, pelo menos estava ao mandato, eu acredito que a sociedade também, disponível para uma reunião. Vamos sentar lá, conselheiros. Nós temos recomendações do Ministério Público, conselheiros, pedindo a retirada de pauta. Não é brincadeira. Cícero, leia com carinho as duas recomendações do MPF, do Ministério Público Federal, uma autarquia federal, Cícero. Conselheiros, não vamos ser afoitos, não vai mudar nada. Esperar um mês a mais para voltar em janeiro para debater novamente ou talvez cheguem à conclusão que nós estamos certos nas nossas afirmações, que a competência é do Ibama, e a gente não matar o licenciamento ambiental. Porque essa definição ocorrer, como foi lá no caso de Caldas, só depois da operação, o licenciamento ambiental foi morto. O licenciamento ambiental é prévio. Este é um Conselho que está no escrutínio da população. Está todo mundo preocupado. Um conselheiro aqui foi alvo da Operação Rejeito, Cícero, a ANM teve um diretor preso, que está preso. A FEAM teve o ex-presidente preso. Ele está preso. Então, pessoal, não vamos deixar qualquer suspeita cair sobre este Conselho. Peçam vista novamente. Presidente, tem fundamento nisso que eu falei de um novo pedido de vista? Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Felipe. Correto, Sr. Felipe? Considerando que o parecer foi alterado com novas informações, trata-se de fato novo. Qualquer conselheiro pode pedir vista novamente de ambos os processos. Por isso que logo no início, quando eu li a pauta como um todo, eu questionei, eu até solicitei ao final de cada item que os conselheiros falassem se tinham algum destaque, incluindo nisso o pedido de vista. Por isso que eu até salientei essa questão. Próximo inscrito.” Felipe Gomes/Sociedade civil: “Os senhores ainda podem pedir vista.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sim, o pedido de vista pode ser realizado em qualquer momento, desde que eu não tenha iniciado o processo de votação. Então até iniciar o processo de votação o conselheiro pode pedir vista. Sra. Marcela Vieira, pois não, com a palavra. A senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” Marcela Vieira/Sociedade civil: “Olá, bom dia. Eu sou Marcela Vieira, sou editora de uma revista online chamada Revista Rosa. Eu sou de Poços de Caldas, morei muitos anos, recentemente, fora do país e voltei no início de 2025 e me deparei com a cidade já com uma grande malha urbana, sendo tomada por todos os morros e com a questão das terras raras sendo debatida. Que para mim era uma novidade, mas logo entendi do que se tratava. Eu vou fazer uma fala breve no sentido de tocar um pouco o coração de vocês, porque eu entendo que no nível da razão está mobilizada por outros interesses. Eu não vim aqui falar da viabilidade econômica ou da compensação ambiental. Eu vim falar daquilo que nenhum relatório de impacto consegue medir. Não sejamos ingênuos a ponto de pensar que existe uma paisagem natural. Toda paisagem é resultado de transformações humanas, sociais e econômicas. Mas há uma diferença radical entre transformação e ruptura, entre convivência e extração, entre habitar um território e tratá-lo como matéria descartável. Pensar na mineração de terras raras não é apenas pensar em água, trânsito, poluição química. Isso é um assunto absolutamente central. Mas é também pensar a longo prazo no que será impossível recuperar, no que deixará de ser transmitido não por falta de palavras, mas por ausência de forma da paisagem. Queria falar de um impacto que raramente aparece em forma de dados, mas não por isso é menos profundo: o impacto na paisagem como memória. Baudelaire, o poeta francês, escreveu que a forma de uma cidade muda mais rápido que os movimentos dos nossos corações. Essa frase nomeia algo difícil de explicar, a defasagem entre aquilo que vemos mudar e aquilo que ainda carregamos como referência íntima, quase sem perceber. A perda da paisagem é sutil, convivemos com ela quando vemos crescerem bairros sobre morros centrais e constitutivos da cidade. De repente, ao longo de anos, eles simplesmente desapareceram sem que nos dêssemos conta. Cresce a população, expande-se a malha urbana, mas ninguém diz perdemos um ou 2 mil nessas duas últimas décadas. Essa perda, no entanto, atua, ela é persistente e constante. A desfiguração da paisagem produz o deslocamento interno, quando aquilo que nos serviu de referência deixa de existir, algo em nós se desorganiza. É uma violência silenciosa que não atinge só o espaço, mas o imaginário. A paisagem não é cenário externo, ela é arquivo vivo. É por meio dela que nos orientamos, que construímos pertencimento, que reconhecemos o tempo, a infância, o caminho de casa, o horizonte que sempre esteve ali. Quando uma montanha é recortada, quando um relevo desaparece, não se perde apenas um bem natural, perde-se uma memória compartilhada, uma continuidade sensível. A paisagem é um elo silencioso entre gerações. Alterá-la irreversivelmente é quebrar esse elo sem consentimento. É impor um futuro empobrecido do ponto de vista sensível, simbólico e cultural. Defender a paisagem é, portanto, defender a memória. Não podemos cobrar dessas empresas que elas tenham essa sensibilidade, porque elas não têm nem essa referência. Mas defender a permanência da paisagem é um dever de quem é que vive e de quem essa memória pertence. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação da Sra. Marcela. Sr. José Edilberto, o senhor tem condições de se manifestar? O senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” José Edilberto da Silva Resende/Sociedade civil: “Bom dia a todos e todas. Após a fala da Marcela, minha fala foi alterada abruptamente. Faço uma reflexão com todos aqui. Escrevam aí Saturnino de Brito: quem foi Saturnino de Brito? Qual que é o papel de Saturnino de Brito no saneamento nacional? Ele em 1930 disse: ‘A área que está sendo implantada ou que será implantada, está sendo especulada e que será implantada a planta, ela é ponto sensível na paisagem de Poços de Caldas, reservatório hidrológico e está intimamente ligado com as fraturas geológicas da produção de água mineral de

Poços de Caldas.' Então não tem como escaparmos da história. E falando em história eu recomendo a vocês aqui o livro da Tania Malheiros, Cobaías da Radiação. A fala do Felipe foi muito importante, mas eu gostaria de reforçar o convite que fazemos na planta da INB aqui no planalto de Poços de Caldas, no município de Caldas. Agora, enquanto estamos falando, a barragem de Águas Claras está vertendo uma pluma, que é de conhecimento público, para o lado de Caldas, e uma parte da bacia de Águas Claras, que está totalmente assoreada, é de conhecimento da ANM. Por várias vezes, nós já solicitamos, via Associação Poços Sustentável, que eu falo neste momento aqui em nome da Associação Poços Sustentáveis, que acompanhem as visitas da ANM, do próprio Ibama, da própria Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico e tudo. Sequer a gente teve acesso aos relatórios, que posteriormente a gente tem acesso um ano ou dois anos depois. Isso preocupa muito porque a visão da sociedade civil aqui não é de obstruir nem tampouco impedir que os empreendimentos ocorram, da mesma forma que sejam mantidos os descomissionamentos, mas esse acompanhamento, essa visão é necessária, porque a obstrução desses processos leva a uma insegurança que poucas pessoas falam aqui. E aí quando a gente traz aqui um fato novo e um argumento da forma que foi colocado aqui, de todos os e-mails 'nenhum teve um fato novo'... Nos documentos, desde o início que estamos postando aqui e compartilhando com todos, já trazíamos lá no início precedentes da Supram Sul falando de indeferimento de processos de classe 2 e 3 com os mesmos fundamentos que estão sendo agora utilizados para a classe 6 e indeferindo. E o mais importante, conselheiros, leiam a documentação que a Associação Poços Sustentável compartilhou, lá já tem os precedentes. Ora, se já tem um precedente indeferindo, vamos analisar agora aqui então o convite para visitar o planalto, para conhecer o planalto, para entender a dinâmica. Isso eu reitero aqui agora. Então só reiterando a nossa manifestação, que eu compartilhei, inclusive, agora com vocês, basicamente é o seguinte. Vou citar os pontos e começar pelo primeiro ponto que determinamos, que é crucial. Nós temos aqui uma omissão relevante na manifestação do Codema Municipal de Poços de Caldas sobre ocupação do uso do solo. Ora, se os precedentes já indicam que o Codema deveria ser ouvido por classe 2 e 3, esse sequer passou pelo Codema. Então aqui é uma omissão relevante. Eu vou usar um vocabulário jurídico aqui que é a árvore do fruto proibido. Presidente, por favor, se puder conceder mais 1 minuto na minha fala, que eu já vou concluir rapidamente. São apenas quatro pontos, e aí eu vou na sequência para não tumultuar mais e nem monopolizar a minha fala aqui no sentido. Então vou ser bastante breve. Esse é um dos primeiros pontos. E o segundo ponto aqui: lacunas estruturais no relatório de impacto de meio ambiente do projeto Colossus e a repercussão territorial. Quando a gente fala lá no documento que foi compartilhado com a URA e reunimos com a própria URA, com os contratados do Sisema, nós colocamos esse ponto, nós temos que considerar o planalto e o entorno da caldeira vulcânica também. Estou falando do município de Águas da Prata, aqui do lado, a 4 km de Poços de Caldas e que já está no Estado de São Paulo. Essa competência, gente, é federal. O Ibama que tem que decidir sobre isso aqui, exatamente por todas implicações nesse aspecto quando falamos de geomorfologia e hidrografia do local. O diagnóstico é insuficiente dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. A nossa estação aqui mais próxima é uma em Belo Horizonte, e outra em Ribeirão Preto. A gente não tem estação de monitoramento subterrâneo. Ausência de avaliação de impactos cumulativos adequada, fragilidades no controle de rejeito e no uso de insumos químicos. Se eu tenho uma camada de 40 m que vai ser retornada para a cava após o processo de lixiviação, se as fraturas geológicas estão abaixo, aí aquela camada de 40 que vai ser compactada, como que a água vai percolar e permear se uma camada vai estar de argila compactada e com o sulfato de amônio ali? Essas são as deficiências que estão no documento que eu compartilhei com vocês agora. Novamente, se aplica ao Projeto Caldeira também e com um agravante por causa da própria INB. Convido vocês a acessarem o documento da INB, que já tem um mapeamento de 37 km de fraturas geológicas. É onde que estão vertendo... Estou encerrando." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Me desculpa interrompê-lo, mas o senhor falou 5 minutos, eu já dei mais 1 minuto pela Presidência. Se o senhor precisar de mais tempo, eu tenho que colocar em votação. O senhor precisa de tempo adicional?" José Edilberto da Silva Resende/Sociedade civil: "Um tempo adicional, eu já vou concluir rapidamente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Só colocar aqui, porque eu tenho que colocar conforme o Regimento. Os conselheiros que concordarem com o tempo adicional ao Sr. José por 5 minutos permaneçam como estão. Ok, Sr. José, mais 5 minutos." José Edilberto da Silva Resende/Sociedade civil: "Eu que agradeço a atenção e a deferência. Então quando a gente fala de 37 km de fratura, já de um estudo contratado, que deve terminar em 2028 agora, o estudo desse mapeamento, nós estamos falando de uma coisa que está acontecendo agora, hidrograficamente, desse conhecimento que a gente não conhece ainda a repercussão de todo o impacto cumulativo na região. O rebaixamento dos aquíferos passivos geoquímicos, radiológicos, que o Felipe já falou aí, dos radionuclídeos, supressão concomitante de nascentes e ecossistemas associados. Gente, Saturnino de Brito já falou: área sensível, sensível, onde está ali a planta, o futuro da planta. E é isso. Conclusão final. À luz dos precedentes administrativos, que eu já citei, a ausência de manifestação obrigatória do município, o Codema tem que passar, o município de Caldas debateu sobre isso, depois sequer foi discutido isso lá, tanto para os dois projetos, e a sensibilidade do planalto de Poços de Caldas. Então aqui eu invoco mais uma vez o deslocamento da competência, reitero o convite e agradeço a atenção mais uma vez e, principalmente, da sociedade civil que está inscrita aqui junto conosco. A Associação Poços Sustentável agradece a oportunidade mais uma vez, e permanecemos à disposição." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a participação do Sr. José. Próximo inscrito. Sra. Lucinda, a senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra." Lucinda Noronha/Sociedade civil: "Bom dia a todos e a todas, cumprimento todos os conselheiros, cumprimento o presidente e todos que nos acompanham nessa luta aqui da estância hidromineral de Águas da Prata. Sou vereadora de lá, e por que eu faço questão de reforçar esse nome? Nós somos uma estância hidromineral que há 150 anos mineramos água. Nós vivemos da mineração de água. Então é no mínimo conflitante que se minere qualquer outra coisa que não seja água em nosso município. E eu queria aqui questionar o fato de o presidente da ANM ter falado que o que a gente apresentou foi mais do mesmo. Será que ele leu realmente todos os meus questionamentos? Primeiro, uma estância hidromineral é incompatível com expressões como nascentes suprimidas, canalização controlada, drenagem de cavas, bombeamento. Uma outra questão envolve sim o licenciamento ambiental, e até agora nós não tivemos respostas, nós não tivemos dados concretos para isso. Estudo de impacto ambiental do projeto Colossus, da empresa Viridis, restringe a análise às áreas da fase 1, localizadas em Minas Gerais. Só que, no entanto, o próprio estudo reconhece perfurações numa área que é denominada Capão da Onça e que se localiza no município de Águas da Prata, Estado de São Paulo. Então, se esse projeto envolve território paulista, por que até agora, por qual razão esse licenciamento está sendo conduzido exclusivamente por um órgão ambiental de Minas Gerais? Até agora não tivemos resposta. A situação contraria a Resolução 237 do Conama, que estabelece competência federal para empreendimentos que ultrapassam divisas estaduais. Então já solicitei ao Ibama, já solicitei ao Ministério Público Federal que avalie essa irregularidade. Não tendo essa resposta ainda, reforço o meu pedido de vista. Nós também temos ali no Capão da Onça uma área remanescente de Mata Atlântica com fragmentos de Floresta Montana próximo ao Parque Estadual de Águas da Prata. Então dentro da sua zona de amortecimento. O EIA afirma que o projeto não irá captar água em cursos de águas que atravessam ou tangenciam unidades de conservação, mas como que podemos garantir isso se essas perfurações ocorrem a menos de 3 km de cachoeiras e de nossas áreas protegidas? Também não tivemos essas respostas. O nosso município, como eu já disse, é composto por importantes áreas remanescentes da Mata Atlântica, Cerrado também e também Campos de Altitude. Então ele forma um mosaico ecológico de enorme relevância ambiental e turística. Então é justamente por isso que o poder legislativo, aqui eu representando e junto com os nossos secretários, o nosso secretário de meio ambiente, já enviamos, inclusive, um pedido de assistência à Fundação SOS Mata Atlântica, que se disponibilizou a trabalhar conosco num plano atualizado municipal da Mata Atlântica, inclusive no nosso plano diretor, que eu acho que vai ter um grande respaldo em relação à mineração de terras raras que se aproxima de Águas da Prata. Nós também temos uma ausência de padrões internacionais que não foram respondidos. Então na incerteza temos que privilegiar o princípio da precaução. O setor de terras raras é complexo, e a Hair Earth Industry Association afirma que não existe hoje metodologia consolidada para analisar o ciclo de vida de mineração de terras raras em argilas. E o EIA não apresenta referências e padrões... Ou a protocolos internacionais de sustentabilidade. Além disso, temos o risco à água, áreas de mineração desse tipo podem gerar alteração química do solo e da água com acúmulo de substâncias tóxicas. Hoje eu estou aqui numa conferência, na etapa estadual de uma terceira Conferência Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com uma grande preocupação trazida pelos nossos produtores rurais que terão as suas atividades comprometidas diante dessa mineração de alto impacto em nossas terras. E novamente, diante das incertezas, eu reforço aqui, nós precisamos privilegiar o princípio da precaução, porque quando existe dúvidas científicas que até agora não foram esclarecidas a gente tem que decidir em favor da natureza e da vida. É isso. Muito obrigada." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a manifestação de vossa excelência. Próximo inscrito. Sr. Lucas Turbiani... Com a palavra, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados." Lucas Turbiani Pereira dos Santos/Sociedade civil: "Gostaria de desejar um bom dia a todos e todas presentes, aos inscritos e aos conselheiros e ao presidente. E eu gostaria de endossar, de reforçar as falas anteriores dos inscritos. Eu moro em Águas da Prata, mesmo município da qual a Lucinda é vereadora, e a gente não está em Minas Gerais, mas a gente está na zona da caldeira vulcânica. E existem, como foi colocado, diversos problemas e fatos novos, inclusive, a respeito daquilo que foi dito

pelo Venício, se eu não me engano. Existem riscos ambientais sérios, existem riscos radioativos relacionados ao projeto. Existe — aquilo que foi dito pela editora da Revista Rosa —, a possibilidade de destruição da paisagem. Então existe um impacto afetivo também nesse empreendimento. Nós não somos especificamente contrários à mineração, mas uma mineração dessa proporção e desse jeito, e da maneira como as coisas estão feitas, sem as garantias ambientais, que são sérias, são riscos, eu vou reforçar, são riscos de contaminação por elementos que têm radiação, são riscos, como a Lucinda colocou, com relação a matas que já estão, de certa maneira, paisagens naturais já estão sendo ameaçadas, a Mata Atlântica, o Cerrado, por exemplo. E como foi colocado o fato novo eu gostaria de fazer um apelo sincero, de fato, aos conselheiros e que pegam vista. Não tem por que atropelar um processo que pode causar tanto dano a diversas pessoas, não tem por que você permitir uma mineração desse tipo, com todos os riscos, sem levar em consideração de fato os riscos da saúde, os riscos ambientais. E sem contar também com a participação da população do Estado de São Paulo. Afinal de contas, a mineração em Poços de Caldas, por exemplo, irá afetar os municípios de São Paulo, há riscos de afetar Águas da Prata, há riscos de afetar Caconde, tem a possibilidade de a poeira se espalhar. O Daniel citou a grande quantidade de água que será utilizada pela mineradora. Isso afeta o abastecimento, pode afetar o abastecimento da cidade, pode afetar também a produção agrícola, como a Lucinda falou. E sem contar que, especificamente na nossa cidade, e em Poços também, seriam instâncias hidrominerais. Então um empreendimento desse tipo, numa região que é produtora de água, pode afetar drasticamente a economia, o meio ambiente da nossa região. Então por isso eu gostaria de falar mais uma vez da necessidade de pedir vista desse processo, para que tenha os estudos adequados, para que tenha os estudos ambientais, os impactos à saúde. E também que seja considerada uma escuta da população, afinal de contas, pode afetar também a paisagem natural das cidades. E eu acho que isso também tem que ser levado em consideração. Da minha parte era só isso mesmo, era só um pedido mesmo para que vocês pedissem vista e tirassem esse parecer agora.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Lucas. Lembrando que nós estamos aqui num processo de debate, de escuta e, posteriormente ao debate, nós temos também os inscritos da empresa, que vai poder também esclarecer os pontos que estão sendo levantados aqui pelos senhores, pontos e dúvidas. Assim como também, posteriormente, por óbvio, abrirei a palavra à equipe que analisou o processo. Na sequência... Sr. Odair Rangel.” Odair Rangel/Sociedade civil: “Bom dia, senhor presidente e bom dia a todos... Eu sou ex-morador de Poços de Caldas, sou um admirador da cidade, e todo mundo sabe o que é Poços de Caldas, essa beleza toda natural e essa coisa assim magnífica mesmo. E começamos a ouvir pessoas que estão mais por dentro dos detalhes, mais inteirados do assunto, e notamos que praticamente entram em pânico assim com a situação que acontece, parece que ficam meio que desesperados em ver que a coisa tem chance de avançar e tentam fazer de tudo para travar isso. Isso não acontece só na questão de Poços de Caldas, é o aquecimento global, é tudo. As pessoas de bem entram em pânico, e é muito difícil de parar esse avanço, do crescimento da humanidade, exploração e ecologia e o planeta. Mas aqui eu vou ser breve, eu queria só dizer assim: a maior preocupação tem que ser sempre, e o objetivo também deve ser não liberar a exploração simplesmente com vista a interesses particulares e de lucro pessoal e rápido, como sempre foi feito na história do Brasil e no mundo todo, na verdade. Não é só no Brasil. A gente tem mania de falar às vezes é no Brasil só que acontece, mas não é, é muito mais complexo. Não explorar terras é simplesmente impossível, infelizmente. E já que tem que ser que seja com objetivo de engrandecer a economia de modo que traga divisas a serem usadas para melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Já que isso não pode separado, pelo menos que seja feito com consciência e com respeito e dignidade e manter isso nas mãos do Brasil e não só entregar as nossas riquezas de graça para os exploradores, vamos dizer assim. E tentar evitar a destruição de matas e recursos biológicos. Tentar fazer isso da melhor maneira possível. Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação do Sr. Odair. Próximo inscrito. Cleo Martins... Desculpa interrompê-la, só alertando, a senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” Cleo Martins/Sociedade civil: “Muito obrigada. Muito bom dia a todos. Eu acho que é importante salientar que nós que estamos aqui presentes para manifestar a nossa contrariedade a todo esse processo não somos contrários ao desenvolvimento tanto da região como do Brasil, mas a forma atropelada, a forma como está sendo conduzido, passando por cima dos processos de licenciamento, desconsiderando todas, absolutamente todas as condições de vida, isso é que não pode seguir dessa maneira. Essas terras raras sempre existiram. E por que agora precisa ser explorada de ontem para hoje? Por que precisa de ser explorada por empresas que são startups? E são processos que ninguém conhece ainda quais são os efeitos... Nós não somos contrários a esse avanço, mas a forma como está sendo conduzido é que não pode ser, não pode ser porque isso vai representar... O Felipe Gomes teve uma fala muito boa com tudo que ele apontou, e depois também o José Edilberto. Ainda assim, como houve uma pessoa, que agora eu não me lembro o nome dele, que após a fala do Daniel disse que não havíamos apontado nada, então o e-mail que foi enviado para vocês eu coloquei aqui os pontos e vou fazer a leitura deles, porque são tantas, daria para enumerar muito mais do que está aqui. Mas como o nosso tempo é pouco e também ficar falando sempre sobre o mesmo, então eu acho que é importante só citar quais são esses pontos. E uma vez mais: nós não somos contrários e nós não queremos afastar todo o crescimento do território, mas que esse crescimento seja para o território, seja para brasileiros e não traga consequências graves para todas as pessoas dessa região. E não só dessa região, porque depois as águas serão contaminadas também dentro do Estado de São Paulo. A água que é fornecida para São Paulo, para Campinas, para Ribeirão Preto também vai ser afetada. Então eu acho que é incrível como que vocês podem colocar que não houve fatos novos. Só os fatos que haviam já eram suficientes. Como esse processo pode continuar ainda em andamento com todas essas irregularidades? Então os pontos, primeiro, a violação legal por ausência de formalização de outorga de uso insignificante da água junto ao IGAM. Segundo, a nulidade por vício de competência na autoria do parecer, violação constitucional. Terceiro, violação legal por omissão de alternativas tecnológicas de menor impacto eletrocinética. 4. risco de concentração de material radioativo e incompetência estadual. 5. falta de estudos de consequências e alteração do pH da argila e risco de lixiviação ácida. 6. falta de análise de impactos cumulativos e sinérgicos, Projeto Caldeira e Meteoric; Projeto de descomissionamento da INB. 7. risco à segurança aeroportuária, zona de proteção do aeródromo. 8. impactos severos na área urbana consolidada, hospital e escolas. 9. violação legal por ausência de aprovação pela ANM da substância terras raras nos processos minerários. Então aqui são só nove, só um título de cada um deles, mas no e-mail está tudo muito detalhado. Houve aqui algumas falhas na minha leitura, mas vocês podem ler isso com calma dentro dos e-mails de vocês, ler todo o material. E mais uma vez, anteriormente a essa nossa segunda reunião, na primeira, tudo que havia sido apontado ali já era mais do que suficiente para parar todo esse processo, parar e começar sim com muitos estudos, com muita cautela. E não precisa ser explorado amanhã, nós temos toda a vida para fazer essa exploração, uma exploração que não seja predatória. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da Sra. Cleo. Próximo inscrito. Maria Antônia, com a palavra. A senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” Maria Antônia Muniz Barreto/Sociedade civil: “Bom dia. Eu agradeço a oportunidade para participação. Meu nome é Maria Antônia, eu sou presidente da Ampara, que é a Sociedade Amigos do Parque das Águas, moro em Caxambu. E a gente faz parte de uma região do Sul de Minas e também São Paulo que a sustentabilidade depende das águas minerais. Então somos uma região de estâncias hidrominerais. Então vou me focar nisso. Endosso as palavras do Felipe, da Lucinda, da Marcela Vieira, do Daniel, de todos que falaram e que embasaram muito bem com os detalhes mais específicos dos impactos e do aqodamento desse processo de licenciamento. E queria apelar para os senhores conselheiros, apelar de coração, porque a nossa região depende, a sustentabilidade da nossa região depende da água. Então a água, além do abastecimento, a gente tem uma característica muito especial que a ANM conhece muito bem, que são as águas minerais, que são águas subterrâneas. E águas subterrâneas é um departamento à parte, você não tem limitações objetivas. Então imaginem uma quantidade enorme, uma cava e uma quantidade enorme de terra que volta para uma cava, com produtos químicos que vão ser compactados, que vão lixiviar, vão percolar para o subsolo. Imaginem a possibilidade de contaminação, de comprometimento dessas águas minerais, minha gente. Estamos vivendo um momento em que tudo está mudando, o ambiente está sendo ameaçado por essas mudanças todas que estamos vivendo em termos de clima, em termos de mudanças climáticas. Que nem sabemos exatamente onde é que vai chegar. Então toda a cautela, como foi dito ali acho que foi pela Lucinda, o princípio da cautela. A gente não pode fazer uma coisa aqodada a esse nível. Precisamos debater mais, estudar mais, entender melhor os impactos. E nesse sentido eu chamo a responsabilidade desses conselheiros. O que a gente está fazendo com o planeta, o que a gente está fazendo com o nosso meio ambiente? Será que vamos ter possibilidade de reversão de algumas atitudes? Será que temos dimensão do que isso pode causar? Em prol de quê? Em prol de desenvolvimentismo bélico, de desenvolvimentismo desenfreado, de objetos, de coisas que, na verdade, nós não dependemos deles para viver? Dependemos sim de água, dependemos da biodiversidade, da interação entre todos os seres. Precisamos de um planeta sustentável para que tenhamos sustentabilidade de vida. Então é claro que eu estou colocando num âmbito maior, mas os pontos específicos já foram colocados. Por que não debater? Por que não estudar melhor? Por que não fazer um pedido de vista? Por que o aqodamento, a que interesses está sendo cumprido esse aqodamento? A gente precisa refletir. A responsabilidade que a gente tem no momento vai atingir gerações futuras, vai atingir filhos, netos, bisnetos, enfim, a gente precisa pensar nisso. Qual o papel de quem está como conselheiro do COPAM hoje? E uma

coisa que me assusta, a água, a gente faz parte do Comitê de Bacia do Grande, isso não está sendo considerado. Vai ser considerado depois de uma Licença Prévia? Meu Deus, que inversão é essa? A gente precisa considerar essa possibilidade relativa à água, a água como um todo e as águas minerais especificamente, de forma prévia, antes. Porque depois que a gente tiver algum tipo de impacto maior sobre isso a gente está inviabilizando a sustentabilidade de toda uma região. Então, gente, pelo amor de Deus, é apelo mesmo, apelo à consciência, apelo à responsabilidade. Os motivos são inúmeros. São inúmeros, já foram colocados. Apesar de a ANM ter vindo aqui dizer que não tem motivos específicos. Ainda mais a ANM que sabe, tem consciência de que as estâncias hidrominerais vivem a partir das suas águas minerais. Então, meu Deus, empresas Australianas com interesse sabe Deus de que nível. Como foi dito não sei se foi a Lucinda ou a Marcela, são startups. A gente não sabe nem onde isso vai chegar exatamente. Os impactos e as consequências disso, gente, eles vão fugir das nossas mãos. O momento de ter alguma influência é agora, porque depois já era. Depois toma um caminho que ninguém mais segura. Ninguém mais segura. E a gente já foi tão impactado anos e anos a fio por explorações. Minas Gerais está cheia de ferida, as montanhas de Minas estão completamente machucadas. E a gente vai continuar com esse objetivo fútil? Me parece fútil perante a vida. Bota na balança: de um lado a gente... Mais 5 minutos, por favor.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou colocar em votação mais 5 minutos à Sra. Maria Antônia. Os conselheiros que concordaram permaneçam como estão. Ok. Mais 5 minutos adicionais.” Maria Antônia Muniz Barreto/Sociedade civil: “Muito obrigada a todos. Então eu acho que precisamos aproveitar a oportunidade de se manifestar, de fazer alguma diferença nesse processo, no sentido de que ele seja mais cauteloso, de que a gente possa exercer o princípio da cautela. Através de quê? De melhores estudos, de maiores debates, de análise de impactos, dos impactos que são cumulativos junto com os resíduos lá da INB e os dois projetos. Então isso não pode ser considerado individualmente. A gente tem que olhar o todo. A natureza, o meio ambiente é um todo, as fronteiras não são delimitadas, principalmente no que diz respeito a águas subterrâneas. É claro que eu estou considerando também todos os outros impactos para as comunidades, para a sustentabilidade econômica de muitos que já têm seus empreendimentos, que provavelmente vão ser influenciados. Mas eu estou querendo focar naquilo que caracteriza a nossa região, que nos dá identidade histórica, como a Marcela muito bem falou, da nossa paisagem. Nós somos uma região turística. Como é que fica uma região turística toda machucada, toda deteriorada? Como é que vai ficar a sustentabilidade disso? E além do mais as águas minerais têm uma característica físico-química especial, elas são curativas, muitos conhecem, muitos se beneficiam e se beneficiaram ao longo do tempo dessas águas minerais. Então nós vamos botar para jogo tudo isso? Em prol de quê? Vamos botar na balança, vamos fazer um comparativo, vamos analisar com o coração, com a razão e com o cuidado necessário que a natureza merece, que a sustentabilidade de nossa vida e de todos os seres merece com responsabilidade. É a oportunidade que a gente tem. Então, mais uma vez, o apelo aos conselheiros. E também invoco aqui a DN do COPAM 247, artigos 37 e 40, para que se possa considerar o pedido de vista, para que se possa considerar maiores debates, maiores cuidados em relação a todos os aspectos e que se possa analisar também em nível de Comitê de Bacia. O Comitê de Bacia do Grande é um comitê federal. Por que isso? Também reitero a colocação acho que da Lucinda: por que isso está sendo analisado por Minas Gerais? A gente precisa de um debate maior, a gente precisa considerar mais amplitude nisso, porque o impacto vai ser muito maior. O impacto vai atingir não só Minas Gerais, mas São Paulo também e todos. Porque quem se beneficia, por exemplo, dessas águas minerais não está limitado a Minas Gerais. Nós temos aqui na nossa região turistas de todo canto, e a sustentabilidade econômica é baseada no turismo. Imaginem tudo isso junto. Considerem tudo isso junto. O meio ambiente é um todo. As águas dependem desse todo. Não podemos sair fazendo qualquer coisa. Açodadamente. Muito obrigada. É um apelo de coração para que todos reconsiderem e possam colocar o pedido de vista. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a Sra. Maria Antônia pela participação. Só esclarecendo, o pedido de vista é uma questão regimental. De forma diferente da baixa em diligência ou da retirada do ponto de pauta, onde tem uma avaliação por parte do presidente. O pedido de vista não, pedido de vista é feito pelo conselheiro, aí nenhum presidente tem a possibilidade de impedir esse pedido de vista. Ele é regimental. Pede-se vista, justifica, o processo sai de discussão. Próximo inscrito. Werymehe. Pois não, Sra. Werymehe, a senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” Werymehe Alves/Sociedade civil: “Bom dia... Gente, primeiro eu vou me apresentar. Eu me chamo Werymehe, eu sou indígena do povo Pataxó. Meu território reside no Centro-Oeste Mineiro, no município de Itapeçerica. E também estou aqui hoje representando o mandato da deputada federal Célia Xakriabá. Não sei se vocês conhecem, mas Célia Xakriabá é a primeira indígena eleita pelo Estado de Minas Gerais e hoje dentro do Congresso Nacional ela é uma das lideranças que vêm fazendo a defesa do meio ambiente, porque nós enquanto indígenas entendemos a importância de defender, porque nós também somos meio ambiente. E hoje ela no Congresso é membro da Comissão da Amazônia, Povos Originários e Tradicionais e também é membro da Comissão Externa da Barragem de Brumadinho e Mariana. Muito bom estar aqui hoje com vocês, senhor presidente, conselheiros. Eu acho que é importante a gente trazer o histórico que temos com os empreendimentos no Estado de Minas Gerais, que para nós, povos indígenas e comunidades tradicionais, é de perda. E mais uma vez estamos aqui por um chamado, por um chamado que é ancestral, mas também que é humanitário. O pessoal, os movimentos ambientalistas, os povos e comunidades tradicionais, a população do Sul de Minas nos convocou para mais uma vez estarmos aqui em diálogo com vocês para entender como que podemos fazer mais uma vez e como que está sendo conduzido esse empreendimento de terras raras. E nós, povos indígenas, viemos sempre falando e afirmando os riscos que os empreendimentos vêm trazendo aos nossos direitos. Direito à água, direito à saúde pública, direito aos biomas, os direitos aos povos e comunidades tradicionais. E a gente tem exemplo para isso. A gente tem exemplos que foram extremamente dolorosos para nosso povo. O povo Krenak, que foi impactado pela barragem de Mariana, fala que perdeu a sua identidade cultural quando se matou o rio Watu. Então é importante trazer esses relatos. E também importante afirmar a consulta prévia, livre e informada, que está garantida pela Convenção 169 da OIT. Então, senhor presidente, conselheiros, a gente mais uma vez vem falando: quem são os primeiros impactados pelos empreendimentos? Somos nós, os povos indígenas e comunidades tradicionais. Os impactos, os danos espirituais aos nossos mais velhos. E a gente sempre fala que todo mundo aqui tem mãe, todo mundo tem casa, e a gente sempre fala que a relação que temos com o território, com meio ambiente é esse. E nós não vamos ter outro lugar para a gente ir embora. Então precisamos ouvir o chamado, e o chamado de hoje é humanitário, porque não é só Minas Gerais que está sentindo, o mundo sente hoje a crise climática, estamos sentindo na pele o que ela está fazendo, mas que não é culpa do meio ambiente, é culpa de quem vai lá e mexe em coisas que não devem. Como a gente sempre fala que o futuro é ancestral, aqui ninguém vai ter ex-mãe. E temos que afirmar que não vai ter ex-Minas Gerais. Então, gente, hoje nós estamos aqui porque entendemos que o diálogo é importante e que vamos precisar ter o meio ambiente do lado da gente. Então enquanto uma mulher indígena do bioma do Cerrado do Estado de Minas Gerais a gente entende quanto é importante dialogar e entender o que queremos para o nosso futuro e entender que somos a única geração que vai guardar e ser guardião para o futuro das próximas gerações do mundo. Muito obrigada, gente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da senhora. Próximo inscrito. Sra. Verônica Viana, a senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” Verônica Viana/Sociedade civil: “Bom dia, presidente. Bom dia, conselheiros. Bom dia a todos os membros da sociedade civil. Também componho o mandato da deputada federal Célia Xakriabá. Como a Werymehe trouxe, a primeira indígena eleita e única indígena aldeada do Congresso Nacional. A gente também fez uma série de questionamentos, tanto aos órgãos estaduais quanto aos órgãos federais, nesse entendimento de que o impacto e o dano previsto de fato precisam de mais cautela, precaução e tempo de análise. Trata-se de um projeto nível 6. Já trouxemos vários elementos, estamos falando de resíduo nuclear, de impactos profundos da bacia hidrográfica, a gente está falando de uma região que tem quatro territórios indígenas e um território quilombola, pelo menos mapeado até o momento. Enfim, então a gente precisa desse tempo. A gente sabe que as terras raras instauraram no país uma corrida, e essa corrida tem destinatário certo, é um processo que aprofunda as divergências territoriais, a guerra territorial, os conflitos internos dos povos e comunidades tradicionais. É o impacto direto à vizinhança, aos moradores, enfim. E acho que um pouco da representatividade desta reunião traz isso. É dessa arquitetura de exceção que se instaura toda vez que falamos de terras raras, enfim, elementos técnicos não faltam, mas parece que esses elementos técnicos não são ouvidos, analisados, percebidos. Porque instaurou no país uma arquitetura de exceção, e é por causa disso que a deputada federal Célia Xakriabá entrou com uma ADPF, que é a ADPF 1279, que é justamente para que consigamos debater no Brasil essa arquitetura jurídica das terras raras. Nós vemos com muita preocupação o fato de as recomendações do MPF estarem sendo ignoradas ou não respondidas de forma satisfatória. E isso coloco nas falas do próprio MPF, que coloca que expediram novas recomendações no dia 16 por entender que as recomendações e a estratégia de adicionar condicionantes não era suficiente. É isso, nós temos uma sociedade de risco, já foi colocado, a dúvida é não. E aí é muito interessante porque parece que estamos trabalhando e debatendo nesta reunião tópicos, artigos de lei, papel, ofício. A gente está debatendo de fato a vida, não é um debate frio, é um debate de resistência. E trazer isso a partir da voz dos povos e comunidades tradicionais, de mandato indígena, a gente acha que é essencial, fazer um debate do que de fato está sendo colocado aqui. Acho que todos e todas que estão nesta reunião carregam hoje uma responsabilidade muito grande, que é a responsabilidade de poder atestar que vocês estão atestando hoje que

peças não serão mortas nesse processo, que um território, que cidades não serão mortas nesse processo. É o que cada um e cada uma, e isso tem um peso histórico, vocês trazem uma afirmação. De fato, cada um desses conselheiros que aqui estão prestes a aprovar uma Licença Prévia conseguem assumir por conta e risco que esse empreendimento é seguro? O que todos os técnicos, especialistas, instituições da sociedade, instituições de Justiça e membros da sociedade civil estão colocando é: não conseguimos atestar que esse empreendimento é seguro, e a gente não quer colocar as nossas vidas como condicionante no fim, como a última fronteira para o lucro e a última fronteira para exploração das terras raras. E é isso que a gente coloca, o pedido de vista é um pedido, vamos juntos debater, analisar com mais cautela os documentos técnicos apresentados aqui neste momento. Enfim, nós precisamos disso para que consigamos de fato aprovar essa licença. E esse é o pedido de todo mundo que está aqui, são mais de 50 inscrições com essa mesma voz, com esse mesmo apelo. E a gente reforça, eu acho que vocês, enquanto conselheiros, não perdem nada garantindo o pedido de vista, garantindo tempo de análise, garantindo que os ofícios, os requerimentos que a gente fez em nível federal sejam respondidos, para que a gente consiga fazer um debate adequado, qualificado. Então é esse o pedido. Estamos quase no final do ano, então vamos possibilitar que exista um debate real e que a gente não coloque em risco a vida da população de Poços de Caldas. E para além disso a gente trouxe aqui outras localidades. Então esse é o nosso pedido. É isso. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação da Sra. Verônica. Próximo inscrito. Sra. Fernanda Tomaz está na sala? Está travado, a imagem está congelada. Vou chamar o próximo. Parece que travou a imagem da Sra. Fernanda. Chamar a próxima. Depois eu retorno a ela. Próximo. Helena Sasserón... Dalva Sasserón. Sra. Dalva. Pois não, com a palavra. A senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” Dalva Sasserón/Sociedade civil: “Eu sou Dalva, sou engenheira agrônoma aqui de Andradás, Sul de Minas. Estou falando aqui como técnica na questão de segurança alimentar, estou falando aqui como mãe, estou falando como humana. É importante eu iniciar falando que é essencial lembrar que Andradás carrega uma história profundamente marcada pela mineração, desde a década de 70. Ou seja, a antiga Nuclebrás, que hoje é a INB, iniciou um projeto de extração de urânio aqui na nossa região. E como consequência convivemos até hoje com uma barragem de rejeito, que leva 9 toneladas de cal todos os dias. E é uma estrutura que está há mais de meio século aqui como uma lembrança de um passivo ambiental que nunca deixou completamente de preocupar a nossa comunidade. Por isso, para a gente, qualquer novo empreendimento mineral desperta não apenas atenção técnica, mas também emoções, memórias e responsabilidade coletiva de não repetir os erros do passado. Meu pai tinha uma área rural ali próximo à INB, e eu pegava urânio do chão. Não estava ativo nem nada, mas, enfim, eu pegava pedrinhas de urânio para brincar na minha infância, e ninguém sabia. Então o Projeto Caldeira abrange Andradás como área diretamente afetada, devido ao transporte da operação entre a cava e a unidade de tratamento. Além da captação de água da barragem do córrego Pitangueiras, que fica na divisa entre os municípios de Caldas e Andradás. Tudo isso sem qualquer conversa prévia nem pedido de certidão de uso de solo ao nosso município. Os projetos avançaram sem que Andradás fosse consultado. Não houve diálogo prévio com o município nem envio de documentação oficial que permitisse às secretarias municipais avaliarem os riscos, propor medidas ou se posicionarem formalmente sobre esse empreendimento, violando princípios básicos de transparência e de respeito às comunidades diretamente afetadas. Somando-se a isso, houve muitos relatos de coletas e amostragem de solos realizadas aqui em Andradás, em propriedades rurais, sem autorização dos agricultores, evidenciando falhas graves nos procedimentos legais e ampliando a desconfiança da população sobre a condução do projeto. No campo ambiental permanece ausente um estudo aprofundado sobre os impactos nos recursos hídricos, especialmente em uma região que depende de suas nascentes, poços e cursos de água para o abastecimento humano e também para sustentar nossa forte atividade agrícola, principalmente de produtores familiares. Como é região montanhosa, são todos pequenos produtores. O MPF alertou que a área destinada à mineração está situada em zona sensível de recarga do aquífero alcalino com previsão de supressão de dezenas de nascentes e risco de rebaixamento do lençol freático, impactos que podem comprometer diretamente as comunidades rurais. Outro ponto crítico é o alto volume de caminhões pesados previsto para operação, aumentando significativamente a poeira, elevando o risco de acidente, já que a saída da BR-146 para Caldas encontra-se numa curva bastante perigosa. Para os agricultores, a poeira acumulada sobre as folhas, flores e frutos prejudica processos essenciais, como a fotossíntese, interferindo no desenvolvimento das plantas, reduzindo a produtividade e trazendo impactos econômicos diretos para as pequenas propriedades. Para a população, trata-se também de um risco à saúde, especialmente para crianças, idosos e pessoas com doenças respiratórias. Nesse quesito, na relação ao pó, mas também na relação aos recursos hídricos, porque essa argila, depois de beneficiada, a gente não sabe o que vai ser. Diante desse cenário, Andradás reafirma que qualquer empreendimento dessa magnitude, sem estudos sólidos e sem respeito à população local, não é bem-vindo. Estamos abertos ao diálogo, sim, mas exigimos que ele ocorra com seriedade, transparência e participação popular. Como área diretamente afetada, Andradás deve ser consultada, deve receber todos os documentos técnicos e defender a realização de audiência pública antes de qualquer deliberação, reiterando que todos os órgãos colegiados de Andradás foram ignorados, o Codema, o Compac e o CMDRS. Em consonância com o Ministério Público Federal, reforçamos a necessidade de suspender a Licença Prévia, promover estudos complementares, realizar consultas públicas e garantir avaliações ambientais regionais que assegurem que Andradás, com sua história, suas águas, seus agricultores e suas famílias seja ouvida, respeitada e considerada em todas as etapas desse processo. Portanto, eu gostaria de pedir vista. E é isso. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da Sra. Dalva. Próximo inscrito. Sra. Isabella Gonçalves. Só alertando a senhora, a senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” Bella Gonçalves/Sociedade civil: “Perfeito. Me apresentar, sou a deputada Bella Gonçalves, integrante da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia e também presidenta da Comissão de Direitos Humanos. Antes de qualquer coisa, eu queria dizer que o pessoal que é o meu partido, junto com o Instituto Guaicuy e o Sindicato dos Servidores do Meio Ambiente, nós entramos com uma ação judicial contra este Conselho, porque ele está com o mandato vencido, autoprorrogado, por muito tempo. Num processo democrático, nós precisamos respeitar os Regimentos Internos. E o Regimento aqui do Conselho não fala sobre a possibilidade de autoprorrogar os mandatos no prazo em que isso foi feito. O período é muito inferior e precisa ser bem fundamentado. Aqui os conselheiros resolveram se automanter num espaço de deliberação sem qualquer procedimento democrático para que a sociedade civil possa, inclusive, renovar as suas cadeiras aqui dentro. Nós estamos falando de uma representação da sociedade civil, da ONG Zeladoria do Planeta, cujo presidente está atualmente preso pela Operação Rejeito. Vários outros integrantes deste Conselho que assinaram a destruição do Estado de Minas Gerais também estão hoje presos ou respondendo processos pela Operação Rejeito. De forma que eu acho absurdo que o Conselho de Meio Ambiente continue operando licenças ambientais de forma atropelada, sem qualquer legitimidade social ou mesmo jurídica, legislativa para o fazer. Nós já debatemos isso na Comissão de Meio Ambiente, mas agora resolvemos levar esse tema à Justiça, e esperamos que este Conselho possa ser o quanto antes renovado. Afinal de contas, a democracia precisa ser preservada, e o que aqui está se aprovando são golpes contra o meio ambiente. Em segundo lugar, eu queria colocar a situação de Caldas. Nós fizemos já uma visita técnica à região da INB, onde ainda existem os rejeitos radioativos mais perigosos do Estado, senão do Brasil, acumulados. Realizamos recentemente uma audiência pública, reuniões e representações junto ao Ministério Público Federal, e todos os órgãos, sem exceção, estão alertando sobre o risco de ampliação de uma contaminação de caráter radioativo que afeta a vida das pessoas no Sul de Minas, em Caldas e Poços de Caldas. Poços de Caldas não tem nenhum hospital sequer do câncer, e a incidência do câncer na região é muito profunda. Como nós vamos debater um parecer que não leva em consideração os efeitos da radioatividade que pode ser gerada sim pelo trabalho com as terras raras? Em segundo lugar, eu queria entender por que a pressa do governo Zema de licenciar as terras raras no Estado, uma vez que o debate nacional sobre a soberania de apropriação das terras raras está acontecendo no Comitê Nacional de Assuntos Minerários, que foi instituído pelo ministro de Minas e Energia. Hoje, sequer o estabelecimento do CFEM para as terras raras existe no Brasil. A proposta das empresas é fazer um licenciamento e pagar pelo valor equivalente ao que seria a argila, deixando em prejuízo os municípios do Sul de Minas que passarão por essa exploração; ou não passarão, como nós estamos aqui discutindo se é o caso de fato de avançar com a extração das terras raras ou não. A gente sabe que existe um debate nacional sobre a apropriação desses minerais, mas o governo Zema quer aproveitar e passar aqui de forma atabalhoada esse processo para entregar rapidamente esse nosso patrimônio, que hoje interessa os chineses, interessa os Estados Unidos, na mão de empresas estrangeiras. Gente, é muito grave o que nós estamos vendo aqui no Estado de Minas Gerais. Foram desconsideradas recomendações do Ministério Público Federal, estão sendo desconsiderados vários especialistas que apresentaram pontos importantes de inconsistência na leitura dos relatórios. E eu acredito que só mesmo o interesse político e uma pressão que vem das empresas e do governador para cima do Conselho é o que está fazendo com que esse procedimento aconteça dessa forma jogada, largada. Queria parabenizar a associação que tem construído a luta ambiental APA Pedra Branca, no Sul de Minas, cumprimentar todas as entidades que representam sim a defesa do meio ambiente. E dizer que eu espero que se renove o Conselho de Meio Ambiente para que vocês possam ser conselheiros e compor, porque hoje quem está no Conselho de Meio Ambiente usa de deboche, inclusive, com a sociedade civil, se recusa a fazer pedidos de vista quando tem fundamentos, mas porque estão todos hoje muito alinhados com o governo do Estado. Mas o

mandato de vocês não tem legitimidade, vocês foram eleitos por um prazo que já se encerrou, vocês não podem autoprorrogar o mandato de vocês. Imagina se os deputados resolverem votar a autoprorrogação dos seus mandatos. Não, ano que vem é eleição, a gente terá que se submeter ao crivo da população. Então vocês também precisam se submeter a esse crivo. Pela convocação imediata de eleições do Conselho e pela também anulação dos atos administrativos que foram feitos enquanto este Conselho estava funcionando sem legitimidade para fazê-lo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação de vossa excelência. Próximo inscrito. Sra. Mariângela, tem condições de se manifestar? Sra. Fernanda de Oliveira Lage... A senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” Fernanda de Oliveira Lage/Sociedade civil: “Obrigada, presidente. Bom dia, conselheiras, conselheiros, sociedade civil aqui presente, também quem nos acompanha. Eu falo aqui em nome da deputada estadual Beatriz Cerqueira para tratar de uma matéria que não diz respeito apenas a um ou dois empreendimentos específicos, mas o futuro do planalto vulcânico do Sul de Minas, com reflexo para todo o nosso Estado e também para o Estado de São Paulo. O que está em votação aqui hoje vai muito além de um processo administrativo, nós estamos falando de um território singular, extremamente sensível, que abriga instâncias hidrominerais, águas subterrâneas estratégicas, modos de vida enraizados, trabalho, renda e também uma relação histórica entre as comunidades e a natureza. E tudo isso também é técnico, tudo isso precisa ser protegido e levado em conta aqui hoje. Mas lamentavelmente o que nós vemos é a presença de interesses econômicos muito poderosos, conforme foi muito bem colocado pela deputada Bella Gonçalves, que insiste em reduzir esse território a um ativo financeiro, ignorando riscos, ignorando externalidades e, principalmente, ignorando as consequências, que podem ser irreversíveis. E é justamente por isso que hoje uma mobilização social e institucional tão ampla, tão diversa e tão persistente se manifesta. Essa mobilização não nasce da ideologia, ela nasce da responsabilidade e do compromisso. E é por isso que foi muito lamentável a intervenção do conselheiro Cícero, da ANM. As manifestações da sociedade civil, de parlamentares, de câmaras municipais e do Ministério Público Federal não são genéricas, elas são concretas, são técnicas e apontam inconsistências graves que não foram sanadas. Inconsistências relacionadas à competência federal, ausência de consulta prévia às comunidades tradicionais e, sobretudo, a ausência de uma análise integrada, sinérgica dos danos provocados pelos dois empreendimentos que estão em pauta e também o contexto radioativo da região. E por tudo isso que vem sendo colocado a suspensão das deliberações relativas aos empreendimentos Viridis e Meteoric, até que as respostas sejam apresentadas pelos órgãos competentes, é sem dúvida a decisão mais acertada que esta Câmara pode tomar neste momento. E é preciso ir além, enfrentar um ponto que não pode ser varrido para debaixo do tapete, é a crise de legitimidade do próprio COPAM. Este Colegiado delibera hoje com mandatos vencidos, prorrogados de forma administrativa, sem recomposição democrática. Isso por si só fragiliza as decisões que estão sendo tomadas. Essa fragilidade se torna ainda mais grave somada à crise institucional revelada pela Operação Rejeito, que expôs práticas de favorecimento e corrupção dentro do sistema ambiental do Estado. E não se trata de acusar pessoas individualmente, mas de reconhecer que o sistema está sob escrutínio público. E quando isso acontece a resposta institucional responsável não é a pressa, mas é a cautela, não é acelerar decisões, mas reforçar garantias. E tem um elemento novo que exige atenção redobrada, que é a apresentação do novo Parecer Único e que concentra informações, questões técnicas que merecem uma análise detida, cuidadosa, responsável, em consonância com as recomendações do MPF e todos os elementos técnicos que foram também apresentados aqui hoje e também previamente. Não é compatível com a boa administração pública que uma licença dessa magnitude seja analisada de forma apressada, sem o tempo necessário para examinar seus fundamentos, as suas lacunas e implicações. Licenças ambientais não são atos automáticos, elas produzem efeitos no tempo, no território e na vida de milhares de pessoas. Emitir uma Licença Prévia de forma açodada é violar o princípio da precaução ambiental. E o princípio da precaução não é um entrave ao desenvolvimento, é uma salvaguarda civilizatória. E nos causa muita preocupação a forma como vem sendo conduzido esses processos. Existe sim o risco concreto de se tentar produzir um fato consumado. Nós estamos falando de empresa de capital aberto. A emissão da Licença Prévia pode gerar efeitos financeiros imediatos. Isso é argumento para atropelar ainda mais o debate público e as instâncias de controle. Esse não pode ser em hipótese alguma o critério que orienta as decisões desta Câmara. Os questionamentos não terminam aqui hoje, eles seguem em curso em diferentes órgãos, instâncias de controle e espaços institucionais. Esse processo segue sendo acompanhado de perto pela sociedade civil, por juristas, parlamentares e, principalmente, pelos territórios atingidos. Esta Câmara está sendo acompanhada hoje por verdadeiros guardiões e guardiãs desse território, pessoas que conhecem a terra, a água e os riscos, não apenas por relatórios, mas pela vida e pela experiência cotidiana. E a gente precisa dizer que, com toda franqueza, o que for decidido será lembrado. Esses atos farão parte da memória institucional do nosso Estado. Nós estamos defendendo algo muito maior do que uma licença, mas é a possibilidade de um futuro alinhado com a vida, com a legalidade, com a democracia e com o direito coletivo à informação ambiental. Então a gente espera que este Conselho tenha a prudência que o momento exige, que não transforme pressa em erro irreversível e que esteja à altura da responsabilidade histórica que carrega. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da Sra. Fernanda. Próximo inscrito...” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Presidente, 2 minutos para fazer uma consideração aqui, que a Agência foi citada de forma...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Cícero, deixa eu esgotar aqui com os inscritos. Eu sei que o senhor foi citado. Por favor, Cícero, por favor. Porque os senhores, seja ANM, seja qualquer outro conselheiro, vão ser citados aqui mais de uma vez. Então para eu não ficar nesse debate retornando aos senhores, deixa eu finalizar aqui com os inscritos. E os senhores conselheiros terão o tempo todo posteriormente à fala dos inscritos para se manifestar. Faz a anotação aí do lado, e vamos aqui aguardar e finalizar com os inscritos, porque os senhores vão ser citados. Eu fui citado. Então vamos finalizar com os inscritos. Depois eu retorno a palavra para os senhores. Próximo inscrito... Sra. Fernanda, a senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” Nanda Dearo/Sociedade civil: “Obrigada. Bom dia, gente. Eu sou Nanda, sou artista de Poços de Caldas, tenho uma trajetória atuante aqui na minha cidade. Muito orgulho de ser daqui. Também tenho trabalhos em Belo Horizonte, conheci através da arte muitos lugares de Minas, tenho uma relação também com os artistas de Caldas, faço parte do movimento Terra Viva, Água Rara. E eu sou do campo das artes, então sou do campo da subjetividade, do lúdico, de outras formas de comunicação que são do meu território. Então é um esforço para mim estar aqui e me conscientizar da forma como que as coisas tramitam, quando se diz respeito ao meio ambiente. Mas tudo bem, esse é um esforço necessário, a gente estar mais consciente, a gente ter argumentação. Só que eu fico muito surpresa em me sentir desrespeitada com as falas dos senhores sobre a nossa mobilização e os pontos que a gente apresenta, enviando e-mails e fazendo todo o esforço coletivo para saber dessas tramitações. Esse é um ambiente muito cheio de regras e procedimentos. Estamos todos inseridos nessa lógica. E que nós estamos fazendo o esforço para estar aqui. Nós somos cidadãos. Muitos amigos que gostariam de estar aqui e, por conta do horário e da dificuldade, não conseguem. Mas eu estou aqui. E eu acho muito curioso que a gente precisa obedecer tantas regras e procedimentos para poder falar em defesa do nosso território, quando eu gostaria de saber: quais são as regras e procedimentos que os senhores defendem e se apegam quando a gente está sob risco nuclear, de desastre radioativo, quando existem pessoas e consultoria envolvidas na Operação Rejeito e quando a gente assistiu Mariana e Brumadinho aflitos e sabemos que esse é um risco que também envolve o nosso território. Então quais regras e procedimentos orientam as nossas escolhas e a nossa relação com o nosso futuro? Quem de vocês estão de fato representando e ouvindo isso a gente vai saber ao final desta reunião de hoje, porque não estamos sozinhos e exigimos coragem e posicionamento diante do que estamos colocando. E nós não vamos parar de acompanhar as coisas que estão acontecendo. Nós somos muitos e historicamente também somos muitos. Eu quero aqui agradecer ao Daniel, à Marcela, à Maria, ao Felipe, à Cleo e tantas outras pessoas que trouxeram à sua maneira as visões sobre esse assunto. Porque essa comunicação aqui virtual é limitada, e nós precisamos realmente ver o que está acontecendo, sentir o que está acontecendo. Eu sou desse campo, esse é o meu trabalho. E por isso vou trazer de novo o Drummond, como eu trouxe na outra reunião, para a gente lembrar que precisamos. Drummond, que foi uma voz ativa contra a mineração e que foi inclusivamente vítima, foi escrachado diante do que ele defendia. Mas eu estou aqui para lembrar dele, e é nele que eu estou me apegando durante esse processo, que me dói muito também. Eu vou citar Mundo Grande, de Drummond, trechos dele diante do tempo que tenho. E quero falar propondo uma reflexão sobre quando a gente representa as pessoas, as populações e as nossas decisões, sob qual base elas estão orientadas. ‘Tu sabes como é grande o mundo, conheces os navios que levam petróleo e livros, carne e algodão. Viste as diferentes cores dos homens, as diferentes dores dos homens. Sabes como é difícil sofrer tudo isso, amontoar tudo isso num só peito de homem sem que elo estale. Feche os olhos e esquece. Escuta a água nos vidros. Tão calma, não anuncia nada. Entretanto, escorre das mãos. Tão calma, vai inundando tudo. Renascerão as cidades submersas, os homens submersos voltarão? Meu coração não sabe. Estúpido, ridículo, é frágil o meu coração. Só agora descobri como é triste ignorar certas coisas. Na solidão de indivíduo, desaprendi a linguagem com que homens se comunicam. Outrora escutei os anjos, as sonatas, os poemas, as confissões patéticas. Nunca escutei voz de gente. Em verdade sou muito pobre.’ Quando a gente perde a capacidade de escutar o outro, de ver a realidade do outro, a gente se empobrece. E aqui a gente quer saber, conselheiros, conselheiras, pessoas da sociedade civil, qual futuro a gente está defendendo com as ferramentas que a gente tem? Porque a gente, enquanto o povo, vai usar as ferramentas que a gente tiver. E aqui nesse tipo de reunião

ficam muito claras as bases ideológicas que orientam cada representante aqui. Eu peço para que tenhamos consciência, para que a gente defenda as nossas belezas, para que a gente se fortaleça junto e para que sejamos capazes de imaginar futuros diferentes dessa lógica que já se mostrou insegura, que já se mostrou ultrapassada. Vamos imaginar novos futuros e lutar por isso. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da Sra. Fernanda. Próximo inscrito. Sra. Nathália Francisco, tem condições de se manifestar? Pois não, Sra. Nathália, a senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Com a palavra.” Nathália Francisco/Sociedade civil: “Obrigada, senhor presidente, senhoras e senhores conselheiros. Eu sou de Poços de Caldas, da zona sul, área diretamente afetada pelo empreendimento que está aqui sendo discutido. Sou pesquisadora da UFMG. E eu gostaria de registrar que me deixa atônita acompanhar esse processo de licenciamento e a aparente insistência em avançar com tanta pressa para a aprovação dessa Licença Prévia, apesar das múltiplas sinalizações feitas por mandatos locais, estaduais e federais, bem como técnicos e pesquisadores locais que vêm produzindo estudos consistentes, muitas vezes sem qualquer apoio institucional ou recursos, apontando lacunas relevantes em diferentes instâncias desse processo. Por isso, causa estranhamento ouvir que não estão sendo levantadas as inconsistências técnicas. Essas inconsistências vêm sendo apontadas de forma reiterada, fundamentada e pública em diferentes espaços institucionais. O que a gente observa, no entanto, é que tais contribuições técnicas não estão sendo devidamente enfrentadas ou incorporadas aos processos decisórios. E é importante registrar, inclusive, que há uma instância constitucionalmente incumbida de zelar pela legalidade e pelo interesse público, que é o Ministério Público Federal, que também manifestou preocupações formais e emitiu recomendações expressas sobre esse licenciamento. Quando manifestações técnicas qualificadas produzidas tanto pela sociedade quanto por órgãos de controle não encontram resposta adequada, isso não fragiliza apenas o debate, fragiliza a confiança pública no próprio processo de licenciamento ambiental. E nesse contexto é importante registrar, como já mencionado anteriormente nesta reunião, que parte dos estudos ambientais apresentados foi elaborada ou contou com algum nível de participação de consultorias e consultores, cujos nomes constam em documentos oficiais da Polícia Federal no âmbito da Operação Rejeito, investigação que ainda está em curso. Da mesma forma, consta nesse mesmo organograma a menção ao nome de uma conselheira que hoje representa uma das entidades deste Conselho. Cabe registrar ainda que a Fiemg, integrante da Fiemg figura como beneficiária direta de repasse financeiro por meio de acordo de investimento com a Viridis, informação que consta expressamente no próprio parecer técnico da FEAM que está sendo deliberado aqui. E eu faço questão de enfatizar isso, esses elementos, não para imputar qualquer acusação pessoal ou antecipar conclusões de investigações em andamento. Todas essas informações são de conhecimento público e constam em documentos oficiais da investigação. O que eu busco registrar é tão somente que esse conjunto de fatores afeta a confiança pública no processo de licenciamento, especialmente no que diz respeito à credibilidade dos estudos de impacto ambiental e à percepção da imparcialidade institucional. Infelizmente, esse quadro se agrava quando consideramos que este Conselho opera com mandato vencido, como já foi colocado aqui. E nesse sentido a gente tem tido dificuldades objetivas de interlocução com a própria composição do colegiado, porque existem trocas constantes de cadeira, a gente tem dificuldade de identificar com quem podemos nos comunicar. E considerando esse contexto institucional sensível eu reforcei ainda hoje de manhã, especialmente para os representantes do Idau e da Zeladoria do Planeta, que compõem o Conselho representando a sociedade civil, justamente para reforçar a necessidade de uma avaliação mais criteriosa dos impactos diretos sobre a população da zona sul, que já convive com impactos visíveis e invisíveis da mineração de bauxita desde a década de 70. Como vocês podem ver aqui no mapa que está no fundo da minha tela, a área diretamente afetada do projeto Colossus encontra-se a menos de 300 m das moradias do conjunto habitacional Pedro Afonso Junqueira, a menos de 600 m da escola municipal Maria Ovídia, frequentada por centenas de crianças, e a menos de 800 m do Hospital Margarita Morales. Embora o zoneamento municipal trace uma linha administrativa que classifique essa área rural, essa linha é imaginária, porque está dentro de um território urbano consolidado, inserido na malha da cidade, onde vivem 60 mil pessoas, que passarão a conviver diariamente com os efeitos dessa proximidade. Além disso, estudos técnicos do próprio Departamento Municipal de Água e Esgoto, que foram produzidos em 2008, do departamento da própria cidade, fundamentaram a elaboração do plano diretor de águas urbanas, que indicaram essa área onde está toda a ADA da Viridis como uma área que não deveria sofrer intervenções que implicassem impermeabilização do solo, por se tratar de uma região estratégica para recarga hídrica. Esses mesmos estudos já apontavam ainda em 2008 que a bacia se encontrava no limite de sua capacidade de captação. Esses documentos foram encaminhados a este Conselho por mim no mês passado e até o momento não foram devidamente respondidos. Os estudos do próprio município estão sendo ignorados por todas as instâncias. Diante disso, eu entendo que a gente está diante de lacunas técnicas relevantes, cuja consideração pode culminar em danos de difícil ou impossível reversão para toda a população do território e para os sistemas ambientais da nossa região. Por essa razão e considerando todos os elementos trazidos, tanto por mim quanto pelas manifestações interiores, eu reitero o pedido já formulado e, principalmente, aos conselheiros da Associação Ambiental Cultural Zeladoria do Planeta e do Idau, que se valham do fato novo, representado pelo novo parecer agora em pauta, em nome da segurança social, ambiental, técnica e jurídica, requeiram vista a esse processo. O pedido de vista é para análise do novo Parecer Único para saber se de fato atende as recomendações do MPF, tanto de novembro como de agora de dezembro. Então não é uma decisão, essa não seria uma decisão contra o desenvolvimento, mas a favor da responsabilidade institucional, da proteção da vida e do cumprimento do princípio da precaução. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da Sra. Nathália. Próximo inscrito. Sra. Maria está na sala? Sr. Franco. Estamos ouvindo o senhor. Só alertando, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” Franco Martins/Sociedade civil: “Bom dia, presidente. Bom dia a todos que compõem o Conselho. Vale ressaltar que o debate sempre é bom, ele vem acontecendo aqui em Poços de Caldas. A minha fala que eu quero repetir hoje é a mesma fala que foi feita em três audiências públicas e em quatro fóruns sobre minerais críticos que ocorreram aqui em Poços de Caldas. Então é um assunto que vem sendo debatido com frequência aqui na cidade. E vale também salientar que eu sou nascido aqui em Poços e Poços sempre conviveu pacificamente com minerações. Destaca-se que a Alcoa, com 60 anos de atividade aqui em Poços, foi homenageada este ano tanto pela prefeitura como a câmara municipal também, da relevância que ela teve neste momento do município, que várias famílias surgiram e se sustentaram aqui através da mineração de bauxita. Então terras raras é mais um movimento de mineração aqui em Poços e não o primeiro. Então já tem um histórico na cidade positivo de que essa convivência pode ser pacífica e harmoniosa. E a prefeitura vem acompanhando de perto os processos, visto que estou aqui hoje na reunião com vocês para debater, para conversar um pouco. E cabe à prefeitura confiar nos órgãos competentes do licenciamento, sim, nas pessoas, nos profissionais que estão atrás dos documentos. Tem profissionais ali que sustentam família e trabalham com isso. Vai um voto de confiança. E além de acompanhar de perto trabalhar com políticas públicas para trazer a cadeia produtiva das terras raras para a cidade e não ficar só na extração. Acho que o trabalho do município é esse, sim, trabalhar mais intensamente, trazer mais o trajeto das terras raras até o final. O exemplo disso é a Viridis, que já é um braço desse processo, que seria a reciclagem de terras raras, que vai ser aqui em Poços também. Então acho que é validar aqui falando de desenvolvimento econômico da cidade. A cidade vem acompanhando de perto, vê isso com bons olhos, confia nos órgãos competentes, está sempre à disposição não só dos órgãos como da população. Visto isso os debates que estão sendo feitos aqui na cidade. Acho que o meu parecer é esse, mas me posicionando de forma formal aqui na reunião para ver que a prefeitura está presente também. Abraço.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação do Sr. Franco. Próximo inscrito. Sra. Bárbara Magalhães está na sala? Pois não, Sra. Bárbara, a senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Com a palavra.” Bárbara Magalhães/Sociedade civil: “Senhor presidente, senhoras e senhores conselheiros, todos que estão aqui presentes também. Meu nome é Bárbara Magalhães Teixeira, eu sou de Andradas, sou também doutora em ciência política pela Universidade de Lund, na Suécia, e sou pesquisadora sobre mineração, transição energética, minerais críticos e os seus impactos na paz e na segurança global. Hoje eu venho falar aqui tanto como a minha posição como pesquisadora e especialista no tema, mas também como moradora da região do planalto vulcânico de Poços de Caldas. Ao longo desta reunião, várias pessoas já expuseram, em muitos detalhes, as falhas técnicas dos projetos, tanto do Colossus e de Caldeira, tanto sobre a água, o aquífero, o risco radiológico, os impactos cumulativos e a ausência de avaliação integrada. E eu não vou repetir tudo isso. O que eu quero sublinhar é outra coisa, que quando a gente ouve aqui dentro deste conselho, inclusive de um representante da ANM, que não há argumentos técnicos nos pedidos de retirada de pauta, isso mostra que as contribuições tanto do Ministério Público Federal e de pesquisadores independentes e das comunidades afetadas não estão sendo consideradas com a seriedade necessária. Então aqui não estamos falando de manifesto genérico, estamos falando de um conjunto de evidências. São os pareceres do MPF, apontando os riscos à água, ao aquífero, às barragens radioativas e a necessidade de avaliação ambiental integrada e estratégica para o planalto como um todo. Análise de pesquisadores independentes sobre contaminação de aquíferos, rebaixamento de lençol freático e impactos acumulados. As manifestações dos moradores de Poços, de Caldas e de Andradas e também de Águas da Prata, que é no Estado de São Paulo, que vivem e trabalham na região e sabem o que significa o aumento de caminhões nas estradas, a poeira e pressão sobre os serviços e a água local. Então tratar isso como abstrato não é só

discordar do mérito, mas é esvaziar o papel do MPF, da ciência independente e das próprias comunidades. E no caso do Colossus o que está em jogo é um empreendimento de classe 6 que pretende processar milhões de toneladas de argila por lixiviação em argilas iônicas em zona de recarga do aquífero alcalino de Poços de Caldas, com supressão de nascentes e rebaixamento de lençol freático e muito próximo a bairros residenciais, escolas e hospitais. Em um contexto de crise hídrica, isso é um risco sério para segurança de água e da saúde pública. E no caso de Caldeira, o risco é ampliado pela localização ao lado da unidade de descomissionamento de Caldas da INB, com barragem de rejeitos radioativas em nível de emergência. O MPF pede estudos específicos sobre os impactos de explosivos, maquinário pesado e uso intensivo de água na estabilidade das barragens e na mobilização de urânio, tório e outros metais pesados, além de manifestações formais da INB e da autoridade nuclear. Esses pontos ainda não foram respondidos com a profundidade que a situação exige. Tudo isso acontece num contexto em que a Operação Rejeito revelou esquemas de corrupção e licenciamento de minerações de minas envolvendo, inclusive, atores ligados ao sistema ambiental. Ou seja, este Conselho está deliberando sobre dois projetos de altíssimo risco no momento de confiança abalada no momento de licenciamento. Então nesse cenário dizer que não há argumentos técnicos nas críticas reforça a percepção de que se quer empurrar o licenciamento adiante, apesar dos alertas e não por falta de fundamento. Há também o aspecto territorial e democrático. Quero salientar que não houve audiência pública em Andradadas, embora as comunidades do planalto, próxima tanto à INB e da área de influência dos projetos, vivam nesse território que é andradense. E as pessoas dependem de nascente, de pequenos sistemas de abastecimento, de agricultura, café, vinhos e turismo rural. Então são diretamente impactados. E por fim há também um nível estratégico quase ausente no debate. O Brasil ainda não tem uma política nacional robusta para minerais críticos estratégicos. Mesmo assim, as decisões tomadas aqui podem definir o papel do planalto de vulcânico do Sul de Minas na cadeia global de terras raras e na prática consolidar o Brasil como mero fornecedor de minério bruto, enquanto valor agregado a tecnologia e a indústria ficam em outros países. A gente sabe que isso está sendo deixado para depois, não é uma coisa que estamos decidindo agora. E sem uma política nacional clara sobre esse beneficiamento no país, o conteúdo local e captura de renda mineral, o risco é transformar a nossa região em zona de sacrifício da transição energética de outros, exportando minério barato e ficando com os impactos ambientais e sociais de longo prazo. Aqui eu quero trazer um exemplo da minha pesquisa no Vale do Jequetinhonha, na questão do lítio, e eu quero pedir uma extensão de 1 minuto, que nessa questão do Vale do Jequetinhonha a gente viu onde essa pressa de levar em diante a mineração o que ela leva. As promessas de desenvolvimento não se concretizaram, mas teve muitos conflitos por água, muitas denúncias de violação de direitos. E agora o MPF recomenda a suspensão e revisão de autorizações da mineração do lítio. Então quando o Estado não escuta a ciência independente e o Ministério Público na hora certa a conta chega depois, chega em forma de conflito, judicialização e também há perda de credibilidade institucional. Então o que eu peço a esta Câmara não é o fim do debate sobre a mineração, é que reconheça publicamente que há sim questões técnicas relevantes em aberto e que não aprovelem essas Licenças Prévias do Colossus e do Caldeira enquanto não houver a avaliação integrada, os estudos complementares e robustos sobre a água e a participação efetiva da INB e que tenha processo participativo real das comunidades, principalmente de Andradadas. Se o COPAM neste momento quer se diferenciar do que a Operação Rejeito revelou...”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Doutora, desculpa interrompê-la, mas a senhora já gastou 6 minutos. Se a senhora precisar de mais tempo, eu tenho que colocar em votação. A senhora precisa de tempo adicional?” **Bárbara Magalhães/Sociedade civil:** “Eu preciso de 1 minuto só.” **Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:** “Conselheiros, 5 minutos adicionais à Dra. Bárbara. Os conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok. Mais 5 minutos. Pois não.”

Bárbara Magalhães/Sociedade civil: “Obrigada. Eu quero acabar falando que em uma região de recarga hídrica com passivo radioativo, as comunidades vulneráveis e um sistema de licenciamento sobre o escrutínio que está no momento, avançar dizendo que não há argumentos técnicos é em si um erro tanto técnico como institucional. Então se o COPAM quer se diferenciar do que a Operação Rejeito revelou esse é o momento de mostrar isso na prática, parando, ouvindo a ciência independente e as comunidades do planalto e exigindo as devidas precauções antes de qualquer aprovação. Eu termino por aqui. Muito obrigada.”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço manifestação da doutora. Próximo inscrito... Sr. Luciano. Pois não, Sr. Luciano, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Com a palavra.” **Luciano Bernardino/Sociedade civil:** “Bom dia a todos. Antes de mais nada, eu gostaria de parabenizar todas as falas anteriores, principalmente da sociedade civil organizada, na forma de várias associações, de grupos que atuam e que convivem diretamente com essas práticas minerárias aqui de Poços de Caldas. Eu falo isso porque eu me sinto já representado por boa parte dessas falas. Me apresentando aqui agora, eu sou professor universitário, da Universidade de São Paulo, morador e nascido aqui na cidade de Poços de Caldas e trabalho no curso de arquitetura e urbanismo em São Carlos. Ou seja, eu tenho vínculos com a universidade no Estado de São Paulo e sou morador e residente e convivo desde quando eu nasci aqui com essa questão da atividade minerária em Poços de Caldas. E dentro disso eu gostaria de trazer uma fala diretamente à pessoa que se manifestou, que foi o Sr. Cícero, que trata de que não há informações técnicas propriamente que balizam as questões que estão sendo levantadas aqui. Muito da fala dele ia em direção de que as falas aqui são especulativas, pode-se dizer assim. Então eu o convido realmente a olhar novamente o EIA/Rima, olhar passagens específicas, particularmente do que é a questão hídrica aqui de Poços de Caldas, os reservatórios que tem em Poços de Caldas, a carga possível desses aquíferos e a necessidade de abastecimento dessas áreas mineradoras. E eu posso passar diretamente esses pontos e os cálculos técnicos aqui. Então, primeiramente, eu quero falar isso. Posto esse parêntese, eu quero falar o seguinte: eu não estou representando a universidade, não estou representando propriamente uma entidade, eu quero falar em nome de quem foi pouco citado aqui, da classe média urbana. Uma classe média urbana que provavelmente muitos dos conselheiros participam, uma classe média urbana que muitas vezes se omite a essas questões. Porque não olham essas falas e essas visões da sociedade civil organizada que realmente sofrem os impactos. Então eu estou falando no nome dessa pessoa aqui de uma sociedade civil ou melhor não organizada, que é essa classe média que muitas vezes se omite. Pensando que muitas vezes os conselheiros são como eu, digamos assim. Nesse sentido me incomoda muito a atitude de um Conselho, que está em final de mandato, deliberar a favor ou não dessa manifestação, dessa questão da mineração. Eu desconheço maiores detalhes a respeito, mas posso citar, se necessário, as passagens da questão do abastecimento hídrico aqui. E gostaria de lembrar mais um pouquinho, mais uma coisa, uma coisa que eu tenho percebido já há algum tempo, que muito da argumentação técnica que vai sendo usada, que está aqui dentro dessa comissão, vem escondendo as questões políticas que muitas outras pessoas aqui manifestaram. Então eu peço clareza a respeito disso. E uma palavrinha que é muito utilizada por todos nós aqui e que a gente não para pra pensar sobre ela é o que diz respeito à sustentabilidade. Eu peço a vocês para entrarem na Bolsa de Valores da Austrália e procurar o termo sustentabilidade, como ele é utilizado. Está falando o seguinte logo no alto da venda de ações da Viridis: bolsa de valores australiana, garantindo a sustentabilidade da moeda australiana. Então, sinceramente, eu não quero garantir a sustentabilidade da moeda australiana. Usando essa palavra que depois também vai garantir a sustentabilidade minerária para os Estados Unidos, sei lá eu para fazer o quê. Então eu estou farto dessa forma escamoteada em que a técnica esconde as questões políticas que estão atrás, esconde o interesse das pessoas. Então eu peço, por favor, para o Sr. Cícero, por exemplo. Estou falando dele como representante de uma fala que me incomodou muito, para ele olhar o EIA/Rima produzido pela própria Viridis e que veja a questão do abastecimento técnico e o compromisso do Departamento Municipal de Água e Esgoto de uma maneira absolutamente genérica, garantindo a questão hídrica em Poços de Caldas. Porque eu não quero ver a cidade tendo impactos de água e muito menos da região Sul, em que acontece, que sofre essa possibilidade de impacto. Eu agradeço muito a atenção de vocês. Eu peço simplesmente a responsabilidade e um compromisso de vocês, antes de mais nada, como brasileiros. Me incomoda muito eu garantir a sustentabilidade da moeda australiana. Obrigado.”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação do Sr. Luciano. Próximo inscrito. Sr. Levi Moisés... Sr. Sandoval... Sr. Sandoval, como o senhor já sabe, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.”

Sandoval de Souza Pinto Filho/Sociedade civil: “Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores conselheiros, conselheiras. Bom dia ao público que estiver assistindo esta reunião. Meu nome é Sandoval, falo pela União de Associações Comunitárias de Congonhas, Instituto Histórico e Geográfico de Congonhas e Academia de Ciências, Letras e Artes de Congonhas. Eu vou fazer uma fala, eu vou primeiro solidarizar e apoiar integralmente tudo que já foi falado por todos os representantes até este momento aqui nesta reunião, exceto a fala do conselheiro Cícero, com todo respeito. Vou voltar a ela daqui a pouco, um caso que diz respeito a Congonhas e diz respeito ao projeto em discussão. Então nós estamos aqui num Conselho que está com mandato vencido, como foi falado pela deputada Bella. Nós estamos num contexto de discussão de política ambiental do Estado de Minas Gerais sob a Operação Rejeito, que não sei se está funcionando sob sigilo, como é que foi; foi para o STF, essa coisa toda. Mas foi muito alardeada, muito falada nos jornais no início, quando teve o primeiro momento, mas agora está meio em suspensão assim, pelo menos o que chega para a população. Nós estamos falando aqui também num contexto de aprovações de projeto de licenciamento bastante açodadas. E eu vou citar aqui o exemplo mais notório que eu conheço, que foi o da Tamisa, que nós passamos um dia e praticamente uma noite, uma madrugada para votar no outro dia. Se ouviu lá centenas de pessoas para discussão e pontos de vista e tudo. E no final coloca uma tabela do Excel na tela, senhor

presidente, e cada entidade vota e é aprovado, portanto, com as abstenções, essa coisa toda. Essa situação que está acontecendo em Poços de Caldas, no planalto vulcânico, nós aqui em Congonhas... Está vendo esse profetinha que está aqui, de Congonhas, cidade dos profetas, patrimônio mundial pela Unesco, e um lugar que não tem tido a mínima condição de se defender dos licenciamentos fragmentados, dos licenciamentos que depois viram um TAC lá na frente, quando algo dá errado. Alguém já citou 'ah, depois que der problema é judicializado, é processo judicial, é TAC' essa coisa toda. Então o caminho que está se desenhando para Poços de Caldas com as terras raras, dessa forma que está sendo discutida aqui neste Conselho, nós conhecemos bem. Congonhas vem passando por isso há mais que década, com a megaminação periurbana de minério de ferro, com uma mineração que com licença regularizada, sem licença ambiental regular e depois posteriormente regularizada de uma barragem de 65 milhões de m³, que é a Casa de Pedra, Congonhas hoje tem 5.000 pessoas morando debaixo de 65 milhões de m³ de rejeitos. Então esse caminho, por assim dizer, a gente está ignorando, está negligenciando o princípio da precaução reiteradamente aqui em Minas Gerais, está levando a esse tipo de situação em Congonhas. O que aconteceu na Tamisa, como eu citei, como é que estão os processos hoje? Olha a trabalhadeira que dá. Nós fomos em reunião, em audiência de conciliação no TJMG, sobre esse processo da Tamisa. Tudo poderia ser evitado simplesmente com o que vários colegas acabaram de falar aí há pouco: conversa, precaução. Para que essa correria, para que essa pressa? Final de mandato de um governador. Agora, o Conselho que tem sido discutida a sua legitimidade, e eu sou um dos que entendem que este Conselho não deveria, não poderia continuar funcionando. Isso foi exaustivamente falado na reunião 130ª, a reunião anterior. Inclusive, senhor presidente, vou pedir no item de pauta de revisão de ata que muitos pontos que nós falamos no item 8.1, na hora que chegar lá nós vamos falar disso, dizem respeito ao funcionamento do Conselho, a resposta da FEAM a esse tipo de questionamento que a gente está fazendo aqui, que não consta da ata. Isso no momento oportuno eu vou falar, no momento da revisão de ata. Então, senhor presidente, já pode pedir para mim, por favor, se possível, mais 5 minutos, para os conselheiros." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Cinco minutos adicionais para o Sr. Sandoval, os conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok, Sr. Sandoval, mais 5 minutos." Sandoval de Souza Pinto filho/Sociedade civil: "Obrigado, senhores conselheiros. Muito obrigado, senhor presidente. O que a gente falava a respeito do princípio da precaução, a respeito da necessidade de se enxergar os territórios de forma integrada. Não existe estudo integrado aqui nem em lugar nenhum, que eu conheço algum estudo integrado que seja eficaz sob o ponto de vista da sustentabilidade. Sustentabilidade que aparece em relatório de empresa, que aparece na bolsa de valores não é a mesma que a população sente aqui na cidade. Porque todo empreendimento que é licenciado, desses fragmentados que são licenciados, que foram licenciados aqui em Congonhas, que vão se somando, e que o território hoje está uma devastação tremenda, isso tudo está no relatório, figura no parecer de vista, figura que foi analisada a sustentabilidade, tudo bonitinho, aprovado formalmente. Então este Conselho, senhor presidente, com todo respeito, está funcionando de uma forma protocolar. Então depois que bate o carimbo da licença, igual foi na Pilha Fraile em 2024, e que o conselheiro Cícero estava lá e que naquela época foi falado que a ANM traria aqui neste Conselho uma palestra, uma apresentação sobre os controles de pilha, nada disso aconteceu. Veio a Operação Rejeito, e a gente está esperando até hoje. Até hoje. Pode ser que nesta reunião de hoje ainda saia essa apresentação da ANM, caso o conselheiro Cícero resolva, caso possa em Assuntos Gerais. Será muito bom que ele possa falar sobre isso. E o conselheiro José Antônio, que hoje não se encontra presente na reunião, lá nessa reunião de maio de 2024, em que se aprovou essa Pilha Fraile aqui em Congonhas, ele alertou com a necessidade de cuidados, de estudos, de auditorias, de prevenção, de simplesmente prevenção. Essa prevenção, eu estou citando um caso de pilha aqui em Congonhas, porque nesse projeto de Poços de Caldas tem pilha de exposição de rejeito, tem pilha de deposição de estéril. Eu não sou a pessoa mais adequada para falar desse projeto em si tecnicamente, mas os processos se repetem. E não ouvir a população, não ouvir a ciência e pasmo que estou aqui de não ouvir o Ministério Público é uma coisa muito absurda. Senhor presidente, eu estranhei também um pouco de, ao início da reunião, não ter sido sequer anunciado sobre as recomendações. Não sei se o senhor anunciaria depois no momento do ponto de pauta, mas eu achei muito estranho, porque é um fato importante, que está nos jornais. Essas recomendações, isso que está ocorrendo aqui com relação a esse licenciamento. Então nós precisamos de revisar, rever o funcionamento deste Conselho. Este Conselho não pode de forma alguma continuar a funcionar da forma que está, sob o cenário que ele está funcionando. Está uma coisa muito estranha. Eu queria ler, pedir licença para ler uma fala que eu mandei como epígrafe no e-mail que eu enviei para todos os conselheiros hoje de manhã, junto com a fonte, que é um artigo da uma comunicação do Superior Tribunal de Justiça. Ela é do ministro Herman Benjamin. Olha que coisa que se encaixa como uma luva ao que nós estamos falando aqui. 'A responsabilidade de demonstrar a segurança passa para as mãos daqueles que conduzem atividades potencialmente perigosas, o que representa um novo paradigma. Antes, o poluidor se beneficiava da dúvida científica. Agora, a dúvida funcionará em benefício do meio ambiente.' Senhor presidente, eu esqueci de pôr o fone aqui. O som está chegando aí muito ruim? Como é que está?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Estamos escutando o senhor bem, Sr. Sandoval." Sandoval de Souza Pinto filho/Sociedade civil: "Eu vou colocar o fone rapidamente. Então senhor presidente, senhores conselheiros, depois de ter falado tudo isso que falei, eu queria pedir que fosse avaliada, reconsideradas... Principalmente por parte dos conselheiros da Zeladoria do Planeta e da outra entidade que eu esqueci a sigla dela. São três letras. Se o senhor presidente puder me ajudar. A outra entidade da sociedade civil." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Idau-TAP." Sandoval de Souza Pinto filho/Sociedade civil: "Idau-TAP. Então o conselheiro da Zeladoria do Planeta, o conselheiro da Idau-TAP, principalmente, e por que não os demais, reconsiderarem suas posições depois de tanto que foi explicado e falado aqui nesta reunião, para que peçam vista. E também gostaria de pedir ao senhor presidente que o seu momento oportuno vai chegar, porque o senhor está ouvindo. E eu entendo como fatos novos os relatórios do Ministério Público e entendo como fatos novos todas as falas feitas aqui nesta reunião. Que o senhor possa considerar a possibilidade de fazer um pedido de baixa em diligência desse processo. Esse pedido eu já faço diretamente ao presidente, baseado no que foi exposto ao relatório do Ministério Público e baseado no que está sendo falado aqui e que ainda vai ser falado aqui ao longo desta reunião. Essas são as minhas palavras, eu agradeço e conto com sensatez nesta reunião, nas decisões. Muito obrigado." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a manifestação do Sr. Sandoval. Próximo inscrito. Cezar... Bom dia, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados." Cezar Augusto Fonseca e Cruz/Representante do empreendedor: "Muito obrigado, senhor presidente. Aqui é Cezar que está falando, da Alger, representando a empresa Viridis. Primeiramente gostaria de cumprimentar todos os representantes deste Conselho, bem como ao público que está presente aqui na reunião hoje. E eu gostaria de trazer alguns apontamentos quanto aos fatos que têm sido relatados durante as manifestações do público durante esta reunião. Eu vou fazer essa fala, mas depois também todos os representantes do empreendimento vão oportunamente falar na sequência das manifestações. Mas eu gostaria de iniciar ressaltando um aspecto muito importante e que foi evidenciado dentro dos estudos ambientais que foram elaborados pela empresa. A gente não está falando efetivamente que a área que vai ser minerada está constituída em sua plenitude com vegetação nativa. A região do planalto de Poços de Caldas é uma área que se compõe de um mosaico extremamente antropizado de vegetação nativa. No caso específico do projeto Colossus, apenas 10% da área total que vai ser intervinda pelo projeto ao longo da sua operação inicial corresponde à área de vegetação nativa, e apenas um terço dessa área apresenta uma melhor condição de conservação. Então a gente evidencia de forma clara que a maior parte da área já é ocupada por silvicultura, por atividades agrícolas e que são extensivas também na utilização de água, inclusive desses próprios barramentos que serão utilizados pela empresa na fase subsequente a serem outorgados. Então a gente não está falando de uma região que possui um grau de conservação elevado. Esse é o primeiro ponto que eu acho que é interessante destacar. E sem prejuízo a isso é fundamental falar que para além de obrigação legal é de total interesse da empresa a execução adequada de todas as compensações ambientais legalmente previstas, que se somadas vão passar de três vezes a área total de vegetação nativa efetivamente intervinda. Estamos falando de compensações por intervenção em APP, estamos falando de compensação pela supressão de Mata Atlântica, estamos falando de compensação minerária. Então estamos falando de inúmeras compensações que vão ser praticadas pela empresa... Então estamos falando de inúmeras compensações que vão ser praticadas pela empresa e que são de interesse dela exatamente pela visão sustentável que ela tem na execução do seu projeto. Gostaria de destacar também uma questão que foi falada quanto à proximidade de hospital, de população, dos bairros afetados. A operação do empreendimento prevê medidas de controle específicas, como aspersão, o uso de cortinas arbóreas, exatamente para poder evitar que a população do entorno, desses bairros, receba o impacto ambiental do empreendimento. Então existem medidas de controle previstas que vão ser implementadas para poder mitigar os potenciais impactos ambientais que decorrem da emissão desses particulados na atmosfera. Além disso, é importante destacar o caráter que esse empreendimento tem, principalmente porque foram mencionados aspectos quanto aos traumas que de fato ocorreram na população mineira e também na população mundial com os acidentes de barragens. Esse é um projeto que não envolve uso de barragem, estamos falando de um empreendimento que vai fazer um intenso reuso da água e estamos falando de um empreendimento que não vai fazer o uso de explosivos também para poder fazer a sua operação. Então ele adota práticas de sustentabilidade que estão alinhadas com as melhores práticas mundiais. Não se trata de

processo experimental de beneficiamento. Esse processo de beneficiamento utilizando a metodologia prevista, ela já é utilizada em outras minerações, tanto na China quanto nos Estados Unidos, para poder ser feito o beneficiamento. Em que pese na China ser muito utilizada a lixiviação in situ, neste empreendimento, no projeto Colossus, não há risco de lixiviação ácida pela prática, pelo exercício do processo de beneficiamento aqui previsto, exatamente pelos seus controles, a sua forma de execução e pela também equipe da empresa, que tem amplo conhecimento no processo minerário e na execução da operação do empreendimento. A própria empresa é uma subsidiária da empresa australiana, da sua matriz, e tem experiência na execução de processos minerários. Além disso, eu gostaria de destacar que vai haver também monitoramentos de água subterrânea, da água superficial, exatamente para garantir que não haja contaminação do lençol freático, que não haja contaminação do solo por nenhum tipo de produto, mesmo sendo garantido conforme testes e ensaios laboratoriais..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Cezar, desculpa interrompê-lo. O senhor já falou 5 minutos, eu dei 1 minuto adicional. Se o senhor precisar de tempo, eu tenho que colocar em votação. O senhor tem interesse?" Cezar Augusto Fonseca e Cruz/Representante do empreendedor: "Sim, senhor presidente, eu tenho interesse, por favor." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Cinco minutos adicionais ao Sr. Cezar. Os conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok, mais 5 minutos." Cezar Augusto Fonseca e Cruz/Representante do empreendedor: "Temos os monitoramentos que vão ser previstos para serem implementados durante toda a operação do empreendimento para garantir que não haja nenhum tipo de impacto ao lençol freático e às águas subterrâneas. Foram conduzidos estudos, inclusive com coleta de dados primários, dados em campo, além de um estudo de hidrogeológico feito, exatamente para resguardar a inexistência de risco às águas minerais que ocorrem no planalto de Poços de Caldas. Então isso foi objeto de uma preocupação da empresa, foi objeto de cuidado na elaboração dos estudos. Igualmente, as questões que envolvem alternativa técnica foram objetos, inclusive, de informações complementares que foram exigidas pelo argumental e prestadas no escopo do processo de licenciamento que está hoje aqui em apreciação junto ao COPAM. Foi também objeto de cuidado a avaliação quanto à presença de povos tradicionais que pudessem ser afetados durante a implantação e operação do projeto. E objetivamente não temos nenhuma comunidade indígena e também não temos nenhuma comunidade quilombola que esteja dentro do raio de operação do empreendimento, dos raios legais previstos, bem como não temos dentro nem da ADA e nem da AID do projeto. Então não temos essas comunidades, pelas quais a empresa destaca que tem profundo respeito e procura desenvolver uma excelente relação com as comunidades presentes no planalto de Poços de Caldas. Mas nenhuma delas se encontra nem na ADA nem na AID do empreendimento. A gente tem também um aspecto muito importante a ressaltar, nesse caso, com relação ao recurso hídrico, que o empreendimento irá fazer o seu pedido de outorga na fase subsequente, na fase de Licença de Instalação, quando as outorgas de captação serão devidamente apreciadas pelo órgão ambiental, pelo IGAM, que é a quem compete a análise dessas outorgas de captação, e que irão ocorrer nos barramentos que já existem dentro da área diretamente afetada pelo empreendimento, mas sendo fundamental destacar que nenhum desses barramentos compõe o sistema público de abastecimento de Poços de Caldas. Eles não compõem o sistema onde o Demae faz a sua captação regular de água. Então o empreendimento não vai fazer uso desse recurso hídrico do município, que vai competir com o município. Além disso, não vai haver nenhum tipo de impermeabilização dessa área. As medidas de controle que serão implementadas pela empresa durante o processo de backfield, de recuperação da área, elas não preveem nenhum tipo de impermeabilização. Todas as medidas de controle que estão previstas, as medidas de recuperação que estão previstas buscam e visam à plena recuperação dessas áreas e ao restabelecimento de condições ambientais plenas e adequadas para que possam ocorrer os processos de uso, seja agrícola, seja de conservação ambiental com vegetação nativa. Tudo isso está previsto também dentro dos estudos e que vão ser detalhados em profundidade durante o processo de Licença de Instalação nos programas de controle ambiental que vão ser feitos e implementados pela empresa. Neste momento, senhor presidente, eram esses pontos que eu gostaria de trazer, inicialmente. Só concluindo, porque foi falado também sobre a necessidade da participação do Comitê de Bacias Hidrográficas, e a participação do Comitê vai ser assegurada quando de sua competência na análise da outorga de rebaixamento de lençol freático, que vai ser necessária e será objeto de apreciação no tempo adequado, na fase de Licença de Instalação. E por fim é importante destacar que não há risco ao aeródromo de Poços de Caldas. Isso resguardado, inclusive, nos regramentos do Comaer, porque o empreendimento, a atividade de mineração não é uma atividade potencialmente atrativa de aves vulturinas. Consequentemente, ela é isenta da manifestação do Comaer, sem prejuízo de que possa ser solicitada qualquer manifestação." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a manifestação. Passo para o próximo inscrito. Sr. José Marques está na sala? Sr. José, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra." José Marques/Representante do empreendedor: "Agradeço imensamente pela participação. Gostaria de cumprimentar todos do Conselho. Eu sou o diretor executivo da Viridis Mineração, represento a empresa e represento aqui todo o time da Viridis, que tem trabalhado ao longo desses dois anos e meio de projeto. É uma equipe sensacional, da qual temos muito orgulho, equipe composta, principalmente, de funcionários do planalto de Poços de Caldas, formados em instituições largamente reconhecidas, instituições particulares, federal, instituto de pesquisa. É uma equipe extremamente competente, e eu tenho bastante orgulho do trabalho que tem sido desenvolvido ao longo desses dois anos e meio. E algo que tem sido trazido muito como questionamento, o atropelo do processo, e para quem está de fora pode parecer que o processo está sendo rápido, mas esse trabalho já tá sendo desenvolvido há dois anos e meio, sendo que o nosso EIA/RIMA foi formalizado há quase um ano, em janeiro deste ano, sendo um tempo bem mais do que suficiente para que o órgão ambiental tenha condições de fazer uma avaliação bem criteriosa de todo o trabalho que tem sido elaborado. E lembrando que estamos na fase ainda de Licença Prévia, muito trabalho ainda está sendo desenvolvido e vai ser apresentado ao longo do desenvolvimento do projeto. Nós prezamos muito pela transparência também. Em função disso, a empresa tem um diálogo bem aberto com a comunidade. Já fizemos mais de 60 reuniões com a comunidade. Esse é um motivo de orgulho para a gente, que a gente gosta de manter todo mundo bem atualizado sobre o desenvolvimento do projeto. E fica sempre o convite, caso alguém queira conhecer um pouco mais sobre o projeto, estamos sempre de portas abertas para recebê-los. Dito isso, eu gostaria de falar um pouquinho sobre o projeto da Viridis, que é um projeto que propõe uma proposta diferenciada para projeto de mineração. Temos um projeto extremamente sustentável, tanto do ponto de vista ambiental quanto do ponto de vista econômico. E como a maior parte dos nossos colaboradores é daqui da cidade de Poços de Caldas nós temos um interesse genuíno de manter, preservadas todas as condições ambientais para que a cidade continue sendo um alvo de potencial turístico, entre outras coisas. Em relação ao processo ambiental que a Viridis tem proposto, um dos grandes diferenciais é que ele opera em circuito fechado. Como uma grande vantagem, a gente tem um grande controle sobre todo o processo, com relação aos descartes etc., fazendo com que a gente consiga recuperar mais de 75% da água utilizada no processo. Essa água vai ser reaproveitada para poder ser utilizada novamente na etapa de lixiviação do processo. E uma outra grande vantagem é que o projeto não contempla barragens de rejeito, em função de ser filtrado todo o nosso resíduo, e esse resíduo poder ser disposto com segurança e com controle das cavas de onde o minério foi extraído. Outro ponto forte do nosso projeto é a regeneração de insumos. Isso está previsto na etapa de tratamento de água. Essa regeneração do insumo faz com que a gente consiga recuperar o sulfato de amônia. Isso traz uma grande vantagem competitiva e ambiental para o projeto, fazendo com que a gente consiga utilizar esse reagente na etapa de lixiviação, posteriormente. Eu queria ressaltar também que foram comentados anteriormente pelos participantes alguns pontos que não dizem respeito ao projeto Colossus. A gente entende que tem dois projetos sendo pautados agora, todos dois aqui no planalto de Poços de Caldas, mas o projeto Colossus está sendo desenvolvido em Poços de Caldas, exclusivamente em Poços de Caldas, não temos relação com a INB, não temos proximidade com as operações da INB. Então tudo que foi comentado hoje no que diz respeito a Caldas e relações com a INB não cabe ao nosso processo de licenciamento. Outra questão que foi comentada, com relação a Águas da Prata, a empresa possui mais de 120 títulos minerários, que estão distribuídos em diferentes cidades, em diferentes Estados. E eu queria só ressaltar que o processo de desenvolvimento do projeto é um processo dinâmico. Nós iniciamos um trabalho de pesquisa, um trabalho de detalhamento em Poços de Caldas, o qual foi alvo de licenciamento ambiental agora e posteriormente vai ser alvo de exploração mineral. E com o passar do tempo novas áreas vão sendo pesquisadas e licenciadas, algo normal, inerente do processo de exploração mineral. Eu queria destacar um pouco também sobre o comprometimento que a empresa tem em relação a trazer tecnologias, em relação a desenvolver a cadeia de terras raras no Brasil. O ponto diferencial da empresa é com relação ao refino e à reciclagem de produtos relacionados a terras raras, com o objetivo de trazer valor agregado para a população brasileira. Isso está firmado no acordo. Eu gostaria de pedir uma prorrogação, Yuri, se possível." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Cinco minutos adicionais ao Sr. José Marques. Eu coloco em votação. Os conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok. Sr. José, mais 5 minutos." José Marques/Representante do empreendedor: "Obrigado. Vou ser breve. Então o nosso processo visa também desenvolver a cadeia de terras raras do ponto de vista até a produção de ímã, que é o foco do nosso trabalho. Inicialmente com o projeto Colossus vai ser produzido um carbonato de terras raras, que seria o equivalente ao concentrado mineral. E em função dessa parceria desenvolvida com uma outra empresa australiana, que já possui uma tecnologia para refino e reciclagem, a gente propõe desenvolver um

processo no qual vamos conseguir produzir óxido de terras raras, porque o carbonato é um produto intermediário, ele não pode ser utilizado para fabricação de ímãs, porém os óxidos já seriam o primeiro produto a ser utilizado na cadeia de produção de ímã. Então nós temos esse compromisso também em trazer tecnologia, em trazer desenvolvimento para o Brasil, e isso faz parte do nosso DNA. Queria agradecer novamente e fico à disposição para eventuais esclarecimentos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação do Sr. José Marques. Próximo inscrito. Malard, pois não. O senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Com a palavra.” Antônio Augusto Melo Malard/Representante do empreendedor: “Bom dia, senhor presidente. Quase boa tarde. Também bom dia a todos os conselheiros, todos os que estão acompanhando a reunião. Meu nome é Antônio Malard, estou representando a Alger também, consequentemente o empreendimento Viridis. Primeiro agradecer todas as manifestações colocadas na reunião. Gostaria de fazer algumas complementações em relação à fala do meu colega Cezar, mas inicialmente também reconhecer o empenho e a qualidade técnica que foi elaborada não só, logicamente, todos os estudos pelo empreendimento, mas principalmente a análise técnica robusta que foi feita pelos servidores do órgão ambiental, todos que assinaram o Parecer Único. Todo o empenho. Inclusive, a gente teve até audiência pública, por exemplo, no final de semana. Então isso mostra a responsabilidade, a qualidade e segurança também do órgão ambiental, de todos seus servidores. Importante ressaltar que, diferentemente do que foi dito, não houve pressa nessa análise técnica. O prazo legal para uma análise de um processo instruído com EIA/RIMA, como é o caso do projeto Colossus, é de um ano, sendo que o processo foi formalizado em janeiro de 2025, ou seja, está completando um ano e completando também a quarta reunião do COPAM onde esse processo está sendo colocado em pauta, em discussão. Todo o rito foi cumprido. Então citamos, por exemplo, a audiência pública que foi realizada com centenas de participantes. Também houve uma outra audiência pública, na Câmara de Vereadores de Poços. Houve a vistoria de vários dias do órgão ambiental, em sequência a análise do órgão ambiental, a emissão de informações complementares, dezenas de informações complementares que foram devidamente respondidas, o que culminou na elaboração do Parecer Único. E agora com uma retificação do Parecer Único, em função da recomendação do Ministério Público. E aí nesse ponto é importante colocar que nada do que foi apresentado na recomendação do Ministério Público foi novo para o órgão ambiental, porque tudo já estava posto, seja nos estudos ambientais ou nas respostas às informações complementares. O que tem de novo foi a mudança do parecer em resposta ao Ministério Público. Mas tanto não houve nenhum fato técnico novo, em razão de a FEAM, por exemplo, não ter solicitado novas informações para o empreendimento. Então houve uma alteração, mais uma vez, muito bem feita, incluída no Parecer Único, com a inclusão também de uma série de novas condicionantes, mas não houve apresentação de um fato novo técnico. Então isso é importante ressaltar. Foi colocado também sobre a competência do ente federativo, competência da FEAM para conduzir esse processo de licenciamento. A Lei Complementar 140 deixa muito claro em quais hipóteses o licenciamento é de competência da União. Por exemplo, quando localizado em dois Estados, que não é o caso. O empreendimento está integralmente localizado em Poços de Caldas, inclusive a sua área de influência direta não ultrapassa sequer o município de Poços de Caldas, quem dirá então o Estado. Além disso, tem outras prerrogativas na Lei Complementar 140, como localizado em terra indígena, unidade de conservação federal. E a questão também que nem sob um risco radiológico, sendo que depois os que vão me suceder vão falar um pouco mais sobre isso, mas onde a gente tem as devidas manifestações dos órgãos pertinentes, da Cnen, que estabelece que todas as análises que foram realizadas apresentaram uma concentração menor do que 10 becquerels, afastando qualquer possibilidade de o licenciamento ser conduzido no ente federal em virtude desse ponto específico. Inclusive, depois houve uma publicização, uma publicidade também de uma manifestação da Agência Nacional de Segurança Nuclear também sobre esse ponto, pública também. Sobre a questão também que foi colocada de a audiência pública não ter sido realizada, por exemplo, em Andradas, é importante também ressaltar... Presidente, eu gostaria somente de mais 1 minuto. Acho que não vão ser necessários os 5 não. Mas só para complementar esse ponto... Importante, como eu já mencionei, a área diretamente afetada do empreendimento está totalmente localizada no município de Poços de Caldas, sendo que a Deliberação Normativa do COPAM 225/2018, que estabelece os regramos para realização de audiência pública, deixa claro que essa deve ser realizada somente no município que abarca o empreendimento. Ressaltando mais uma vez que sequer a área de influência direta do empreendimento alcança outro município. E aí, só para frisar um outro ponto, em que pese ter sido feita audiência pública também somente em um município — e eu já citei que houve também a audiência pública na Câmara de Poços de Caldas —, o empreendimento realizou mais de 60 reuniões públicas, todas reuniões abertas também para qualquer um que tivesse interesse em conhecer o projeto. Então o projeto foi amplamente debatido em um ano desde a sua formalização. Obrigado, presidente, pela atenção. Demais conselheiros também, todos os presentes.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Antônio Malard. Eu só quero informar para os senhores, aqueles que permanecem aqui na sala, o respeito à fala dos demais. A gente está vendo algum soltando figurinhas aí, isso não se trata de urbanidade. Eu vou ler aqui para os senhores. ‘Cabe ao presidente da reunião limitar a palavra quando: houver inobservância dos deveres de cortesia, urbanidade, respeito, hipótese em que o manifestante, caso necessário, poderá ser retirado da sala de reunião.’ Em outro artigo também, da Deliberação Normativa COPAM, informa que após a manifestação, artigo 67... Vou ler para os senhores, artigo 67: ‘O tempo de duração para manifestação de conselheiros e interessados nas reuniões remotas ou híbridas é o disposto nos arts. 36 e 43.’ ‘O inscrito que estiver participando remotamente deverá sair voluntariamente da plataforma digital após concluída sua manifestação no item desejado, sob pena de ser retirado, sem possibilidade de retorno.’ Então eu solicito. Não estou solicitando neste momento que ninguém se retire. Estou deixando os senhores permanecerem aqui na sala, mesmo aqueles que já se manifestaram, mas eu solicito respeito àqueles inscritos e aos que estão, principalmente, se manifestando. É regimental, então eu solicito. Se não obedecer a regra prevista, aí sim eu vou retirar. Mas eu solicito respeito com todos aqueles que estão se manifestando, independentemente de qual defesa está fazendo, se é de uma forma ou de outra. Só respeito, assim como tiveram com os senhores. Próximo inscrito. Sra. Natália, escutamos a senhora. A senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” Natália Castilho Gonçalves/Sociedade civil: “Bom dia a todos e todas. Eu quero primeiro me apresentar. Eu sou nascida e criada em Poços de Caldas. Eu sou cientista socioambiental formada pela UFMG e mestrando em sociologia também pela UFMG. Eu faço o uso da palavra para registrar uma preocupação que é de natureza institucional, diretamente relacionada com a forma que esse processo vem sendo conduzido no âmbito do licenciamento ambiental estadual. E aqui eu quero responder uma fala que me antecedeu, que pontuou que para quem está de fora o processo possa aparecer rápido. Eu quero dizer aqui e deixar registrado que a população do planalto vulcânico está muito por dentro do processo. Nós estamos atentos a cada movimento, a cada decisão, e a gente vai acionar todos os meios possíveis para que o processo aconteça de forma clara, responsável e seguindo o princípio da precaução, que fundamenta todo o arcabouço da legislação ambiental brasileira. Nos últimos dias, o Ministério Público Federal expediu duas recomendações formais, complementares e amplamente fundamentadas relacionadas ao licenciamento de empreendimento de mineração de terras raras no planalto vulcânico de Poços de Caldas e Caldas, em especial o projeto Caldeira, da empresa Meteoric. E lembro aqui que não cabe à empresa dizer se as recomendações do MPF foram respondidas ou não. Essas recomendações não têm caráter optativo, elas analisam o procedimento administrativo, identificam algumas lacunas técnicas e procedimentais relevantes, além de orientar expressamente a retirada dos processos de pauta da CMI, até que sejam supridas as manifestações consideradas essenciais. A desconsideração dessas recomendações extrapola o plano estritamente administrativo. Ela assume o caráter institucional, devendo ser avaliada à luz dos seus efeitos jurídicos, técnicos e também políticos. O Ministério Público Federal destaca que os empreendimentos propostos mantêm relação territorial direta sim com a área da unidade de descomissionamento da INB, em Caldas, onde se concentra um dos mais relevantes passivos radioativos do país. Mesmo depois da revisão do traçado da área diretamente afetada, o próprio Parecer Único reconhece que a INB permanece sim inserida na área de influência direta e indireta do empreendimento. As distâncias reduzidas de estruturas licenciadas federalmente, como barragens, áreas de disposição de rejeitos e instalações associadas ao passivo nuclear. Portanto, a discussão ultrapassa a dimensão cartográfica ou formal da delimitação de áreas e alcança a necessidade de avaliar riscos sistêmicos e potenciais interferências sobre o processo de descomissionamento nuclear que é licenciado pelo Ibama e supervisionado por órgãos federais especializados. A região do planalto vulcânico carrega um histórico singular no país. Foi ali que foi implementada a primeira mina de urânio do Brasil, cujos efeitos ambientais, sanitários e territoriais atravessaram décadas. Esse legado é amplamente documentado e é hoje objeto de ações permanentes de controle, monitoramento e mitigação por parte do Estado brasileiro. Aqui não se trata de reabrir debates históricos, mas de reconhecer que esse contexto impõe obrigações adicionais de cautela a qualquer novo empreendimento mineral da região. As recomendações do MPF são claras ao afirmar que não é procedimentalmente adequado avançar no licenciamento estadual sem a manifestação do Ibama, que é o órgão responsável pelo licenciamento do descomissionamento da INB, nem sem a manifestação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, cuja competência decorre da legislação federal vigente. Ausência dessas manifestações não constitui um detalhe sanável a posterior, mas um elemento central para a avaliação integrada dos riscos envolvidos. O MPF também registra que houve sequência de atos administrativos,

incluindo a emissão e manutenção de pareceres antes da conclusão dessas manifestações, o que motivou justamente a expedição dessas recomendações. Então, a partir da sua ciência, os órgãos gestores passam a ter conhecimento formal das fragilidades apontadas, o que eleva ainda mais o grau de responsabilidade institucional sobre os atos subsequentes. Nesse contexto, chama atenção que o novo parecer da FEAM, se apresentado ou reformulado após essas recomendações, configuraria um novo fato relevante nos termos do próprio rito administrativo, abrindo espaço legítimo para a reavaliação técnica e eventual do pedido de vista como medida de medida prudência e segurança jurídica. Portanto, aqui não se está discutindo a viabilidade econômica ou estratégia da mineração de terras raras em abstrato, mas a forma como o Estado conduz processos de alta complexidade em territórios sensíveis, respeitando competências, evidências técnicas e o devido processo ambiental. Por isso, eu quero registrar aqui de forma clara a eventual descon sideração das recomendações do MPF, especialmente diante do histórico da INB e da ausência de manifestações obrigatórias do Ibama e da ANSN, pode expor o Estado a riscos concretos de questionamento jurídico, judicialização do processo e aprofundamento do dano institucional. O que se espera neste momento não é velocidade, mas prudência. Não é silêncio, é transparência, não é insistência, mas é responsabilidade. Muito obrigada.” **Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:** “Agradeço a manifestação da Sra. Natália. Próximo inscrito. Sra. Karla Brandão. Alertando, conforme previsão do Regimento, a senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” **Karla Brandão/Representante do empreendedor:** “Obrigada. Eu estou como gerente de sustentabilidade da Viridis e vou trazer alguns esclarecimentos e complementação aos demais que falaram anteriormente. Eu acho importante reforçar, como o José já trouxe, a participação da sociedade civil é legítima e torna o nosso processo ainda mais robusto. Nós entendemos as preocupações apresentadas e reforçamos a questão da elaboração dos estudos, que foram realizados com coleta de dados primários e monitoramentos, que foram realizados nos períodos secos e chuvosos e que continuam sendo realizados. A Natália Castilho trouxe um ponto que novamente confunde o projeto Colossus com o projeto Caldeira. O projeto Caldeira é o item 6.2. O nosso processo está integralmente em Poços de Caldas, distante da INB. E nós já temos a manifestação da ANSN. Falando então sobre a questão do risco radiológico, foi apresentado ao Cnen o relatório de informações preliminares, com mais de 6.000 análises físico-químicas. E com base nesse relatório o órgão omitiu o Parecer Técnico nº 9/2025... E eu vou aproveitar para ler um trechinho desse relatório, que fala que foram medidos teores ou estimados. ‘Foram apresentados teores medidos de urânio natural, tório natural, rádio, chumbo nos minérios concentrados, estéreis, rejeitos, resíduos e efluentes. E os valores máximos encontrados foram de 0,19 becquerel por gama.’ Só para ressaltar que os valores mínimos passíveis de regularização pelo Cnen são de 10 becquerels por gama. Então cerca de 100 vezes menores do que os necessários. Esses documentos fazem parte do processo administrativo de regularização ambiental. Falando um pouquinho sobre a questão hídrica, sobre a disponibilidade hídrica, para levantamento de vazão e afirmação da disponibilidade hídrica nos pontos de captação propostos pela Viridis, foram monitorados 14 pontos na área de estudo, nos períodos secos e chuvosos, com levantamento de dados primários, quantitativos, e esses pontos passaram a ser monitorados quinzenalmente para a geração de uma série de dados para que possamos demonstrar que não há alteração a jusante para nenhum tipo de prejuízo aos usos futuros, aos demais usos da área. É importante reforçar que a outorga, conforme Portaria 48 do IGAM, é emitida previamente à sua intervenção e com os projetos executivos. Logo ela será requerida na próxima etapa, na fase de instalação. O Comitê de Bacia Hidrográfica, o participante da reunião José Edilberto... É um órgão vinculado ao IGAM, e ele pode nos acompanhar, com certeza vai discutir bastante com a gente esse processo. E esse órgão aprova processos que são considerados de grande porte, conforme Deliberação Normativa CERH 07/2022. Então essa deliberação é que determina quais são os processos que devem ser analisados pelo Comitê, e o IGAM elabora esse parecer para apreciação do Comitê. Com relação à ausência de monitoramento de águas subterrâneas, também apresentados pelo conselheiro do CERH, não existe um monitoramento oficial realizado pelo Estado na sub-bacia do Mogi-Pardo, na qual estamos inseridos, mas foram realizados monitoramentos de 98 nascentes pela Viridis, das quais apenas três sofreram intervenções diretas. Os monitoramentos quantitativos foram utilizados para elaboração de um estudo hidrogeológico, e foram perfurados ainda 16 poços de monitoramento de nível de água subterrânea. Atualmente, esses poços e essas nascentes também estão sendo acompanhados para a geração de dados contínuos. Mudando um pouquinho de assunto, sobre a ausência de avaliação tecnológica citada sobre o uso da eletrocinética, a Aliança em Prol da APA Pedra Branca, pelo seu presidente Daniel Tygel, apresentou um artigo científico que descreve um processo de lixiviação in situ com dosagem de sulfato de amônia no solo e posterior passagem de corrente eletromagnética para separação de terras raras no solo. Esse estudo foi apresentado e avaliado pela Viridis na apresentação de informações complementares do processo. A alternativa implica em menor controle operacional e grande impacto ambiental, considerando o impacto direto ao solo e as alterações físico-químicas das águas superficiais e subterrâneas. Nesse caso, além da lixiviação in situ, as terras raras são coletadas diretamente nos custos d’água da região, como a China fazia anteriormente. Por isso, esse processo não foi considerado como uma alternativa tecnológica. O processo de lixiviação via tanques possibilita o controle operacional e o controle ambiental, diminuindo significativamente os impactos possíveis. Muito obrigada.” **Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:** “Agradeço a participação da Sra. Karla. Próximo inscrito. Doutor Alceu está na sala... Próximo. Sra. Maria Teresa. Sra. Maria Teresa, estamos escutando a senhora. A senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” **Maria Teresa Garcia Carvalho Marques Muniz/Representante do empreendedor:** “Muito obrigada. Antes de tudo, a gente quer agradecer sempre o espaço de fala. Eu sou engenheira de minas de formação, especialista em direito minerário, mas, antes de qualquer papel técnico também, eu sou mineira, filha de filha, sou mãe também, vivo em Poços de Caldas tem mais de 13 anos, onde eu me graduei aqui na Unifal. Então eu falo com respeito a todas as pessoas que estão aqui agora, em respeito também ao território em que eu vivo e às instituições que também estão aqui representadas pelos conselheiros. Eu gostaria também agora de esclarecer alguns pontos técnicos e vou ser bem objetiva, no âmbito regulatório das atividades que têm sido realizadas pela Viridis. Em primeiro lugar, foi dito sobre a pesquisa mineral, mas nenhuma pesquisa foi realizada sem alguma autorização prévia. Nós temos plena consciência de que entrar em qualquer propriedade rural é como entrar na casa de qualquer cidadão. E a equipe da Viridis jamais atuaria de forma invasiva, desrespeitosa ou à revelia desses proprietários. A gente não entra chutando porta nenhuma, esse nunca foi e não vai ser o nosso modo de atuação. É importante lembrar também que, conforme a legislação brasileira, o subsolo e os recursos minerais pertencem à União. Então, para que uma empresa privada possa exercer qualquer direito sobre esse recurso, existe um caminho longo, rigoroso e altamente regulado, que envolve diversas etapas técnicas, legais e também administrativas. Atualmente, a Viridis tem o direito legal da pesquisa mineral com a finalidade de promover o melhor aproveitamento da jazida, identificar também e quantificar todos os elementos terras raras. Ou seja, qualquer eventual adição de substância mineral depende necessariamente do avanço do projeto em diversos aspectos: aspectos técnicos, legais. Então não é uma decisão discricionária e nem imediata da empresa. Então eu tenho convicção até que o Cícero poderá também esclarecer esse ponto com muito mais propriedade, mas é fundamental registrar que esse processo ocorre de forma paralela ao licenciamento, o processo dessa adição de substância. Então ele está previsto no parágrafo 7º do artigo 9º do Decreto 9406/2018, do novo código. Então eu faço essa manifestação com um único objetivo e, claro, para contribuir num debate que seja técnico, respeitoso e baseado em fatos, sempre aberto aqui ao diálogo também e à construção conjunta com todos os órgãos ambientais, a sociedade civil e todas as comunidades que estão sendo envolvidas no debate. Muito obrigada a todos.” **Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:** “Agradeço a manifestação da Sra. Maria Teresa. Próximo inscrito. Sr. Éder Nunes... O senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” **Éder Nunes Ferreira/Representante do empreendedor:** “Obrigado. Meu nome é Eder, sou geólogo de formação e sou gerente de exploração aqui na Viridis. Eu gostaria de esclarecer especificamente um ponto que é sobre a recarga dos aquíferos, principalmente aquíferos fraturados mencionados, em função do retorno da argila lavrada para as cavas. A lavra, é bom a gente explicar que ela está planejada em média até cerca de 20 m de profundidade. Então a lavra é bastante superficial, podendo atingir até no máximo 40 m de profundidade. E nessa profundidade ela não vai alcançar a rocha fraturada. Então a gente vai estar basicamente na parte do aquífero, sedimento. Só que quando fazemos a escavação desse material, a retirada do material argiloso, tem uma propriedade específica bem conhecida na engenharia de forma geral, que é o empolamento. Com o empolamento, o volume da argila aumenta, com a escavação, cria espaços vazios entre as partículas de argila. Isso acontece porque, conforme a geologia ali vai se envolvendo, ocorre a compactação natural do solo in situ. Só que quando você escava você tem esse empolamento, que é um aumento de volume ocorrido de forma geral em função da desorganização das partículas de argila; que elas são de forma laminar, como se fossem pequenas placas microscópicas. Quando você vai retornar esse material para as cavas, no sistema de backfield, que é o proposto pela Viridis, a compactação, mesmo que ela é feita ela não alcança a mesma compactação que era original. Então, na verdade, você vai ter um volume maior voltando para as calvas, criando mais espaços vazios. Então, consequentemente, não vai ter a impermeabilização desse material, como foi mencionado. E ainda é bom ressaltar que essa argila já tem uma baixa permeabilidade e uma baixa produtividade hidráulica. Exatamente por essa condição, de estar ali sofrendo o efeito litostático ao longo das eras geológicas, e também do tamanho da partícula de argila que é muito fina. Além disso, é importante também ressaltar que foram feitos estudos

hidrogeológicos bastante robustos com simulações numéricas em vários sistemas, em várias simulações, para que pudéssemos ter a certeza de qual era o impacto nos arredores das cavas abertas. E todos eles indicaram que o efeito desse rebaixamento que podia ser feito, ele é bastante localizado, ele fica mais ali em volta realmente das cavas. E claro que a gente vai continuar fazendo estudos. Esses estudos hidrogeológicos e geotécnicos vão ser cada vez mais intensificados. É isso que eu precisava esclarecer. Agradeço o tempo. Obrigado.” Emanuelly Alves Aguiar/SEMAD: “Próximo inscrita, Márcia Maria Santos... Bom dia, Márcia. Cinco minutos conforme Regimento.” Márcia Maria Santos Mendes Cunha/Representante do empreendedor: “Obrigada. Excelentíssimo senhor presidente, membros desta respeitada Câmara, demais presentes. Márcia Cunha, eu sou gerente corporativa da empresa e gostaria de enaltecer o trabalho técnico e responsável de todos os envolvidos e a condução da presente reunião. A manifestação de todos os inscritos é muito bem-vinda e bem vista pela empresa. E deixo aqui registrado o nosso profundo respeito a cada um. Inicialmente, é importante ressaltar que foram realizadas mais de 60 reuniões no município de Poços de Caldas para discussão do tema. Dentre elas, destacam-se uma audiência pública na Câmara Municipal convocada pelos vereadores, audiência pública oficial conduzida pela FEAM, além de diversos outros encontros com públicos variados, incluindo a sociedade civil em geral, representantes do poder público e de instituições. Na Zona Sul, foram realizadas quatro reuniões prévias, amplamente divulgadas por meio dos líderes comunitários, anúncios, faixas, cartazes, rádios, jornais e redes sociais. Assim, não pode-se dizer que a empresa não tem transparência. Especialmente com relação à sustentação do Dr. José Edilberto sobre a ausência de manifestação do COPAM, destacando de plano minha deferência ao colega, é importante esclarecer que, diferentemente do particular, para o qual se aplica o princípio da autonomia da vontade, segundo o qual os cidadãos podem praticar livremente quaisquer atos ou atividades, desde que não haja uma vedação legal expressa, para o poder público se aplica o princípio da legalidade estrita. Neste sentido, a administração pública, em todos os seus níveis, federal, estadual, distrital e municipal, só pode agir se houver uma lei que autorize expressamente a fazer. Tudo que não é permitido por lei é implicitamente proibido. Assim, simplesmente, por não haver lei que assim determine, não há que se falar em manifestação do Codema em Poços de Caldas. Ainda assim, a empresa voluntariamente apresentou o projeto ao referido do conselho, se abrindo ao debate e colocando-se à disposição para esclarecimento das dúvidas. Caso a referência tenha relação com a emissão da certidão de uso e ocupação do solo, mais uma vez reforço que a lei municipal não determina a oitiva do Codema, tampouco da Secretaria de Meio Ambiente. A certidão possui natureza exclusivamente declaratória, limitando-se a testar a conformidade da atividade de extração de minérios com a Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo, especificamente quanto ao macrozoneamento, zona rural de proteção ambiental, estabelecidos pelas Leis Complementares 92/2007 e 225/2022, que tratam do uso e ocupação do solo e do plano diretor no município de Poços de Caldas. O documento não constitui licença ambiental, tampouco autoriza o início das atividades. A Lei nº 100/2008 atribui à então Secretaria Municipal de Planejamento a competência para analisar e certificar o uso e ocupação do solo. À época, o Departamento de Meio Ambiente integrava a Secretaria, mas a competência específica para expedição de certidões e análises urbanísticas sempre foi do Departamento de Desenvolvimento Urbano, que fica sempre na Seplan. A Lei Complementar 229/2022 criou a Secretaria de Meio Ambiente, que passou a responder pelas ações de licenciamento e controle ambiental. Contudo, a referida norma não transferiu à nova secretaria tampouco ao Codema a atribuição de analisar o uso e ocupação do solo. Tampouco modificou as competências urbanísticas da Secretaria de Planejamento. Assim, a competência para emissão da certidão de uso e ocupação do solo permanece inalterada e recai sobre a Secretaria de Planejamento. Demais informações já foram dadas e esclarecidas pela própria Secretaria Municipal. Muito obrigada a todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da Sra. Márcia. Próximo. Sr. Tiago... Estamos ouvindo o senhor. Pois não, com a palavra. O senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” Tiago Braz/Sociedade civil: “Muito obrigado. Boa tarde a todos e todas. Eu sou Tiago Braz, sou vereador em Poços de Caldas e gostaria de fazer algumas considerações importantes aqui. Ouvi atentamente a todos que me antecederam e gostaria de mencionar tudo que está acontecendo aqui em Poços de Caldas, enquanto representante da população. Em primeiro lugar, recentemente, foi criada na Câmara Municipal uma comissão especial de terras raras, e essa comissão foi criada com uma votação por unanimidade, com o voto de todos os vereadores da Câmara, pois entendemos que desde o início do processo a população não participou de todo o processo. Mediante isso, foi criada essa comissão, com a intenção de, de fato, trazer a população para essa participação, que até hoje é muito confusa. E além de a população não participar, não ter participado de todo esse processo, a prefeitura também não fez essa articulação junto à população. Eu vi os representantes da empresa falando, houve sim uma audiência pública, mas no nosso entendimento, por todo o impacto deste processo dentro da nossa cidade, é preciso uma ampliação muito maior dessa discussão. Eu, enquanto representante da população e presidente, é importante deixar claro que eu fui eleito presidente dessa comissão, a gente está iniciando a condução desses trabalhos. E o que até agora se viu foi uma aceleração em todo esse processo. Visto os apontamentos do Ministério Público Federal, a gente ficou muito preocupado, principalmente tendo em vista o fim de ano, após uma retirada de pauta do parecer, ele ser colocado muito próximo do Natal, dentro de recessos parlamentares, com tanta pressa assim. E ainda gera muitas dúvidas sobre as recomendações feitas pelo Ministério Público, se elas foram sanadas. Então eu gostaria que os conselheiros avaliassem tudo isso, porque houve essa nova manifestação essa semana, e ela precisa ser considerada. E enquanto presidente desta comissão especial eu peço encarecidamente aos conselheiros, especialmente aos representantes da sociedade civil, que avaliem os assuntos novos que estão à tona aí e peçam vista nesse processo. Além disso, esta semana teve uma moção de apelo dentro da Câmara Municipal, enviada à FEAM, inclusive, e eu acho que todos os conselheiros tiveram acesso, que a gente enviou. Essa moção foi aprovada pelos vereadores, pedindo essas considerações, que fosse adiada essa votação. E aí eu não quero nem me atentar à questão de ser favorável ou não à exploração de terras raras. Eu quero me atentar à questão da celeridade na aprovação disso e nas dúvidas que toda a população poços-caldense tem sobre o assunto, em especial a Câmara Municipal, que é a representante legítima dessa população. Sendo assim, é muito importante que os conselheiros peçam ao menos vista a esse processo, considerando as recomendações do Ministério Público Federal e considerando a manifestação legal da Câmara Municipal, que é a representante legítima do nosso povo, para que haja mais um tempo para toda a análise desse processo e para que retire todas as dúvidas do que está ocorrendo neste momento, tanto frente ao projeto Colossus quanto ao projeto Caldeira, que está em todo o planalto de Poços e região e que vai impactar diretamente toda a população da nossa região. Então fica esse apelo, a minha fala é de apelo, presidente. Apelo ao senhor, apelo aos membros do Conselho, apelo especialmente aos representantes da sociedade civil para que seja pedido vista do processo e que a gente tenha tempo hábil para conversar. Eu recebi hoje, hoje eu recebi um e-mail de representantes da empresa querendo, inclusive, participar dessa comissão especial. E a porta está aberta para a empresa, a porta está aberta para a FEAM também. A gente espera conversar com a FEAM sobre isso. A porta está aberta aos conselheiros para participar junto à comunidade de Poços de Caldas. Mas a gente precisa de mais tempo, a gente precisa que essas dúvidas sejam sanadas e precisamos que sejam considerados os apontamentos do Ministério Público Federal. A população de Poços de Caldas clama para que este processo não seja votado hoje. Esse é o meu pedido, e eu espero de coração que seja considerado, que seja pedido vista, que a gente possa sentar, conversar, se reunir e que seja discutido e construído coletivamente e amplamente com a nossa população. Para que independente do resultado final todo o processo seja feito de forma transparente e tranquila e que a nossa população tenha um entendimento sobre tudo isso. Ontem tive reunião com representantes das igrejas de toda a região da Zona Sul de Poços de Caldas, que é que vai ser impactada mais diretamente. E ninguém, ninguém das igrejas, gente, sabia ainda de todo o processo sobre a exploração de terras raras. O que está sendo falado e ventilado na cidade ainda é muito superficial. A gente precisa ampliar esse debate. A gente precisa de fato participar com a população. E é isso que a gente está tentando fazer agora com essa comissão especial...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Tiago, desculpa interrompê-lo. Vossa excelência precisa de prazo adicional? Eu tenho que solicitar ao Conselho que conceda. Vossa excelência precisa de prazo adicional para concluir?” Tiago Braz/Sociedade civil: “Se for possível, para conclusão, eu agradeceria.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Prazo adicional ao vereador Tiago. Os conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok, 5 minutos adicionais ao vereador. Pois não, com a palavra.” Tiago Braz/Sociedade civil: “Eu estava falando, eu fiz a reunião ontem com todos os representantes de igreja, eles inclusive estão formalizando ofícios a serem enviados para a comissão, serem enviados para a prefeitura, inclusive para os conselheiros e para a FEAM, pedindo encarecidamente que seja considerado esse prazo que a gente pede para que todas as dúvidas sejam sanadas. Então por tudo que eu entendi ainda há possibilidade de pedido de vista. Eu queria que fosse considerado isso. Eu falo em nome de uma comissão especial de terras raras. Eu falo em nome da Câmara Municipal, inclusive, que aprovou essa semana essa moção de apelo, pedindo esse prazo maior. Eu falo em nome de muitas pessoas que estão muito preocupadas com a situação como está ocorrendo, mas principalmente pela celeridade de um processo tão impactante para a nossa cidade. E aí é isso que nos deixa muito preocupado. Independente do resultado, se vai sair ou não essa liberação, a gente só pede um pouquinho mais de prazo e suplicamos para que todos os conselheiros compreendam a necessidade e a fala da população de Poços de Caldas. Eu fico muito agradecido pelo espaço. Eu espero de coração que sejam consideradas todas essas questões, em especial a

moção de apelo aprovada pela Câmara Municipal e que a gente possa, através dessa comissão especial de terras raras da Câmara Municipal, ter uma participação coletiva de fato com todos os envolvidos no processo. Isso é importante destacar, a gente conseguiu também, com a aprovação de todos os vereadores, aprovar na Câmara Municipal agora uma emenda ao orçamento, possibilitando ao município de Poços de Caldas que faça um estudo independente para se contrapor ao estudo da empresa, porque aí sim nós vamos ter a realidade dos fatos. Pode ser que esse estudo seja semelhante ao da empresa? Pode ser, está tudo bem, mas precisamos de um estudo independente, e esse estudo tem que ser feito pela prefeitura. E agora tem uma disposição ali, tem um dispositivo no orçamento para que seja feito. Então eu peço que os conselheiros reconsiderem todos esses apontamentos e entendam que tem fato novo sim e que esses fatos novos são os argumentos que vocês têm para o pedido de vista a esse processo. Desde já agradeço a todos e espero que a nossa solicitação, o nosso apelo, a nossa súplica seja ouvida. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação de vossa excelência. Mais uma vez, já disse para os senhores, para os conselheiros, é possível sim um novo pedido de vista em função dos fatos novos. Esse pedido de vista pode ser realizado até o momento da votação do processo. Colocando em votação, não é possível o pedido de vista. Mas neste momento, durante os debates, é possível sim que haja vista do processo, e aí retira-se o processo de pauta, ele volta somente em janeiro. Próximo inscrito. Dr. Marcelo... Boa tarde, Dr. Marcelo... Com a palavra. O senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” Marcelo Azevedo/Representante do empreendedor: “Senhor presidente, bom dia. Senhores conselheiros, bom dia. Meu nome é Marcelo Azevedo, eu sou procurador da Viridis. Vou fazer aqui algumas considerações técnicas, jurídicas em favor do esclarecimento dos conselheiros, especialmente do que foi aventado sobre a questão com relação aos prazos, com relação às recomendações do Ministério Público, e trazer também algumas informações relevantes dos processos judiciais que tramitam a respeito desse processo de licenciamento ambiental. Primeira coisa que é importante indicar, que esse processo já está em fase de deliberação desde outubro. Ou seja, durante todo esse período, o processo sempre esteve aberto à deliberação e não só na fase de deliberação no COPAM, da qual foi primeiro pedido vista aos conselheiros, e esse direito obviamente concedido e autorizado, e os conselheiros, portanto, tiveram oportunidade de avaliar o processo. Depois a gente teve uma nova oportunidade de retirada em referência à instituição Ministério Público Federal. Ainda que o processo estivesse muito bem instruído, essa deferência determinou essa prudência naquele momento, essas informações foram então avaliadas, e agora a gente está novamente num novo momento de deliberação. O processo chegar ao final do ano, o processo chegar ao Natal, não diz respeito a um adomamento do processo, muito pelo contrário, diz respeito à oitiva, diz respeito a esse processo de escuta ativa que já foi executado. Então a gente já está caminhando para o encerramento do processo. Pois bem, o processo de licenciamento não encerra com a concessão da LP. O processo de licenciamento é um processo contínuo de acompanhamento do empreendimento, não só durante a fase de instalação, mas durante toda a fase de operação do empreendimento, inclusive, todas as revalidações de Licença de Operação, nós vamos voltar exatamente neste Conselho para tratar temas que possam porventura terem surgido no meio do caminho. Então não há uma urgência ou uma preocupação a respeito de possível adomamento, porque o debate não se encerra aqui. Nem desprezando a capacidade fiscalizatória de todos os órgãos ambientais, de todos os entes federados, não só do Estado, como do município, dos municípios que se manifestaram, como do próprio Ibama, como também a fiscalização pelo próprio Legislativo, naturalmente feita em razão do Executivo. Então esse acompanhamento, esse receio por ausência de acompanhamento é, na nossa visão, inexistente. Outra questão que eu acho que é importante destacar sobre as recomendações do Ministério Público é que o Ministério Público recebeu, por provocação da ONG Aliança, algumas questões. E o Ministério Público faz o papel dele, que é instaurar a investigação. Isso não significa que ele já está concordando com aquilo que está sendo colocado. Isso não significa que já há uma conclusão a respeito daquilo que está sendo avaliado. E o papel do Ministério Público foi justamente, ao receber informação, notificar os órgãos que eventualmente poderiam ser envolvidos para que esses órgãos prestassem as suas informações. E o tempo do Ministério Público não é o tempo natural dos processos judiciais, não é o tempo administrativo, e uma coisa não se vincula a outra. Após a manifestação do Ministério Público, que trouxe algumas considerações que foram de certa forma absolvidas, o Ministério Público não reiterou as primeiras recomendações que foram feitas. Ele não trouxe aquilo que já havia sido indicado anteriormente, o que já denota que as primeiras recomendações já foram superadas. A segunda recomendação que veio com relação ao Ministério Público... Sr. Felipe, só um instante, por favor, peço por gentileza que não se manifeste. A segunda manifestação que veio, segunda recomendação que veio é uma recomendação no sentido de aguardar os ofícios expedidos pela FEAM em deferência ao Ministério Público. Os ofícios estão registrados, que é em deferência ao Ministério Público que está sendo perguntado àquelas autoridades a respeito das informações que foram solicitadas, justamente para também prestar esclarecimento ao Ministério Público pelo Estado, que é o órgão licenciador. Então a manifestação desses ofícios, as respostas a esses ofícios servem à instrução do inquérito civil. Eles não servem à instrução do processo de licenciamento ambiental. As autoridades ali não são autoridades intervenientes no processo. A manifestação deles vai instruir eventualmente o procedimento que está ali instaurado pelo Ministério Público. Se houvesse uma questão de urgência pelo Ministério Público, ele tem a mais ampla capacidade postulatória, seria ele a ajuizar as ações cabíveis. Senhor presidente, eu acho que em 1 minuto eu consigo concluir, só para trazer algumas informações adicionais a respeito disso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sim, concedido.” Marcelo Azevedo/Representante do empreendedor: “Obrigado. Além do fato de o Ministério Público, portanto, não ter o Ministério Público Federal ou o Ministério Público Estadual, após essas provocações e notificações, não ter ajuizado algumas demandas judiciais e, de certa forma, buscado uma tutela judicial a respeito desse processo, autorizando, portanto, o Conselho a manifestar, porque não há nenhum impedimento nesse sentido, houve a tentativa em três ações judiciais para que isso não ocorresse. Um primeiro mandado de segurança, assinado pela Aliança em Prol da APA da Pedra Branca, que foi ajuizado em 22 de novembro de 2025; e teve uma decisão monocrática de rejeição integral em 12 de dezembro. A mesma tentativa ocorreu no âmbito da ação civil pública ajuizada na Comarca de Poços de Caldas, também pela Aliança em Prol da APA da Pedra Branca, assim como do Instituto Guaicury, no mesmo intuito de impedir a deliberação do processo. Isso foi afastado mais uma vez pelo Judiciário. E por fim o novo mandado de segurança, ajuizado na Justiça Federal, mais uma vez pela Aliança em Prol da APA da Pedra Branca e que foi rejeitada sumariamente. Portanto, só para concluir, não há impedimento, não há nenhuma questão jurídica que impeça a continuidade da deliberação deste processo neste momento. Muito obrigado, presidente, pela paciência e tolerância.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação, Dr. Marcelo. Próximo inscrito... Cefas Garcia está na sala. Sr. Cefas, o senhor tem condições de se manifestar? Sr. Cefas. Pois não, com a palavra. O senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados?” Cefas Garcia Pereira/Sociedade civil: “Eu sou morador daqui de Poços de Caldas, meu nome é Cefas. Na verdade, eu não sou da área, estou mais acompanhando o processo mesmo. Trabalho com desenvolvimento de software, outra área e tal. Então eu não queria trazer os pontos mais técnicos, mas me surpreende um pouco de ser colocado isso por parte da empresa e tudo mais que falta embasamento técnico, porque eu, enquanto leigo aqui, consegui ver um conjunto enorme que todo mundo trouxe de argumento, desde risco a água, risco radiológico, o licenciamento frágil, a questão do próprio Ministério Público. Então acho que essa relação só escancara um pouco a relação autoritária mesmo da empresa de chegar a uma região, se sentir no direito de explorar ali sem levar em consideração todo o contraponto que está sendo feito. Esse diálogo assim quase que unilateral dá para se perceber até na forma do diálogo, geralmente muito mais lido e mais nesse aspecto do que um diálogo pessoal, enfim, como os outros vêm tentando fazer, de forma mais espontânea. Então eu só queria levantar esses pontos que eu acho que escancaram um pouco essa relação, de uma empresa de fora que vem aqui. Eu não consigo ver muito benefício assim enquanto morador daqui, o benefício real disso aqui, a não ser alguns empregos temporários, mas eu não consigo ver um projeto municipal ou um projeto estadual ou nacional de apropriação dessas terras raras. A gente sabe que o Brasil é o segundo maior ou o terceiro maior território com terras raras, atrás da China e algum outro país que eu devo estar perdendo. Mas eu acho que isso deveria vir aliado com a população, num conjunto, fazer parte de um projeto maior que não só uma simples exploração, colocar a gente como a casa do mundo, que vem, você explora, vai embora. Não consegui ver um projeto de longo prazo, quem assume o risco caso isso dê errado. E eu acho que a própria urgência em tocar o processo coloca isso, é essa relação mesmo. Eles vêm, chegam, tiram o que é interessante para eles, levam embora, e depois, enfim, o resto a gente vê depois. Então eu só queria manifestar, eu acho que enquanto cidadão acho que é importante colocar meu posicionamento aqui, que eu também me sinto preocupado. Também não acho que o processo está tão transparente assim para a população. O Tiago Braz colocou aí que é vereador, eu acho que tem esse contato com a cidade, acho que a percepção dele bate com a minha, eu acho que ainda para a maioria da população ainda é algo muito superficial e não levanta de fato os riscos que isso traz, os impactos e tudo mais. E por isso que eu acho que é importante mais tempo, maior entendimento da cidade, do Estado, enfim, desse assunto, de como é que vai ser tocado isso. Eu não vou usar todo o meu tempo, até porque eu acho que tem outras pessoas que podem trazer mais contribuições. Era mais uma manifestação mesmo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a contribuição do Sr. Cefas. Próximo inscrito. Dr. Bruno Malta, pois não, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Com a palavra.” Bruno Malta/Representante do empreendedor: “Obrigado, presidente.

Primeiramente, boa tarde, senhor presidente, senhores conselheiros. Bruno Malta, falo também na qualidade de procurador da Viridis. Não pretendo utilizar aqui todo o meu tempo, até mesmo por conta de todos os esclarecimentos que já foram prestados, todas as informações que já foram apresentadas a respeito da regularidade procedimental desse licenciamento ambiental. Mas um ponto que eu gostaria só de reforçar e que foi já objeto, inclusive, de manifestação por um dos nossos representantes que me antecederam na fala, diz respeito à questão do risco à segurança aeroportuária. Já foi esclarecido que esse empreendimento em especial não traz risco à segurança aeroportuária, de forma que ele não demandaria a provocação de um interveniente no processo de licenciamento ambiental. Mas a minha fala é muito no sentido de trazer um esclarecimento sobre o panorama legislativo, especificamente a lei que cuida do controle de fauna nas imediações de aeródromos, que é a Lei Federal 12.725/2012. Essa lei que vai motivar, inclusive, toda uma sorte de resoluções e atos infralegais para regular a manifestação dos intervenientes. Mas o que eu quero chamar atenção a respeito dessa lei aqui são três conceitos basicamente que estão disciplinados na lei. Primeiro deles é a atividade com potencial atrativo de fauna, que nos termos da lei são os aterros sanitários e quaisquer outras atividades que, utilizando as devidas técnicas de operação e de manejo, não se constituam como foco atrativo de fauna no interior da área de segurança aeroportuária nem comprometam a segurança operacional da aviação. Esse é o primeiro conceito relevante para a gente aqui. O segundo conceito é da atividade atrativa de fauna, que nos termos legais são colocados como os vazadouros de resíduos sólidos e quaisquer outras atividades que sirvam de foco ou concorram para atração relevante de fauna no interior da área de segurança aeroportuária, comprometendo a segurança operacional da aviação. E por fim o conceito de área de segurança aeroportuária, que é a área circular do território de um ou mais municípios definida a partir do centro geométrico da maior pista do aeródromo militar com 20 km de raio, cujos uso e ocupação estão sujeitos a restrições especiais em função da natureza atrativa de fauna. Então, de acordo com os conceitos normativos, de acordo com aquilo que é visto neste processo de licenciamento ambiental em específico e como foi reforçado anteriormente, não há de fato risco à segurança aeroportuária. E a nossa fala aqui é no sentido de fazer essa confirmação e de trazer mais uma vez esclarecimento ao Conselho. Então, pela atenção, senhor presidente, senhores conselheiros, eu agradeço e fico à disposição caso haja necessidade de algum outro esclarecimento.” **Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:** “Agradeço a participação, Dr. Bruno. Próximo inscrito... Sra. Priscila, boa tarde. A senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não.” **Priscila Vieira Oliveira e Silva/Representante do empreendedor:** “Boa tarde, senhor presidente e senhores conselheiros, bem como todos da sociedade civil que estão aqui presentes na reunião. Eu vou ser bem objetiva, acho que todos os meus colegas já contribuíram bastante com o processo. Eu represento a empresa Clam, consultoria responsável pela elaboração dos estudos técnicos ambientais que foram desenvolvidos para o processo de licenciamento ambiental do projeto Colossus, da empresa Viridis. E gostaria de esclarecer que os estudos foram elaborados em consonância com o termo de referência para o licenciamento no Estado de Minas Gerais, por uma equipe técnica multidisciplinar e qualificada, com diversas formações distintas, tais como engenheiros ambientais, geógrafos, sociólogos, biólogos, geólogos, engenheiros florestais, entre outros. Os estudos contaram com dados de levantamentos feitos em campo em distintos períodos sazonais, sendo nos períodos de seca e de chuva. E foram feitos levantamentos nas matrizes de água, solos, sedimentos, qualidade do ar, ruído, vibração, fauna, flora e na parte de socioeconomia também. A nossa equipe de especialistas esteve em campo acompanhando as vistorias juntamente com a equipe técnica da DGR e com os responsáveis pelo empreendimento e também participou da audiência pública no mês de maio. Eu gostaria de agradecer, encerro aqui a minha participação.” **Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:** “Agradeço a manifestação da Sra. Priscila. Próximo inscrito... Sra. Helga. Está na sala? Sra. Edneia...” **Emanuely Alves Aguiar/SEMAD:** “Fernanda Tomaz, Helena Sasseron, Mariangela Turbiani, Maria Regina Correia, Adriane Rodrigues, Levi Moisés.” **Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:** “Tem algum desses que está na sala? Sr. Levi? Sr. Levi, o microfone do senhor não está funcionando. Tenta um fone de ouvido, se o senhor tiver próximo. Algum dos outros falados está na sala de espera? Não? Agora sim, Sr. Levi. Estamos escutando o senhor. Pois não, com a palavra. O senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” **Levi Moisés Alves/Sociedade civil:** “Obrigado. Desculpe pelo inconveniente. Eu vou ser até mais breve do que o meu tempo permitiria. Eu acho que aqui já ficou bem claro, várias exposições. A gente teve os representantes da empresa, seus funcionários, os defensores dos acionistas. Então de um lado a gente teve essa exposição, do outro lado a gente teve diversos setores da sociedade civil, da comunidade, da academia, vereadores de uma cidade, de outra cidade, grupos, coletivos, universitários, professores, enfim, tivemos de tudo aqui nesse outro lado. Então os senhores têm aí bem claramente tudo posto. E de um lado esses representantes da empresa dizem que está tudo certo, tudo foi esclarecido, todos os órgãos, legal, pareceres, tudo muito ouvido. A gente ouviu que a nossa participação da sociedade torna o processo robusto. Essa foi a palavra usada por uma representante da empresa. Robusto, ignorado, robustamente ignorado. É assim que a sociedade aqui a comunidade onde vocês estão vindo se sente, robustamente ignorado. Porque todos os pontos que foram colocados pela empresa e pelos defensores do lucro dos acionistas foram questionados já. Todos eles são amplamente questionados por diversos setores da sociedade. Todos eles, desde a questão regimental, aliás, desde o funcionamento desta própria Câmara aonde eu estou interagindo aqui. Esse próprio grupo que está julgando, que está decidindo o nosso futuro, futuro do meu filho, futuro da minha família, futuro de todo mundo que está aqui. Porque eu estou falando daqui, eu estou falando daqui do planalto. Não sei de onde os senhores estão me ouvindo, mas eu estou aqui. Então os senhores que nem deveriam estar sentados nessas cadeiras, como já foi colocado muito bem, estão decidindo o nosso futuro aqui e vocês aí estão ignorando tudo isso que a gente está falando. Então só que a gente está falando que vocês têm a chance de ter um mínimo de dignidade e falar assim: ‘Não, está toda essa controvérsia de Ministério Público, da sociedade civil organizada e desorganizada.’ Vocês tiveram até a sociedade civil desorganizada, representada aqui nesse processo. Então vocês têm a oportunidade, entregamos uma oportunidade de ouro para vocês. Vocês têm a oportunidade de ter o mínimo de dignidade e falar assim: ‘Em nome desse debate todo, dessa controvérsia, vamos pedir vista.’ Ninguém nem está falando para vocês serem o herói e falar ‘não, vamos questionar o mérito aqui’. Vocês não precisam nem entrar no mérito, vocês podem falar só assim: ‘Olha, em nome de tudo isso, vamos só pedir mais um tempinho para a gente analisar, depois a gente fala ok’. Vocês podem virar lá para as pessoas com quem vocês têm que conversar quando vocês saírem desta reunião e falar: ‘Galera, não dava, estava pesado o negócio. Vocês viram?’ Porque vocês sabem o que vai acontecer se vocês aprovarem isso. Toda essa galera multiplicada por muitos e muitos outros vai fazer de tudo para deixar bem claro o que aconteceu aqui e reverter. Porque, por exemplo, está todo mundo falando das maravilhas do não sei quê, desenvolvimento e não sei o que lá. Nem do ponto de vista capitalista de desenvolvimento não faz sentido, porque vocês vão pegar dióxido disso, daquilo, terras raras, coisa nobre, que é essencial para aquilo, aquilo, aquele outro, a preço de argila. Que maravilha. É um negócio de ouro. Os acionistas, claro, estão batendo palma. Então é um absurdo em todos os sentidos. Então tomara que vocês tenham a sabedoria de aproveitar essa chance que deram para vocês, porque acabou de sair essa novidade desse parecer novo. Então é uma novidade. Vocês podem usar isso e terem um pingão de dignidade e falar ‘em nome dessa novidade e de toda essa polêmica, vamos pedir vista e dar mais uma olhada nisso’. Então espero que dê tudo certo, que possam todos se beneficiar do resultado desta reunião de hoje. Muito obrigado a todos. Um ótimo dia.” **Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:** “Agradeço a manifestação do Sr. Levi. Nós não temos mais inscritos. Eu vou voltar ao Conselho para os debates e as ponderações e destaques. Mas antes de passar para o Conselho, alguns dos inscritos, eu até já relatei isso em relação ao Ministério Público Federal, a recomendação, por que eu não falei. Não falei porque eu não tinha na realidade na recomendação. Quando eu leio a recomendação aqui para os senhores, como eu já fiz em outras ocasiões, é que o próprio Ministério Público, na recomendação, solicita que eu dê ciência ao Conselho. Nessa recomendação, nessa última recomendação, o Ministério Público não solicita que eu dê ciência ao Conselho. E como eu falei para os senhores, assim que eu tive acesso à recomendação, eu mandei para quem de direito. E aí os senhores têm que se atentar, eu já falei isso mais de uma vez, eu vou ler de novo: quem fala sobre a legalidade do processo não sou eu, que estou presidindo, é o Conselho que analisa, é a equipe que analisou o processo. A pertinência ou não da retirada do ponto de pauta, da baixa em diligência, a equipe que analisou o processo que vai fazer essa análise. Então é por isso que eu não falei nada em relação. E até mesmo porque a manifestação, a recomendação do Ministério Público era de ciência dos senhores e na recomendação não foi solicitado, como em outras ocasiões, que desse ciência ao Conselho da mesma. Passo assim a palavra aos conselheiros para suas considerações e debates. O Cícero tinha solicitado a manifestação um tempo atrás. Eu passo a palavra inicialmente ao Cícero. Pois não, Cícero.” **Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM:** “Boa tarde, presidente. Boa tarde, conselheiros, aqueles que nos ouvem e assistem pelo YouTube. Gostaria antes de tudo de cumprimentar a todos e agradecer as colocações, inclusive as desrespeitosas, porque permitem que nós tragamos esclarecimentos para a população geral. Primeiro ponto, presidente, nós temos que trabalhar com uma comunicação assertiva e para ser assertivos nós temos que ter transparência e honestidade. Então para esclarecer, falar aqui para o público que nos ouve, não respondendo diretamente as colocações com falta de educação que foram feitas, mas para deixar registrado. Quando eu fiz minha colocação no início sobre os e-mails que não estavam sendo respondidos, foi após a vossa manifestação, presidente, só para esclarecer que eu estava recebendo dezenas e dezenas de e-mails de pessoas, e-mails repetitivos, sem pontos técnicos específicos. Eu não falei de forma

alguma, como tentaram atribuir a mim, que o Ministério Público não trouxe informações relevantes. O que eu coloquei, repito mais uma vez, é que os e-mails repetitivos de dezenas de pessoas estavam dificultando eu entender o que está acontecendo. Mas durante o processo, durante a reunião aqui, eu recebi um e-mail com nove pontos específicos. E esse e-mail foi enviado por um dos inscritos, um dos primeiros inscritos, se eu não me engano, o Sr. Daniel Tygel. E dos nove pontos específicos eu vou me ater aqui a um deles apenas, para não me alongar, diz respeito a aditamento das substâncias minerais ao título de lavra. Como já foi esclarecido corretamente pela representante da empresa, o licenciamento ambiental corre de forma distinta dos aspectos do 'entre aspas' licenciamento mineral. Ou seja, quem é o detentor do título mineral de uma portaria de lavra requer na Agência de Mineração o aproveitamento de substâncias quaisquer que tenham dentro da poligonal. Isso não guarda relação com nosso trabalho aqui de discutir o licenciamento ambiental. Então é completamente falso, é completamente mentiroso alegar que isso é uma irregularidade, uma irregularidade que está sendo feita. Não é? A Agência vai oportunamente avaliar o relatório de reservas de terras raras, o respectivo plano de aproveitamento econômico e deliberar sobre o aditamento ou não. Se não foi feito, vai ser feito. Tanto faz se foi feito ou não foi. Não guarda relação com o nosso trabalho aqui. Então especificamente com relação a esse ponto 9 demonstra, foi apresentado aqui no meu e-mail, como se fosse uma irregularidade. Na verdade, demonstra a completa falta de conhecimento da legislação mineral por parte de quem escreveu o e-mail. Isso não é um ponto de observação, isso não é um ponto de preocupação, nunca foi. Então os outros oito itens eu nem cheguei a olhar, que eu recebi durante a reunião. Não vale a pena. Vocês querem estar colocando aquilo como se fosse um problema, e não é. Então esses outros oito itens que foram mandados para o meu e-mail, perguntem para a empresa, perguntem para os representantes da empresa que fizeram os estudos ambientais. Muitas das dúvidas já foram esclarecidas. Então, presidente, eu queria colocar essa observação. Como eu citei com relação a transparência, é necessário fazer essa pontuação para que as pessoas que estão ouvindo não entendam que a atuação da Agência está incorreta aqui. Muito pelo contrário, porque a Agência de Mineração cumpre com louvor as suas atribuições constitucionais. A única mineração que a Agência promove é a mineração sustentável, no interesse da população brasileira. Nós temos que buscar, presidente, neste Conselho, o diálogo, o entendimento e a conciliação. Conciliar preservação ambiental com atividade econômica, conciliar o interesse dos municípios com o interesse das empresas. Esse é o nosso papel aqui, sempre a mineração sustentável e sempre o racional aproveitamento dos recursos minerais. Então se a empresa está se propondo a produzir terras raras a partir de argila a preocupação nossa tem que ser como que é o projeto, como que são as medidas que mitigam os impactos. O que vai ser feito de esforço tecnológico para aproveitar bem o bem mineral? O que está sendo feito de esforço tecnológico para atrair investimentos? E isso os representantes da empresa colocaram muito bem. Eles falaram em sequência. Então, presidente Yuri, se os demais conselheiros, se vocês também receberam e-mails repetitivos e sem pontos específicos, gostaria que também vocês se manifestassem, porque isso acaba atrapalhando o nosso trabalho aqui no Conselho. O Conselho é uma etapa final, todos os estudos ambientais já foram feitos, as audiências públicas, as pessoas foram ouvidas. Aqui chega uma recomendação de aprovar ou não o pedido de licença ambiental. Então aqui não é o momento de entulhar e-mail dos conselheiros com informações repetitivas. Aqui é o momento de trazer pontos específicos, questionamento para as empresas, porque o nosso compromisso aqui é com a sociedade. De fato, este Conselho é um Conselho que defende a sociedade. Aqui enquanto representante da Agência Nacional de Mineração, eu não falo por mim, eu falo pela instituição. E eu posso atestar, e quem acompanha a instituição sabe, a transparência da Agência só cresce, a informatização da Agência só cresce, o diálogo da Agência de Mineração com a sociedade só cresce. Tanto é assim que nos fóruns internacionais de nível mundial, de mineração e meio ambiente, a Agência de Mineração é regularmente premiada como instituição que dialoga com a sociedade. Ela é premiada como instituição que tem as melhores práticas de regulação. Nós temos observado isso. Então deixo o meu protesto aqui, presidente, com essas falas iniciais, que foram muito agressivas contra os nossos colegas, contra este Conselho. A sociedade fique tranquila, este não é um Conselho perfeito — perfeito é só Jesus —, mas é um Conselho com pessoas qualificadas, é um Conselho para pessoas que fazem um esforço contínuo de ter independência, como você sempre faz, presidente, dando voz até mesmo, penso eu, às vezes de forma exagerada, para essas pessoas que estão falando. Mas é sua atribuição e sua discricionariedade. Melhor dar voz do que cortar, porque, enfim, nós estamos num país democrático. Então para encerrar minha fala, presidente Yuri, convido as pessoas que fizeram essas intervenções provocativas a perguntarem diretamente para a empresa os outros oito pontos do e-mail que eu recebi, porque o nono ponto, como já esclareci, de aditamento de bens minerais, não tem irregularidade nenhuma, demonstra apenas falta de conhecimento de quem escreveu o e-mail. Então se os colegas conselheiros puderem se manifestar também, se também receberam enxurrada de e-mails vazios e repetitivos, se manifestem aqui. E se for o caso, quiserem comentar algum desses nove pontos, porque o nono já comentei e talvez os outros oito também sejam vazios. Não sei dizer, mas o nono é: não há irregularidade. Então mais uma vez obrigado, presidente. Encerro minha fala, me colocando à disposição do Conselho, me colocando à disposição das empresas e da sociedade civil. E faço um pedido, quando quiserem que um conselheiro faça pedido de vista e cópias ou qualquer coisa, entrem em contato com antecedência, não façam, não mobilizem pessoas para enviar e-mails repetitivos. As empresas fazem isso, elas entram em contato com os conselheiros, perguntam: 'Gostaria de saber mais sobre o empreendimento? Gostaria de uma reunião? Gostaria de algum documento?'. Façam isso. A prefeitura, os conselhos municipais, as associações, entrem em contato com os conselheiros com antecedência, tragam pautas específicas, dúvidas. Porque afinal de contas nós estamos aqui para atender à sociedade, presidente, e para fazer o nosso trabalho nós temos que ter uma comunicação assertiva com as pessoas. Então peço que da próxima vez não entulhem nosso e-mail com informações repetitivas. Façam como as empresas, entrem em contato com antecedência e peçam, façam reuniões, porque é mais assertivo e assim nós teremos futuras reuniões mais corretas e mais produtivas." **Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:** "Obrigado, conselheiro. Ainda com o Conselho... Nenhum conselheiro quer fazer uso da palavra. Eu passo para a equipe que analisou o processo. E aí eu solicito até a equipe que manifeste quanto se era ou não pertinente a baixa em diligência ou retirada do ponto de pauta, conforme recomendação do Ministério Público. Que trate também dessa questão na sua manifestação. Por favor. A equipe da DGR, quem vai falar primeiro? Dra. Angélica, pois não, com a palavra." **Angélica Aparecida Sezini/FEAM:** "Angélica, gerente de controle processual da DGR. Vou trazer aqui algumas questões específicas da parte jurídica que me chamaram atenção na fala dos inscritos, especialmente. A primeira delas é em relação à competência do Estado de Minas Gerais para esse licenciamento. Não só nesse licenciamento, mas em todos os processos que nós avaliamos aqui, a nossa atuação está pautada na Lei Complementar 140, que determina quais são as competências de União, Estados, municípios. E estando o empreendimento totalmente localizado no Estado de Minas Gerais nós não deslumbramos nenhuma razão para que essa competência fosse deslocada para o órgão federal. Então não há razão para que tenha esse deslocamento de competência. E nós consideramos que o Estado atuou de maneira a atender a Lei Complementar 140. Do mesmo modo, toda a nossa legislação estadual trata do licenciamento de mineração. Esse é um processo de mineração em que todas as questões ambientais relativas à Licença Prévia foram analisadas. Estudos mais aprofundados em que haja intervenção, de fato, pedido de intervenção ambiental, incluindo intervenção e recursos hídricos, eles são devidamente analisados com estudos próprios na fase de Licença de Instalação. Então na fase própria esses estudos vão ser requeridos, vão ser analisados, e novos pareceres serão emitidos. Então muitos dos aspectos que foram aventados aqui pelos participantes serão sim analisados em tempo oportuno, de acordo com o procedimento que é adotado por meio da Deliberação Normativa 217, que foi utilizada não apenas neste processo de licenciamento ambiental, mas como em todos os demais que nós analisamos e que são pautados aqui na CMI. Um outro aspecto que eu queria ressaltar é que nesse contexto de Licença Prévia, de fato, algumas recomendações do MP nós acatamos. Não todas, foi um acatamento parcial. Destaco que o Estado tem autonomia para licenciar. As recomendações dos Ministérios Públicos são bem-vindas, e, se pertinentes, nós não temos problema algum em adotá-las. Mas nós não estamos subordinados ao Ministério Público. É bom que isso fique claro, porque nós consideramos a opinião de outros órgãos, acrescentamos no nosso parecer aquilo que julgamos pertinente e que realmente precisava de alguma explicação, algum esclarecimento; notificamos os órgãos que o Ministério Público sugeriu para que eles também se manifestem oficialmente no processo, ainda que o nosso licenciamento não exija essas manifestações nesse momento, mas acatamos e enviamos. E se em algum momento esses órgãos se manifestarem com posições contrárias àquilo que foi a nossa análise até o momento nós temos ainda pela frente o processo que analisará a Licença de Instalação. E o fato de conceder a Licença Prévia não garante ao empreendedor a concessão da Licença de Instalação. Acho que isso é importante a gente ter em mente, porque nesse momento nós não estamos autorizando. Se o nosso parecer for aprovado e a licença, concedida, nós não estamos autorizando nenhum tipo de intervenção ambiental. Não há supressão de vegetação, não há utilização de recursos hídricos ou qualquer outra modificação ambiental do ambiente no território que nós estamos trabalhando nesse processo. Então essas me parecem que foram as considerações jurídicas que não foram faladas pela empresa ou pela consultoria e que eu achei importante trazer aqui. Por fim, participação do Codema. O Codema tem suas limitações, suas competências locais, mas para o processo de licenciamento em nível estadual e até mesmo federal não há obrigatoriedade de se consultar o Codema. O que nós precisamos de manifestação do município é feito através da certidão de conformidade, que tem todos os requisitos do artigo

18 do Decreto 47.383. E essas certidões foram apresentadas. Então formalmente os procedimentos administrativos adotados pelo Estado foram cumpridos, e por isso nós estamos aqui rerepresentando o nosso parecer com as modificações solicitadas pelo Ministério Público e nos colocamos à disposição, se porventura houver alguma dúvida em relação ao que nós escrevemos no parecer, se algum texto não ficou claro, se alguma informação não estiver devidamente tratada. Então nós estamos à disposição, tanto o jurídico quanto a parte técnica.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Dra. Presidente, só retornando aqui a você, eu gostaria que deixasse mais claro, por favor, se haveria ou não pertinência da baixa em diligência ou retirada do ponto de pauta deste processo neste momento.” Angélica Aparecida Sezini/FEAM: “No nosso entendimento, presidente, não há necessidade, não há nenhuma dúvida nossa em relação aos procedimentos que foram adotados até agora, e não há também nenhuma dúvida quanto aos estudos apresentados em relação à Licença Prévia. Então nós não consideramos que há necessidade de baixa em diligência para qualquer tipo de verificação da nossa parte. Todas já foram feitas, incluindo as recomendações do Ministério Público. E retirada de pauta também não há necessidade, por parte da DGR, de levar a cabo esses dois procedimentos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Muito obrigado. Ainda com a equipe da DGR.” Liana Notari Pasqualini/FEAM: “Boa tarde a todos, senhor presidente, senhores conselheiros. Eu fico à disposição caso haja alguma dúvida dos procedimentos técnicos trazidos dentro do parecer. E no mais só reitero o que a Dra. Angélica esclareceu, estando de acordo com tudo que já foi manifestado por parte da equipe da DGR.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado, Liana. Paulo, pois não.” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira/Codemig: “Senhor presidente, com as minhas escusas, eu gostaria de me manifestar impedido no processo da Viridis, pelo atraso, porque a gente estava conferindo uma questão aqui, e consegui ver aqui agora. Só na Viridis.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Paulo, a gente marca o seu impedimento. Ainda com o Conselho. Não havendo mais nada a tratar, leva o processo 6.1, Viridis Mineração Ltda., para votação... Desculpa, João. Sim, claro. Pois não, João. Eu não vi o senhor levantando a mão. Pois não.” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Em primeiro lugar, dizer que foi com muita atenção que consideramos todos os pedidos de vista. Como o Cícero já disse, foram inúmeros pedidos para que nós conselheiros fizéssemos esse pedido de vista. Isso que nós temos feito, inclusive, gastei as minhas noites analisando esse material, até porque durante o dia nós temos de atender os nossos clientes, que pagam pelos nossos trabalhos, e esse é um trabalho voluntário que estamos fazendo aqui. Então temos domingo, feriado, à noite, nessas horas. E mesmo assim, durante essa semana e, inclusive, agora, dedicando o meu tempo e atenção a tudo que eu recebi dos senhores pelo e-mail e, principalmente, as solicitações do Ministério Público. Nós temos um grande respeito pela Justiça deste país, por todos os poderes e pela atuação dela. E deixei para tomar a minha posição, atender ou não ao pedido, após ouvir esse interessante debate que tivemos a oportunidade de presenciar hoje, com participações obviamente ofensivas e lamentáveis, mas outras extremamente importantes e construtivas à opinião que temos formado nos últimos tempos sobre essa extremamente interessante área que está ficando cada vez mais importante que são as terras raras. Elementos terras raras o nosso país e nosso Estado ocupam o terceiro lugar em reservas. É um potencial muito bonito, poético, enterrado, e para que agora esse potencial seja transformado em riqueza, tecnologia e questões extremamente positivas para nossa sociedade e economia, é necessário capital, tecnologia, ciência e participação dos profissionais que aqui apresentaram, desenvolvendo projeto. Inclusive, tem um ponto extremamente importante para este país, que vem sendo discutido em todos os níveis pelos cidadãos conscientes: a verticalização das cadeias. Até foi bem abordado — eu não anotei o nome aqui — por uma das doutoras que falaram sobre o assunto, que é ao qual a Viridis está se dedicando. A Viridis está propondo chegar até a separação dos óxidos dos metais e mais à frente até a construção de peças. Por exemplo, quando você volta às palavras do Sr. Cefas Garcia, por exemplo, ele diz que não sabe o que está acontecendo, para que é isso, que manifestou a sua ignorância sobre o assunto, mas é contra. O Sr. Cefas Garcia não sabe porque não quer, porque a Viridis acabou de dizer aqui que fez 600 reuniões de assembleias abertas, disponibilizou o tempo de profissionais para fazer essa exposição. Isso custa dinheiro. E o Sr. Cefas não foi lá ver. O Sr. Cefas, por exemplo, não sabe: nascer, está lá a maternidade; os instrumentos cirúrgicos, a energia gerada vêm através de produtos que são feitos a partir da mineração. O Sr. Cefas está usando, os computadores que ele está usando para TI, por exemplo, a TI consome muita energia, consome fibra ótica. Esses equipamentos não vão existir se não tiver terras raras. Então para isso, Sr. Cefas, que servem as terras raras. E nós, com a atual situação econômica do Estado e do país, não temos dinheiro para continuar importando tudo isso do país dominante, que é a China, de onde estão vindo praticamente todos esses equipamentos. Então nós temos de ter uma visão ampla de macroeconomia, macropolítica estratégica para ver onde se encaixa o tempo que estamos gastando aqui. Eu poderia estar fazendo outras coisas e estou aqui me posicionando, usando meu tempo para analisar a situação e considerar, inclusive, a solicitação de todos os senhores. É importante, as participações são importantes e até para tomar a decisão de pedir vista ou não. Uma outra consideração. Foram feitas várias considerações, entre elas, a da Angélica Sezini, a do próprio Cícero e a dos próprios procuradores da Viridis. Não vou citar o nome de todos. Que nós estamos aqui analisando a Licença Prévia. Eu entendo que é apenas uma autorização para que a empresa continue o passo seguinte. Até agora não vai implantar praticamente nada. O passo seguinte, onde ela, se ela decidir continuar tentando investir em Poços de Caldas, que já tem o IDH muito alto, se sai muito bem. E uma das contribuições, como é o caso de Poços de Caldas, Nova Lima e outras cidades mineradoras, veio inclusive da atividade mineral. Hoje talvez acho que nem precisam mais. Até a Viridis pode tomar a decisão de implantar esse projeto em Poços de Caldas ou não, investir esses milhões de reais ou mais ou não, porque terras raras só têm raras no nome. Tem terras raras pelo mundo todo, pelos outros Estados, tem em Goiás, tem em outras regiões de Minas. A Viridis, apesar de que já gastou um grande investimento para chegar até onde chegou, inclusive para estar nos esclarecendo aqui, pode em função do que ouviu aqui... Espero, senhor diretor executivo, que continuem esse empenho nesse trabalho que vocês têm feito, na fase seguinte. E também o compromisso seus, estou contando com isso, de que considerem todas as observações consistentes e cabíveis colocadas, desconsiderem as ofensas, desconsiderem as voações de palavras que não têm nada a ver com a responsabilidade que nós temos aqui de tomar essa decisão. Considerem esse tempo perdido, concentrem nas questões realmente pertinentes que precisam ser respondidas. Dediquem-se nisso... Que se dediquem nisso, Sr. José Marques, da diretoria executiva da Viridis, e que nas próximas, continuando esse projeto, essas questões consistentes, pertinentes e as dúvidas sejam respondidas e que continue, como tem feito, aberto a esclarecer a todos, a sociedade, pessoal da tecnologia sobre as questões que são colocadas. Evitando que narrativas, ‘achologias’ permaneçam impedindo ou dificultando a continuação dos estudos. Então nessa confiança é que nós achamos, Angélica Sezini, que realmente devemos ir para a licença, ao próximo estágio da licença. E se nós chegarmos à conclusão de que realmente são pertinentes os argumentos colocados, as questões colocadas, sim, com certeza o projeto não será licenciado por esta comissão. Inclusive, se eu estiver aqui, eu vou ser contra, se isso não for feito. Considerando tudo isso e falando de uma forma resumida, principalmente ao Ministério Público, a quem eu tenho grande respeito, a todos que se dirigiram a mim de uma forma coerente e consistente, a minha posição é de que nós devemos dar esse voto de confiança e cobrar da empresa, caso seja aprovada a continuidade, respostas. Mais respostas, porque ela já tem dado muitas respostas. Mais respostas aos possíveis pontos de dúvida que permanecerem. Muito obrigado pela atenção.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do João. Ainda com o Conselho.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva/Sede: “Boa tarde a todos. Eu vou fazer breves considerações em relação ao que os meus colegas antecessores falaram, só no sentido de pontuar, de realçar, especialmente, que estamos aqui frente a um licenciamento prévio, onde eu considero que várias questões que foram levantadas pela sociedade civil, entendo que a participação deles é legítima. Acho importante que esses processos minerários sejam acompanhados efetivamente da presença, das comunidades, da sociedade civil propriamente, que vai se beneficiar com o que vai estar sendo produzido, assim como também vai sofrer com possíveis interferências ambientais. Então eu acho que é muito importante que o Conselho seja visto com segurança em relação à sociedade. E acho esses pontos, vários pontos técnicos, efetivamente, realçando a questão da relevância das terras raras, como o João Hilário pontuou, inclusive, no dia a dia da nossa vida. Tudo que fazemos uso em termos de tecnológicos não podemos prescindir desses bens minerais. Então acho que os projetos merecem um voto de confiança nesse momento. E como foi dito tudo será acompanhado no passo a passo, e estamos no primeiro deles. Acho que o encaminhamento da licença, no próximo passo, que seria a Licença de Instalação, só vai ocorrer mediante esclarecimentos da empresa e da própria DGR, que está acompanhando todo o processo de perto. Então seriam só essas considerações breves que eu teria a fazer. Agradeço a atenção.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Maria Eugênia. Ainda com o Conselho... Não há manifestação adicional por parte do Conselho. Assim, levo o processo 6.1, Viridis Mineração Ltda., para votação.” Processo de votação. Votos favoráveis ao Parecer Único: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, Idau-TAP e ANM. Impedimento: Codemig. Ausência: Dom Helder. Destaque de voto favorável. Conselheiro Fernando Menezes Belchior/Idau-TAP: “Presidente, boa tarde. É a segunda reunião do nosso instituto neste Comitê. Eu só queria explicar a todos que o Instituto de Direito Ambiental e Urbanístico, nossa função nos comitês que a gente participa — nós somos também da URC do Triângulo Mineiro —, nós verificamos a regularidade da aplicação das leis ambientais. Então esse é o motivo do nosso instituto, que é composto predominantemente por advogados, e é isso que nós fazemos onde participamos, a gente

verifica a aplicação correta da lei ambiental. Então a gente não discute se queremos uma APP de 30, de 100 ou se não existe APP. Eu quero saber o que a lei ambiental fala, o que o processo administrativo ambiental trata, e saber se essas legislações estão sendo aplicadas. Então só quero fazer esclarecimento até para quem não nos conhece passar a nos conhecer. Agradeço as manifestações, os 70 e-mails que nós recebemos, fiz questão de contar. E o meu voto é o seguinte. Apesar de votar favorável, presidente, eu quero justificar porque sempre é assim que procedemos nos nossos votos, mesmo votando favorável ao parecer do órgão. O empreendimento de mineração em análise encontra-se em fase de LP, Licença Prévia, etapa destinada à avaliação de sua viabilidade ambiental, tendo sido submetido ao regular processo de licenciamento com a apresentação dos estudos exigidos pela legislação vigente e a previsão de medidas mitigadoras, compensatórias de controle ambiental. É importante reconhecer que toda atividade humana implica algum grau de intervenção no meio ambiente, desde a mais simples até os grandes empreendimentos estruturados. Não existe ocupação humana absolutamente neutra sob o ponto de vista ambiental. O que diferencia uma atividade legítima de uma irregular é o cumprimento das normas legais, das condicionantes ambientais e a fiscalização permanente do órgão público. Ressalto que a concessão da Licença Prévia não assegura de forma automática a obtenção da Licença de Instalação ou da Licença de Operação, as quais somente poderão ser emitidas caso o empreendimento venha a atender integralmente todas as exigências e condicionantes ambientais impostas pelos órgãos competentes, podendo inclusive ser indeferidas em caso de descumprimento. Diante disso, presidente, voto favoravelmente à concessão da Licença Prévia, ou seja, a favor do parecer do órgão, condicionando o prosseguimento do empreendimento ao estrito cumprimento da legislação ambiental, das exigências técnicas e a fiscalização contínua pelos órgãos competentes, sem prejuízo da negativa das licenças subsequentes, caso não atendidas as especificações ambientais. Esse é o meu voto. Muito obrigado.” **Manifestação da Presidência. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:** “Processo deferido por dez votos favoráveis à manifestação do órgão ambiental, uma ausência no momento da votação e um impedimento.” **6.2) Meteoric Caldeira Mineração Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais metálicos, exceto minério de ferro; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a úmido; Pilhas de rejeito/estéril; Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. Caldas/MG. PA/SLA/Nº 911/2024. ANMs: 817.223/1971, 814.860/1971 e 830.513/1979. Classe 6. Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR). Retirado de pauta em 28/11/2025. Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Transcrição integral. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:** “Passamos ao item 6.2. Meteoric Caldeira Mineração Ltda... Então eu passo a palavra àqueles conselheiros que pediram vista e que querem se manifestar neste momento. E lembrando que ambos os processos, como eu falei desde o início, foi objeto de vista, depois por recomendação do Ministério Público foi retirado de pauta para complementação; veio um novo parecer, um parecer com as complementações solicitadas, e não foi oportunizada vista naquele momento. Então aqui eu passo a palavra aos conselheiros naquela sequência. Primeiro, Zeladoria do Planeta.” **Conselheiro Gustavo Bleme de Almeida/Zeladoria do Planeta:** “Conforme relatório apresentado, estamos de acordo com o parecer do órgão.” **Ciemg.** **Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Ciemg:** “Boa tarde a todos. Senhor presidente, relato de vista apresentado pelo Ciemg, favorável ao parecer apresentado pelo órgão ambiental, sem nenhuma divergência.” **Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindietra:** “Boa tarde a todos novamente. Foi apresentado o nosso relatório de vista com a aprovação de acordo com o Parecer Único da SEMAD, e também estamos de acordo com a inclusão das novas condicionantes apresentadas a partir da recomendação do Ministério Público.” **Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:** “Passo a palavra ao Conselho. Algum destaque por parte dos senhores neste momento? Sem destaque. Então eu passo a chamar os inscritos da mesma forma que fizemos com o processo anterior. Acho que são os mesmos inscritos, pelo menos se assemelha bastante. Os senhores tiram uma foto e um print da tela para saber a ordem da fala dos senhores e das senhoras. Então primeiro inscrito o Sr. Daniel Tygel. Pois não, Sr. Daniel, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” **Daniel Tygel/Sociedade civil:** “Obrigado, presidente, pela concessão da palavra. O que nós assistimos aqui no ponto de pauta 6.1 foi a demonstração clara e inequívoca da falência dos processos de licenciamento ambiental no nosso Estado de Minas Gerais. E quero aqui dizer com muita tristeza, fui citado muitas vezes, a nossa entidade também, a gente não teve direito de fala, por isso não pudemos falar. Então o desequilíbrio fica evidente. E explicar para os novos conselheiros, Idau-TAP, que vocês não estão representando apenas a sua entidade. Essas entidades estão representando a sociedade civil. E se os senhores prestarem atenção o conjunto de todas as falas da sociedade civil, todas, foram no sentido de pedido de vista. Todas, sem nenhuma exceção. As únicas falas em defesa do segmento do processo foram de funcionários, que são remunerados pela empresa e têm o seu interesse pessoal em jogo na aprovação dessa matéria. Todos os que não têm interesse pessoal nessa matéria, que aqui se manifestaram, pediram que fossem feitos os pedidos. E muito me estranha determinadas falas que foram feitas, inclusive pelo setor da FEAM, quando diz que foram acatadas as recomendações do Ministério Público Federal. Isso me parece no mínimo, no mínimo, uma falta de consideração com o órgão público, que é o Ministério Público Federal, que, caso tivessem sido acatadas as recomendações, o Ministério Público Federal não teria exarado novas recomendações. Exarou porque não houve, não foram acatadas as recomendações que foram colocadas. E aí eu estou entrando nesse ponto de pauta 6.2, da Meteoric, não estou me referindo ao anterior. Muito me impressiona quando as pessoas falam de agressividade na voz. Perguntem a uma mãe quando vê o seu filho sendo aviltado e desrespeitado. Perguntem a um pai quando vê a sua família sendo atacada na sua casa, se ela não se colocará de maneira firme em defesa do seu território. O maior desrespeito que está acontecendo é ignorar os elementos fáticos que estão sendo colocados, buscando dar uma ideia de inocuidade da Licença Prévia, como se a Licença Prévia nada significasse. Vocês verão, conselheiros, hoje as ações da Viridis vão explodir e vão ver como o prévio tem sentido. E os senhores também sabem muito bem do lock-in jurídico que está sendo construído, que é o fato consumado. A Licença Prévia tem sim um significado, ela atesta a viabilidade ambiental da atividade ou do empreendimento quanto à sua concepção e localização. Nós temos claros indícios que não há viabilidade ambiental nem na concepção nem na localização, tanto do empreendimento da Viridis, que está a menos de 1 km de moradias, que essa mesma instância aqui, inclusive a FEAM, já negou Pareceres Únicos que foram pelo indeferimento da licença para empreendimentos próximos às moradias. E hoje houve uma exceção na Viridis, uma exceção à realidade. Assim como aqui na Meteoric, também há inviabilidade ambiental e locacional, pela sua extrema proximidade com relação à INB. Enquanto não tivermos a análise conclusiva dos riscos de carreamento sólido de radionuclídeos e metais pesados pela recolocação em backfield da argila lixiviada, que não consta no EIA nenhum controle de pH dessa argila para a devolução à cava, e ela tem aplicação de lixiviação a pH4, que é ácido; se essa argila volta ácida a cava, há possibilidade pela proximidade da INB, pelo passivo ambiental de 100 milhões de toneladas de rejeitos, inclusive, 20.000 toneladas de rejeitos radioativos, de carreamento e ampliação do raio de presença de radionuclídeos. Não houve resposta a isso. Afirmar aqui que foram feitos os estudos sobre radioatividade é um equívoco, quando nós vemos que os próprios dados da empresa atestam, tanto no caso da Viridis, ao contrário do que foi afirmado, que foi uma mentira colocada aqui, porque o documento lá da própria Viridis afirma que uma porcentagem ultrapassou o limite de isenção da radioatividade de 10 becquerels, e aí usaram o termo de que seria estatisticamente irrelevante, o que não consta na legislação. A legislação é clara, de forma absoluta, ultrapassou-se o limite de isenção, então a competência é federal. Isso também se aplica para o caso da Meteoric, que apresentou seus estudos em que vários dos procedimentos dos estudos ultrapassa-se e muito os 10 becquerels por grama, sendo que os ensaios de lixiviação foram feitos com apenas um ciclo, uma batelada, sem a recirculação da solução...” **Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:** “Sr. Daniel, desculpa interromper, mas se o senhor quiser fazer mais uso da palavra eu tenho que colocar em votação. O senhor pretende falar 5 minutos adicionais?” **Daniel Tygel/Sociedade civil:** “Se houver anuência do conjunto de conselheiros.” **Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:** “Ok. Coloco em votação 5 minutos adicionais ao Sr. Daniel. Conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok. Mais 5 minutos.” **Daniel Tygel/Sociedade civil:** “Os estudos apresentados pela Meteoric não apresentam recirculação da solução lixiviante, que é dada por professores de química. Todos eles, inclusive, com atestados técnicos que nós já apresentamos, há aumento de concentração. Inclusive, no caso do Serra Verde, se identificou que pela recirculação ultrapassou-se o limite 10 becquerels, gerando um problemão para Goiás, que teve que gerar um acordo de cooperação técnica, porque foi equivocada a competência estadual. Nós estamos colocando em risco a própria economicidade do Estado ao não identificarmos, de maneira conclusiva, o fato de haver radioatividade. Lembrando que o que a ANSN apresentou não consta em nenhuma legislação. Ela fala de isenção preliminar. Isso não existe. Existe relatório de informações preliminares, e esses relatórios estão incompletos. Cabe à ANSN fazer a solicitação da recirculação. E é esse um dos pedidos do Ministério Público Federal para ambos os processos. Outra coisa que chama atenção, os resultados da Viridis e da Meteoric não estão sendo condizentes um e o outro, sendo que o processo é idêntico em termos de processamento, o volume é idêntico, 5 milhões de toneladas por ano; os processos que são feitos são idênticos, e a distância entre os dois, na mesma bacia hidrográfica, é de apenas 8 km. E a análise dos Pareceres Únicos do 6.1 e do 6.2, mesmo após a recomendação do Ministério Público Federal, não analisou o fato de ambos estarem na mesma bacia hidrográfica e não analisou

os impactos cumulativos com relação à disponibilidade hídrica. O estudo preliminar hídrico feito pela FEAM nos seus Pareceres Únicos não leva em consideração o outro empreendimento, a 8 km, o que é absolutamente absurdo. Quem pode conseguir fazer análise na bacia é o Comitê de Bacia Hidrográfica. Jogar isso para a Licença de Instalação é um absurdo, até mesmo porque a legislação diz que pelo menos o protocolo do pedido de outorga de uso insignificante deveria existir; e não existe. E com relação ao colega funcionário da ANM, que recebe para isso, porque eu não recebo um centavo para estar aqui defendendo a vida da nossa família, da nossa região, eu não tenho interesse pessoal no que está acontecendo aqui. Entenda uma coisa, senhor representante da ANM: cabe ao Estado fazer os estudos e responder de maneira técnica e contundente qualquer questionamento que for feito. Não cabe à sociedade apresentar os estudos completos, mas sim identificar falhas, lacunas, falhas graves e lacunas graves que precisam ser remediadas. Se houver um estudo que responda a esses questionamentos, tudo bem. Agora, o que nós temos é, no caso da Meteoric, a total inviabilidade ambiental, que não permite a concessão da Licença Prévia. Isso é muito claro. O que nós precisamos são ajustes de várias lacunas flagrantes. Então por isso peço para podermos averiguar se as recomendações do Ministério Público Federal e as recomendações novas do Ministério Público Federal foram de fato acatadas na FEAM, para que possamos averiguar se esse Parecer Único de fato dá conta ou não das recomendações, inclusive, as atuais que foram feitas agora, eu peço aos conselheiros que façam uso da prerrogativa do pedido de vista, em nome da representação de todas as pessoas que estão aqui. Essas pessoas não são entulho, essas pessoas não são repetitivas, essas pessoas são vidas, que estão abrindo mão dos seus dias de trabalho para estarem aqui. Ninguém aqui é entulho, ninguém aqui é repetitivo. Aqui nós temos a realidade viva e concreta do território. De novo, me dirijo agora aos representantes da sociedade civil, como também presidente de uma entidade da sociedade civil, que por favor, como não há representação do planalto do Sul de Minas na Câmara Técnica, que não comporta tantas representações, que vocês compreendam que estamos fazendo um apelo enquanto sociedade civil da região do Sul de Minas Gerais, da região do planalto vulcânico, para que essas vistas sejam em nome da sociedade civil. Os senhores da Zeladoria do Planeta e os senhores da Idau-TAP compreendam que não estão representando apenas a sua entidade, mas sim o conjunto da sociedade civil na Câmara Técnica de Mineração. Então com isso quero deixar muito claro, a população não tem o devido conhecimento a respeito do assunto e o processo proposto é absolutamente muito mais impactante do que está previsto. Haja vista, por exemplo, o pedido de outorga, que foi de 7.600 m³ por dia, quando dentro apresenta-se apenas 3.500 m³ por dia. Então a gente tem problemas de discrepância básicos que precisam ser sanados antes da concessão da Licença Prévia. E com isso agradeço a concessão da palavra ao senhor presidente e aos conselheiros.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado pela participação. Próximo inscrito... Sr. Felipe Gomes... Só alertando, desculpa interrompê-lo, 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” Felipe Gomes/Sociedade civil: “Obrigado, presidente. Pessoal, boa tarde novamente, eu sou Felipe Gomes, estou aqui enquanto representante do mandato da deputada federal Duda Salabert, sou engenheiro ambiental, ex-funcionário desta casa. É muito triste a gente ver essa validação, através da concessão da Licença Prévia, como bem dito pelo Daniel, de algo que gerou um fato consumado. A empresa agora tem a Licença Prévia. E se avaliar, por exemplo, a Licença Prévia, a viabilidade ambiental do empreendimento, sem avaliar a questão hídrica, é uma coisa muito surreal. E falo novamente para o pessoal da Idau. Não sei se você reparou, mas foram levantados inúmeros aspectos jurídicos, inclusive do próprio Ministério Público, que nas manifestações exaradas dia 16/12 se expressaram de forma categórica que não era para pautar, que era para segurar até ter a definição correta de que se era realmente competência do Estado. E aí vem a Alger, através do Malard, e fala que... Inclusive, eu queria até primeiro, presidente, desculpa, eu queria só entender: eu fui retirado da sala, por quê, você pode me explicar, por favor? Na outra...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Assim que o senhor se manifestar, eu explico por que o senhor foi retirado. Mas eu sim retirei o senhor da sala e retirarei caso repita da mesma situação. Mas eu justifico.” Felipe Gomes/Sociedade civil: “Eu fazer isso (gesto negativo com a mão)? Não posso fazer isso? Eu só quero entender. Eu fui retirado por que eu fiz isso?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Por favor, Sr. Felipe, conclua a fala do senhor, e depois eu justifico.” Felipe Gomes/Sociedade civil: “Tudo bem. Então eu vou fazer. Eu queria só entender se eu fui retirado por que eu fiz isso? Porque o seguinte, se esta reunião fosse presencial, Sr. Yuri, eu fazendo isso sentado na cadeira, eu teria sido expulso da sala? Vocês iriam lá, sei lá, com a segurança e me retirariam da sala? Só para eu entender, porque assim, eu não poder fazer isso? Eu não falei nada, eu não interrompi a fala de ninguém, eu simplesmente... O senhor falou sobre a questão de não mandar os emojis e tal; parei de mandar, beleza, atendi a sua requisição. Aí eu peguei e simplesmente por fazer um símbolo de negação, então quer dizer que eu sou obrigado a ouvir calado, sem poder me manifestar que eu sou contrário ao que está sendo dito naquele momento? Se fosse presencialmente, presidente, me responda isso: vocês teriam me tirado da sala? Eu teria sido removido da sala se fosse presencialmente? Se eu estivesse num mesmo local que você e estivesse fazendo assim. E também queria saber o seguinte: parece que o Daniel estava fazendo algumas caras, e a câmera dele foi fechada. Vocês fecharam a câmera do Daniel Tygel porque ele estava fazendo algumas manifestações com a mão ou com o rosto? Agora a gente tem que fazer cara de paisagem, presidente? Eu não posso fazer isso? Porque é muito grave, presidente. Eu gostaria que você me explicasse se eu fui retirado porque eu simplesmente fiz um não. Eu não falei nada com ninguém. Eu não digitei no chat, até porque o chat está fechado. Eu não emoji. Naquele momento, a única coisa que eu fazia era isso, presidente. Então é proibido fazer isso. Só para eu saber, para eu parar de fazer. É proibido quando outra pessoa está falando? Então o seguinte, eu fico muito preocupado, pessoal, com essa forma como isso está sendo tratado, a gente não poder se manifestar aqui. E tem informações que não condizem com a verdade. No caso do parecer da Viridis, está lá, a própria ANSN fala que teve resultados acima do limite de 10. E aqui também no EIA, elaborado pela Alger e a Cern, se eu não me engano. No caso da caldeira foi elaborado pela Cern, junto com a Alger. E aqueles resultados que estão lá, tabela 9.65, quadro 9.65, 9.66, 9.67... No somatório dá 11,64. No caso da tabela do quadro 9.66 dá 10.35 a soma. No caso do quadro 9.65 dá 11.15 a soma. Ou seja, está acima. E aí vocês fizeram uma alteração e tal e disseram que homogeneizaram a amostra e tal, e deu abaixo. Mas aí eu pergunto, queria que a empresa respondesse: foi testado 100% do processo, o processo que foi usado para gerar o material é exatamente o mesmo que deu essas análises, inclusive com esses resultados acima? É exatamente o mesmo que vai ser? Fizeram os estudos, os ensaios para definição se é passível ou não de controle radiológico com um processo com algum item diferente. Eu gostaria que a empresa se manifestasse explicitamente. E gostaria que quando o Malard for falar por que ele falou, eu sei que já mudou o ponto, mas é importante trazer a realidade, Malard. Então o laudo da ANSN, antiga CNEM, mente quando ele fala que foram atingidos valores superiores ao limite de isenção? Então alguém está mentindo nessa história.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe, desculpe interromper. O senhor falou 5 minutos, eu já dei 1 minuto adicional. Questiono se o senhor precisa de 5 minutos, pois tenho que colocar em votação.” Felipe Gomes/Sociedade civil: “Eu preciso muito, gostaria de contar com o Conselho.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, 5 minutos adicionais ao Sr. Felipe. Se os senhores concordarem, permaneçam como estão. Ok, 5 minutos adicionais para o senhor.” Felipe Gomes/Sociedade civil: “Muito obrigado. Então nós tivemos lá, tem uma divergência de informação. Então na hora que o Malard for falar eu gostaria muito... E eu fiquei com uma dúvida: Germano e Alceu. Nesse mesmo organograma da Operação Rejeito, citam nomes Alceu e Germano. Vocês sabem dizer se esses nomes que são citados são os senhores? Porque está ‘Cern’. Se a Cern também estiver aqui, podia se manifestar. No ofício que a Duda mandou ontem, tem no anexo 4, se eu não me engano, que é o Ofício 169, que nós mandamos para a ANSN, a gente põe como anexo desse ofício o documento da Polícia Federal. Então os senhores já receberam. Se puderem ver lá no quadro do manuscrito apreendido no celular do Rodrigo Teixeira, que está preso no ambiente da Operação Rejeito, cita esses nomes. Aí podia depois só manifestar se são vocês ou não. Eu não estou aqui acusando ninguém de nada, eu só estou perguntando. Porque eu vi esse documento, é a primeira vez que eu estou encontrando com os senhores e tendo a possibilidade de perguntar. Eu só queria saber, é uma curiosidade, eu acho que tem a ver. É importante, ainda mais pensando que a Meteoric teve uma Licença Prévia, uma licença concedida, assinada pelo Arthur Delfim, que hoje está preso. Isso é um fato. É um fato. Eu não estou aqui atacando ninguém, eu estou relatando fatos e fazendo questionamentos. Eu acho que eu ainda posso fazer isso. Então no caso da Meteoric tem lá explícito, está lá explícito. E aí eu queria que o instituto Idau e o jurídico da FEAM... Eu sei que quem define, quem emite o parecer é a ANSN. Beleza. Mas na resolução o artigo 3º fala que tem que monitorar, e no artigo 4º fala que vai fazer isenção se provar com três anos de operação a média anual abaixo de 10. E aí ela pega e traz, enquanto elemento de isenção, uma isenção preliminar. Isso não existe, como bem disse o Daniel, ou é isento ou é classificado. Que no caso seria classe 3, pelos resultados do EIA. Então aí eu pergunto? O EIA feito pela Cern, assinado pela Alger, está errado? Foram encontrados esses dados dos quadros? É uma pergunta direta, explícita, eu queria uma resposta, inclusive, sim ou não. Se o valor do quadro 9.65, da página 418, volume 2, tomo 1, do EIA, Alger/Meteoritic, que fala que teve 11,15 de equilíbrio secular para tório e urânio, que foi analisado pela Geosolo, esse número está errado ou esse número está correto? Aí pergunto também quadro 9.66 se também está certo ou está errado o 10.35, que é acima do limite de isenção. E faça a pergunta do 9.67, se 11.64, que é acima do limite de isenção, também está errado. E pergunto explicitamente: teve alguma diferença? Porque nos documentos que eu vi falam que não tem o mesmo processo, que ainda não tem todas as etapas. Então o seguinte: a produção dessas amostras considerou exatamente o mesmo processo? E vocês conseguem garantir que

ao longo da operação não haverá elevação? É possível que isso seja garantido? A FEAM, os responsáveis pelo parecer técnico, vocês conseguem garantir que não haverá elevação? E se houver elevação, vai ser feito o mesmo que foi feito lá em Goiás, fazendo um acordo de cooperação técnica? Mas aí eu pergunto: o licenciamento não é prévio? Se o licenciamento é prévio, como que nós vamos deixar para avaliar a isenção lá na frente? Sendo que a isenção é a questão mais chave para definir se este é o fórum competente para julgar essa licença. O mandado de segurança impetrado pela Aliança é claro nisso. O documento que nós mandamos para a ANSN, para o Ministério Público, é claro nisso. A gente entende que não, não é competente. Por quê? Porque o próprio EIA, da Meteoric, fala explicitamente que teve acima de 10. Então, inclusive o mandado de segurança pede que seja anulado. Esses ofícios. Então, presidente e conselheiros, novamente, eu evoco: vamos pedir vista, pessoal. Não dá para a gente dar voto de confiança.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação.” Felipe Gomes/Sociedade civil: “Obrigado, Yuri.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Esclarecer alguns pontos que o Sr. Felipe questionou em relação ao procedimento, isso sim é minha obrigação, com o auxílio aqui da assessoria. Primeiro eu já li, vou ler de novo aqui para os senhores o artigo 67. ‘O tempo de duração para manifestação de conselheiros e interessados nas reuniões remotas ou híbridas é o disposto nos arts. 36 e 43.’ §2º. O inscrito que estiver participando remotamente deverá...’ É obrigação, dever. ‘... sair voluntariamente da plataforma digital após concluída sua manifestação no item desejado, sob pena de ser retirado, sem possibilidade de retorno.’ Então, Sr. Felipe, a primeira coisa: o senhor agora, neste momento, deveria sair, já que concluiu a sua manifestação; deveria sair deste item de pauta. Primeira situação: o senhor já deveria ter saído. Manifestou, deveria ter saído. Eu não cobro isso, a não ser quando a reunião, embora nesta tenhamos muitos escritos, geralmente eu não cobro essa situação, deixo as pessoas permanecerem aqui de forma ordeira. O senhor, naquele momento, o senhor primeiro começou a mandar emojis de fezes. Fiz a correção, o senhor parou. Depois o senhor começou a levantar a mão falando ‘não, não, não’ e atrapalhando uma pessoa que estava se manifestando. Aí o senhor pergunta: ‘E se eu estivesse presencialmente, o senhor iria pedir para me retirar, ia chamar a segurança?’ Não ia chamar segurança, eu ia pedir para o senhor se retirar. O senhor teve a experiência disso pessoalmente comigo na audiência pública. O senhor lembra de uma audiência pública que eu estava presidindo, e o senhor estava lá, quando a pessoa levantou parece com folder, levantou, a pessoa estava se manifestando? Eu lembro que era uma senhora ainda que estava se manifestando no púlpito, ele levantou com a roupa toda escrita em prol daquela mineradora. Eu pedi para ele sentar, eu solicitei que ele sentasse sob pena de ser retirado. Eu ia pedir a retirada dele. Então a questão, Sr. Felipe, primeiro, era obrigação do senhor não estar aqui. O senhor poderia, deveria se retirar. Não estou cobrando isso do senhor. O senhor está aqui, não vou retirá-lo de novo, desde que não haja necessidade. Havendo necessidade, eu vou retirá-lo de novo. O senhor ou qualquer outro. Inclusive, eu já cerceei palavra aqui de conselheiro que não estava respeitando inscrito, e o Sr. Sandoval, que está aqui presente, é prova disso. Então eu respeito sim a manifestação de todos. E por respeitar a manifestação de todos eu exijo respeito por parte de quem está inscrito àquele que está falando. E vai ser assim. Próximo inscrito.” José Edilberto da Silva Resende/Sociedade civil: “Presidente, José Edilberto, presente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, Sr. José. O senhor tem 5 minutos, podem ser prorrogados.” José Edilberto da Silva Resende/Sociedade civil: “Obrigado. Inicialmente quero agradecer as falas do Daniel e do Felipe aqui que me antecederam e ressaltar o meu convite na minha fala anterior. Vamos conhecer o planalto de Poços de Caldas. Eu convido o Conselho aqui. Eu fiquei um pouco frustrado com a função, o múnus público que os conselheiros se dispõem a prestar esse tipo de serviço, remunerado ou não ou voluntariamente, dizer que perdeu horas de sono, que não é remunerado. Então se tiver algum impedimento que o impeça de receber e-mail de qualquer manifestação nossa como sociedade civil, como o único meio de contato... Até, presidente, eu registro aqui a necessidade de sanear a lista de e-mails, porque eu recebi quatro e-mails — se quiser, eu posso indicar as devolutivas de não entrega dos e-mails. Aí eu desconheço os motivos. Mas eu entendo que uma vez prestando esse serviço público aqui as pessoas se dispõem a receber qualquer tipo de manifestação, lógico que respeitosa, seguindo o Regimento. Cito aqui a Deliberação 247, artigo 37s e 40, sobre a diligência, pedido de vista e em particular o artigo 40, que é para sanar eventual dúvida. É uma prerrogativa, uma discricionariedade do presidente, do próprio presidente. E aqui na foto que está de fundo de tela minha aqui apresento para vocês a barragem de Águas Claras, da INB, que foi tão mencionada e tão discutida e objeto desse ponto de pauta, que está no município, na divisa praticamente entre Andradás, Poços de Caldas e no município de Caldas. Tem interação com todos os municípios. Enquanto estamos falando aqui, 9 toneladas de cal está sendo alterado o pH para essa água ser neutralizada e colocada nos corpos hídricos, o que foi bastante citado aqui. Eu vou fazer uma fala aqui bastante sucinta, presidente, e vou na linha do que eu falei inicialmente, sobre o empreendimento em questão, que afeta diretamente o sistema hidrológico do planalto vulcânico, e os impactos são cumulativos. É necessário dizer que, embora a DGR tinha mencionado que não é questão de deslocar competência, mas no ponto exatamente entre Andradás e Poços de Caldas tem uma serra que divide a água e a borda da caldeira vulcânica. Isso é um ponto, é o primeiro ponto que eu destaco que o impacto é cumulativo, e o sistema fraturado comunica subterraneamente. Quanto aos precedentes, que eu fui citado duas ou três vezes na fala anterior, sobre os precedentes administrativos, eu sugiro que os conselheiros baixem em diligência internamente e procurem os precedentes da própria Supram indeferindo alguns processos classes 2 e 3, não classe 6 como esse, com o próprio fundamento no que está sendo discutido aqui. E historicamente os precedentes que já se formaram, eu vou dizer que foi uma jurisprudência propriamente, o Codema foi ouvido e sequer foi devolvido para o Codema se manifestar sobre uma simples limpeza de solo para poder implantar o empreendimento em questão. Por isso, eu reitero novamente a necessidade dessa diligência dos conselheiros, buscarem os documentos que a sociedade civil encaminhou, que lá já constam os processos. E o segundo ponto é a fragilidade dos relatórios que mencionam o balanço hídrico e a própria demanda. O parecer da FEAM reconhece a redução de fornecimento do município. E os barramentos que foram citados, que serão fontes de abastecimento do empreendimento, só fazendo menção ao que foi dito, na crise hídrica, foi o que salvou o município de Poços de Caldas com relação ao abastecimento. Então é um ponto de atenção que deve ser considerado, porque o fato de o barramento estar isolado não significa que ele não está abastecendo ou nutrido o subterrâneo. Eu já estou caminhando para conclusão, senhor presidente, e se possível só estender um pouquinho aqui. Eu já falei isso, mas vou reiterar: a ausência da avaliação integrada dos impactos cumulativos. Essa demonstração precisa aparecer e ouvir a própria CNEN, agora Agência Nacional de Segurança Nuclear. Isso é muito importante. E a Resolução do Conama é clara. A 01 do Conama. O impacto cumulativo e sinérgico não é opcional, é uma obrigação legal. Então aqui eu invoco da forma que foi dita, mas é o ônus da prova do empreendedor e não do território. Então o empreendedor tem que trazer esse ponto aqui para que seja iluminado e sanado de qualquer ponto. Respeito o rito, respeito os votos, respeito o regimento aqui, mas é necessário mencionar esses pontos aqui que sejam efetivamente cumpridos. Os riscos geoquímicos, radiológicos de competência do licenciamento. Trata-se de depósito complexo de terra rara com potencial de presença de urânio e tório. Já foi dito aqui, então eu só reitero e resgato as falas anteriores para não ficar redundante, que são materiais naturalmente radioativos e é genérica suficiente para todo o território hidrogeologicamente sensível. E por fim eu menciono aqui em Poços de Caldas os empreendimentos se inserem em unidade hidrologicamente sensível e afetam diretamente os municípios fronteiriços do Estado de São Paulo. Mais uma vez reitero essa necessidade de que o Ibama se manifeste, traga a essa discussão aqui, que ele efetivamente não participa do processo. Então com isso eu encerro a minha fala por hoje. Eu tenho um compromisso. Agradeço a atenção. E, novamente, uma vez voluntários, os conselheiros têm que estar dispostos. Então não é questão de pedir uma entrevista nem tampouco falar que ‘entupiu a nossa caixa’. Gente, é isso, vocês se dispuseram a prestar esse tipo de serviço, e o e-mail está lá’. Peço a revisão dos e-mails, presidente, que é necessário, porque essas pessoas que não foram ouvidas ou estão em excesso ou então é necessário revisar e atualizar os e-mails de quem se prestou a esse serviço. Mais uma vez, agradeço a atenção e permaneço à disposição aqui. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. José Edilberto. Próximo inscrito... Sr. Lucas, só alertando, conforme definição do Regimento, o senhor já sabe, 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não.” Lucas Turbiani Pereira dos Santos/Sociedade civil: “Boa tarde agora a todos. Pedir desculpa ao presidente, que eu tinha me manifestado antes, eu não sabia que podia manifestar, do Regimento, agora eu sei. Então peço desculpas. As minhas colocações, na verdade, são as mesmas. Nesta audiência aqui, teve inúmeras pessoas da sociedade civil, inúmeras pessoas com estudos técnicos independentes das mineradoras que estão apontando que tem diversos riscos e problemas que não estão sendo colocados em questão. Eu gostaria agora, eu não sei como poderia ter acesso aos pareceres técnicos que as mineradoras fizeram, porque eu sinceramente não consegui ler, não tive acesso. Então se vocês puderem deixar disponível publicamente. Eu gostaria de só reiterar, tem uma questão que é a questão do risco à saúde, tem a questão como apontaram já anteriormente mais uma vez da questão de vazamentos radioativos; existe a questão ambiental. Foi dito por um dos representantes, não sei se da Meteoric, que tem só 10% de mata nativa na área de mineração. Eu não acho que seja só. Numa situação de biomas tão devastados, 10% eu acho que é significante, eu não acho que é algo que possa ser descartado. Sim, tem uma região que está bem antropomorfizada, eu entendo isso, mas eu acho que deveria ser considerada sim a preservação ambiental dos biomas, em especial aqueles que estão sob maior estresse. Eu gostaria também, na mesma linha que foi dito anteriormente, as pessoas que estão aqui voluntariamente representando essas entidades, nós

também estamos aqui voluntariamente representando a sociedade civil. E diferentemente de vocês, vocês que estão aqui voluntariamente, vocês têm um poder muito grande de dar validade ou não ao parecer. Então vocês não estão aqui a passeio. Vocês deveriam ter, eu acredito, escutado um pouco mais o que a sociedade civil tem dito. Eu entendo os laudos técnicos, mas acho que deveria considerar também os laudos independentes das mineradoras. Eu não vou me estender porque é basicamente aquilo que eu havia dito antes. Eu apenas peço que vocês levem em consideração o direito à saúde, o respeito ao meio ambiente e o respeito à paisagem também das pessoas. Porque vocês não consideram muitas vezes na questão econômica esses impactos, a devastação da paisagem também deveria ter sido levada em consideração. Mas é só isso, então agradeço a paciência de todos. E boa tarde.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Lucas. Próximo inscrito. Sr. Odair... Sr. Odair não está na sala. Sra. Cleo Martins... Próximo inscrito... Sra. Maria Antônia, com a palavra. A senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” Maria Antônia Muniz Barreto/Sociedade civil: “Obrigada. Mais uma vez agradeço a oportunidade. Eu fiquei pensando aqui se valia a pena me manifestar de novo, porque a sensação que a gente fica é de que tudo que está sendo dito parece que está sendo apenas para cumprir um rito e não para ser considerado de verdade. Porque eu ouvi tanta coisa, tanto detalhe, tanta coisa importante que foi dita aqui hoje. Eu estou acompanhando desde o início, não arredei pé daqui. E diga-se de passagem também por voluntariado. Aliás, voluntariado de 24 anos sem receber um centavo para participar de conselhos, para participar de audiências públicas, de Comitê de Bacia, de conselhos de parques, enfim, sempre em defesa do meio ambiente, das águas, da vida. Então eu tive que estudar, eu tive que procurar conhecimento. Então não são só os momentos em que a gente está aqui presente que são investidos. É um tempo grande da nossa vida que deixamos de dedicar a filhos, a família, para se dedicar à defesa de seres que não têm como se defender. Porque quando falamos de natureza eles não têm voz, a natureza não tem voz. Ela tem voz apenas nas legislações, que são muitas vezes criadas com essa função. Mas muitas vezes as legislações também são desconsideradas ou são transformadas em função de interesses que se colocam maiores em determinadas situações. Foi colocada aqui hoje a questão do licenciamento. Então, por exemplo, uma coisa que me assusta, que me faz questionar, é a participação da ANM. Sem querer fazer críticas pessoais, mas é da ANM como um todo. A ANM, já ouvi muito porque nosso foco são as águas minerais. Então durante todo esse tempo a gente esteve muito próximo das questões ligadas à mineração, porque água mineral é considerada minério. E a ANM, além de ser um órgão de fomento, esse tipo de crítica ou de consideração, eu sempre ouvi, antigamente era o DNPM. ‘DNPM é órgão de fomento, DNPM só está preocupado em aumentar a mineração’. Mas pela legislação de 45 a atual ANM deveria também proteger. E nesse caso existe conflito. Existem dois tipos de minerais, digamos assim, que estão em conflito, porque se prioriza as terras raras, se prioriza o lucro que as terras raras vão dar, deixa-se de considerar a sustentabilidade das águas minerais. Porque me dizer que vai haver monitoramento de águas subterrâneas, monitoramento de águas subterrâneas é uma questão muito crítica, porque no momento em que você monitora e detecta uma contaminação, como é que reverte? Como é que se reverte alguma coisa que aconteça em nível de águas subterrâneas a partir de uma contaminação de uma percolação que venha por conta de um produto químico que foi colocado ali? Inclusive, eu gostaria de saber se foi considerado o estudo Siga que foi desenvolvido pela Codemig, que inclusive temos aqui um representante, que é o Paulo Eugênio, que se absteve da votação. Queria inclusive ouvir a Codemig em relação a isso, porque são coisas conflitantes, a meu ver, são coisas conflitantes. Você precisa proteger tanto a mineração de terras raras quanto a mineração de águas minerais. Quer dizer, a exploração de águas minerais, que, como eu repito, já tinha sido dito por mim e por outros, a nossa região é uma região turística que se baseia em águas minerais, são estâncias hidrominerais, são municípios que foram criados a partir das águas minerais e se sustentam em muitos aspectos a partir das águas minerais. Então, no momento em que eu libero uma mineração como essa, provavelmente eu estou colocando em risco as águas minerais. A não ser que me prove o contrário, e não com o monitoramento futuro, um monitoramento que ainda acontecerá. Então isso para mim é muito grave, porque tudo que existe em termos históricos, em termos de identidade, em termos de sustentabilidade, inclusive, econômica dessas regiões, apesar de ter outras atividades também, mas a base é o turismo. E o turismo se baseia também em paisagens, se baseia num meio ambiente equilibrado, se baseia num subsolo delicado, muito delicado e que precisa estar equilibrado, precisa estar sendo respeitado, aliás, reverenciado, porque nos proporciona de graça todas essas águas maravilhosas que, inclusive, são curativas. Quando há interferência nesse subsolo, na maioria dos casos ou acho que em todos os casos, a interferência se torna irreversível. E como é que ficam essas estâncias hidrominerais num caso desse? E outra coisa que me chamou muita atenção foi a minimização da Licença Prévia. Como se a Licença Prévia não fosse nada demais, tipo ‘não, daqui a pouco a gente vai ter a Licença de Instalação, e aí os erros poderão ser considerados.’ Mas e os investimentos que a própria empresa vai fazer? Eu quero mais 5 minutos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Desculpa interrompê-la. Cinco 5 minutos adicionais à Sra. Maria Antônia. Os conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok, 5 minutos adicionais.” Maria Antônia Muniz Barreto/Sociedade civil: “Muito obrigada. Eu estive reconsiderando se eu devia falar ou não, mas depois que eu comecei agora já me empolguei. Porque eu acho que a coisa é séria, e é séria a frustração que fica na gente mesmo. Fica aqui uma frustração séria. Será que estão nos considerando? Porque tudo que foi dito aqui parece que não adiantou de nada, parece que não contribuiu em nada. Então essa história de 60 reuniões: e tudo que foi dito será que foi considerado? Porque aqui me parece que não está sendo. Foram feitos apelos, pedidos. Se a coisa é tão robusta, por que não dar mais tempo? Qual o problema de se ter mais tempo? Se é só uma Licença Prévia, por que não ter mais tempo para discutir, para debater, para atender as dúvidas? Porque me parece que existem muitas lacunas, muitas dúvidas. Ou o processo não está bem explicado ou as pessoas ainda não têm conhecimento suficiente para entender o que está acontecendo. Então acho que é justo, é digno, é válido que os conselheiros que representam, principalmente no caso, como já foi dito, a sociedade civil, que acho que a grande manifestação aqui foi de sociedade civil, conselheiros que representam a sociedade civil não podem ouvir os apelos da sociedade civil e considerar a possibilidade de pedir vista? E aí também eu faço uma pergunta ao nosso presidente aqui, muito preocupado com os ritos e com o Regimento e com a regularidade das questões. Eu entendi que o presidente tinha prerrogativa de baixar em diligência para os casos de lacunas de informações que ainda precisariam ser consideradas e ser obtidas. E aí eu pergunto para o senhor presidente: o senhor não tem como fazer isso de forma, digamos assim, por sua livre e espontânea vontade ou conhecimento? Porque é claro que o presidente deve ter estudado o processo. E aí eu vi que foi colocado se existe pertinência para baixar em diligência ou não. Eu imaginava que o próprio presidente tivesse a sua opinião, baseada nos estudos que ele fez desse processo todo. Que eu acho que nenhum conselheiro está aqui sem conhecimento de causa. Claro que se vai se votar uma matéria o mínimo que se espera é que o conselheiro tenha conhecimento da situação, que estude, que tire dúvidas e que tenha sua opinião também, apesar de estar representando um grupo. Mas enquanto conselheiro ele deve ter a possibilidade de se manifestar, de ter uma opinião baseada naquilo que ele está ouvindo, inclusive baseado no que foi dito hoje. Então eu fiquei meio perdida com relação a isso. E reitero também o pedido de vista novamente, porque eu acho que é justo, é válido, é pertinente que se dê mais tempo para os debates, para as discussões. E que isso também pode evitar investimentos que se percam das próprias empresas, em respeito às próprias empresas. Porque se a Licença Prévia é dada de forma ainda insegura, digamos assim, para que depois na Licença de Instalação se considere aquelas questões que estão sendo colocadas, me parece que pode ser um desperdício de investimento. Ou se isso faz parte de jogos, de jogadas de investimentos em bolsas e coisas e tal, eu não estou nem entrando nesse mérito. Mas parece que isso também é um fator que pode estar sendo considerado. Enfim, eu fico triste sim porque a gente trabalha durante muito tempo como voluntário, a gente se empenha, a gente se dedica e às vezes a gente percebe que parece que é tudo uma questão de rito, que está tudo já definido, decidido, já existem posicionamentos e que independente do que vai ser ouvido, do que vai ser colocado, esses posicionamentos já estão concretizados praticamente, não vão mudar. E isso deixa a gente, que tanto tempo milita na questão ambiental, na questão da vida, da proteção de todos, do bem comum, porque sem vida, sem água, nenhum de nós estaria aqui. Então acho que são questões básicas. Isso nos deixa bastante triste, mas a gente insiste porque nos resta insistir, nos resta continuar, nos resta fazer o nosso papel. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da Sra. Maria Antônia, e a pergunta é pertinente, Maria Antônia, em relação aos procedimentos e às minhas ações. Até quando eu comecei eu até falei assim para assistir outras reuniões. Ontem mesmo nós tivemos um caso semelhante, eu falei isso no início da minha fala, quanto a Fiemg pediu a retirada de um ponto de pauta, de um processo que estava sendo encaminhado pelo indeferimento, e eu não retirei. E do mesmo jeito que eu fiz hoje eu perguntei a pertinência ou não da equipe, que naquele momento falou que a baixa em diligência não era pertinente. Primeira coisa, baixa em diligência e retirada do ponto de pauta são semelhantes, mas não são iguais. A baixa em diligência é ocasionada por solicitação de um conselheiro quando algum ponto de pauta não pode ser esclarecido no momento da reunião. Então, se ele pede a baixa em diligência, eu vou questionar a equipe técnica e jurídica que fez a análise do processo se é pertinente ou não, se consegue esclarecer aquela questão no momento da reunião. Não sendo possível esclarecer, você baixa o processo em diligência. E o nome já indica, é uma diligência que será realizada. A retirada do ponto de pauta já não tem um conceito na Deliberação Normativa COPAM 247. Então a retirada do ponto de pauta seria tudo aquilo que não seria a baixa em diligência, que não seriam os casos onde aqueles questionamentos

não seriam possíveis de serem sanados no momento da reunião. Aí eu vou ler um trecho aqui, inclusive, de uma resposta que eu já encaminhei a alguns órgãos, algumas demandas que eu já recebi. Justamente essa questão que a senhora está trazendo agora. 'Quanto à decisão de retirada de ponto de pauta ou baixa em diligência prevista no artigo 29 da DN COPAM 247/2003, é uma prerrogativa do presidente da reunião, mas é geralmente exercida em respostas e falhas processuais imediatamente verificáveis e formalmente levantadas durante a reunião, os requerimentos explícitos e fundamentados de conselheiros nesse sentido, e não para iniciar uma complexa auditoria externa de investigação forense. Nesse caso, não seria baixa em diligência, eu teria que retirar o processo de pauta. Ressalta-se que ambas é uma prerrogativa decisória do presidente, que poderá ocorrer mediante provocação ou de ofício. Então, naquela primeira pergunta da senhora, eu posso fazer isso, o presidente pode fazer isso de ofício? Posso, posso fazer isso de ofício. Todavia, a pertinência e os fundamentos devem ser oferecidos e justificados pela equipe técnica interdisciplinar responsável pela análise do processo. Então há pertinência, eu posso fazer de ofício, mas como servidor público está lá esculpido na Constituição Federal, artigo 37, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência. Pelo princípio da legalidade, eu tenho que fundamentar os meus atos. E a minha fundamentação quem é que tem que dar? Quem tem que dar é quem analisou o processo. E aí eu vou mais além. Aí a senhora pergunta: 'Mas é a sua opinião?' Não é a minha opinião. Quando eu exerço uma opinião, quem exerce a função é o Estado e não eu. 'Ah, mas essa é a sua opinião. Isso é o que o senhor acha?' Não, não é o que eu acho. Na Nota Jurídica AJU 91/2019, a Advocacia Setorial da Advocacia Geral do Estado (AGE) registrou a distinção das funções dos conselheiros das Câmaras Técnicas Especializadas dos magistrados, dos agentes públicos, investidos em atribuições constitucionais, sendo dotados de liberdade funcional no desempenho das suas funções, com prerrogativas próprias em legislações específicas. Então eu não tenho a discricionariedade que um juiz tem. Eu não tenho a discricionariedade que um deputado tem, que um vereador tem, que um magistrado tem. Eu estou adstrito à lei, e quem vai me dar a fundamentação é quem analisou o processo. E aí, palavras da AGE, siga aqui o parecer deles. 'Inclusive, nessa toada, a AGE afirma que aos conselheiros são vedados os atos que espelhem exclusivamente suas convicções e posições pessoais em detrimento do posicionamento de quem os representam, mas em nome do órgão, entidade que os indicou. 'Deve o representante', a palavra da AGE, lembrando que, conforme a lei da AGE, quem cabe as interpretações no Estado de Minas Gerais, e eu devo seguir, é dever, não é discricionariedade, cabe à AGE a interpretação dos atos que eu tenho que seguir. 'Deve o representante sempre buscar o interesse público e observar os princípios constitucionais inerentes à atuação da administração, bem como na temática ambiental zelar pela preservação e conservação do meio ambiente nos termos preconizados pelo ordenamento. Assim, não agindo...' Ou seja, se eu agir em convicção pessoal naquilo que eu acho, 'estará sujeito à responsabilização pessoal na esfera cível, penal e administrativa'. Fazendo contraponto, 'saliento que os magistrados ao rever', e aí ele faz a comparação de novo, 'podem ser responsabilizados quando houver dolo ou fraude em seus atos jurisdicionais'. Então, Sra. Maria Antônia, eu aqui não... Eu não posso passar a palavra para a senhora." Maria Antônia Muniz Barreto/Sociedade civil: "Só um detalhe, o senhor me desculpa..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu não interrompi a senhora, por favor. Eu não posso voltar a palavra porque o Regimento Interno prevê que o inscrito fala apenas uma vez. A senhora fez um questionamento a mim relação ao procedimento, e eu estou esclarecendo. Eu não posso passar a palavra, não é um debate. Então, só concluindo, as minhas manifestações serão embasadas por aquilo que a equipe entender pertinente. Por isso que eu questionei aqui: é pertinente a retirada do ponto de pauta, a baixa em diligência do processo anterior? A mesma coisa eu vou fazer nesse processo. É pertinente a retirada do ponto de pauta ou baixa em diligência desse processo? A equipe que vai me dar o embasamento, e o parecer que a equipe falar, a manifestação da equipe será minha. Assim como se esse processo desse uma votação empatada, que é o único caso onde o presidente vota, a minha manifestação será de acordo com a manifestação do órgão ambiental, seja ela favorável ou seja pelo deferimento ou seja pelo indeferimento. Eu não estou aqui por convicção própria, pessoal, eu estou aqui falando em nome do Estado, e quem fala em nome do Estado é quem analisou o processo. Próximo inscrito... Sra. Verônica... Sra. Fernanda Tomaz... Sra. Helena Sasseron... Sra. Dalva? Boa tarde. Estamos escutando a senhora. Só alertando, a senhora tem 5 minutos, podem ser prorrogados. Pois não." Dalva Sasseron/Sociedade civil: "Eu queria prestar a minha indignação, frustração com a decisão deste Conselho. É como se a Licença Prévia não fosse tão importante como qualquer outra licença. Eu não entendi muito bem essa pressa. Por que não esperar? Porque nós, eu falo pela sociedade civil de Andradas, e nós não fomos citados, não vieram aqui nos falar exatamente nada. Se não fosse a minha curiosidade, eu nem saberia. Eu só fui saber da Viridis pelo rádio, que eu estava na rua ouvindo o rádio e escutei a propaganda da Viridis como se fosse a coisa mais linda e maravilhosa que pudesse acontecer por aqui. E não é. E a maioria da população não sabe o grau de risco dessa mineração. Então eu estou aqui representando como mãe as crianças que daqui a 40 anos estarão aqui, como eu estou aqui hoje, depois da INB, com uma mineração risco 6 e com uma facilidade de passar essa licença à frente como se fosse tudo normal, sendo que não é. E como cidadão, eu tenho, nós como cidadãos, a gente tem o direito de mandar e-mails para os representantes, sendo eles assalariados ou voluntários. Como o Sr. Miranda disse, a gente está num Estado democrático de direito, e, infelizmente, essas pessoas que têm o poder dessas decisões parece não saber das suas responsabilidades e atribuições. Eu fico indignada, eu não consigo. Então aqui eu estou representando Andradas, a comunidade civil, os pequenos agricultores e as crianças que nós estamos aqui. Eu luto pelo meio ambiente todos os dias. Nós temos serras lindas, a gente tem água, a gente tem coisas maravilhosas. E se faltar água? Aí eu pergunto, e se faltar água daqui 30 anos para a minha filha beber, a quem que a gente vai recorrer? A Viridis vai vir salvar, a Meteoric vai vir aqui salvar? Para quem eu vou pedir ajuda? E o lençol freático que vai estar contaminado? Enfim, só fico aqui deixando a minha indignação e o pedido de vista mais uma vez. Muito obrigado, senhor presidente Yuri." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a manifestação da Sra. Dalva. Próximo inscrito..." Elisa Marcos/Representante do empreendedor: "Boa tarde a todos, boa tarde, senhor presidente. Sou Elisa Marcos, representante da Cern, consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais do projeto Caldeira. É importante ratificar que a Cern é uma empresa consolidada, reconhecida nacionalmente por sua atuação técnica, ética, transparente na área ambiental. Os estudos ambientais apresentados refletem o trabalho de uma equipe multidisciplinar, de profissionais técnicos qualificados que realizaram o levantamento em loco, respeitando a sazonalidade dessas coletas, com coletas de dados por mais de um ano. Essas informações coletadas foram analisadas com rigor técnico, criticidade e responsabilidade, por especialistas de diferentes temas relacionados aos estudos ambientais e que emitiram as Anotações de Responsabilidade Técnica. Então todo esse processo evidencia o compromisso técnico na elaboração desses estudos ambientais, o compromisso da equipe envolvida e a seriedade com que esses estudos foram conduzidos e elaborados. A nossa equipe acompanhou as vistorias ocorridas na área do empreendimento, participou da audiência pública realizada no município de Caldas, ratificando os resultados e dirimindo as principais dúvidas apresentadas no momento dessa audiência. Então eu gostaria aqui de informar que permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos técnicos relacionados ao projeto Caldeira, além daqueles já constantes nos autos dos processos, nos estudos ambientais e no rol de informações complementares que foram atendidas. É essa minha fala, senhor presidente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a Sra. Elisa... A deputada? Está na sala?" Emanuelly Alves Aguilar/SEMAD: "Não está na sala. Maria Ângela Turbiani, Fernanda de Oliveira Lage, Fernanda Jonas Dearth." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra. Fernanda, pois não, com a palavra. A senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados." Nanda Dearth/Sociedade civil: "Obrigada. Boa tarde, gente. Eu vou falar de novo de sentimento, que acho que é uma coisa que neste espaço cabe muito pouco. A gente, inclusive, tenta ficar o mais imparcial possível. E eu entendo, estou solidária aos meus colegas que não conseguiram disfarçar a frustração e a indignação perante o que está acontecendo aqui. Nós somos humanos, gente, tudo bem que a gente se esforça para fazer as análises técnicas. E da turma que eu tenho visto e acompanhado eu tenho grande admiração por sermos sociedade civil se mobilizando para entender coisas tão complexas. Nós temos também pessoas de áreas diversas. Eu sou da arte, mas a gente tem cientistas, tem engenheiros, tem advogados, tem professores. Então eu sinto muito mesmo, eu lamento muito pela forma que as coisas estão sendo conduzidas aqui. E proponho reflexão: quem vocês estão representando? E quando vocês dizem que a gente está desinformado quem é que está falhando então? Porque se vocês estão aqui conscientes que têm um pequeno poder de ação o que vocês estão fazendo com isso? A minha forma de falar é essa, o conhecimento que eu tenho é esse, eu sou cidadã aqui e acho que as empresas que estão chegando agora têm que ter muito respeito. É aquele samba, eu vou chegar devagarinho, alguém me avisou para pisar nesse chão devagarinho, com respeito. Tem uma comunidade que mora aqui, a gente está preocupado, e a nossa preocupação importa muito. Eu não entendo como que vocês podem se submeter a isso e diante da gente aqui dizer que estão de mãos atadas. Porque é isso que eu estou entendendo, não há o que ser feito. Enquanto a gente está apontando tecnicamente, poeticamente, politicamente um monte de falhas que precisam ser olhadas e avaliadas com respeito a nós. Enfim, falando, de Caldas e Poços, existem fronteiras que são geográficas, mas que a gente enquanto cidadão não enxerga, a gente é parceiro, aqui a gente faz parte de uma estância mineral, e a gente conhece e sabe do que está sendo ameaçado. Então convido vocês a virem ver o que está sendo feito aqui, o que a gente está colocando em jogo. E aí, como eu não ando sozinha, eu vou trazer o Krenak para cá, para a gente lembrar das montanhas. Então aqui uma parte do 'Ideias para Adiar o Fim do Mundo', ele conta que tem uma montanha rochosa na região onde o rio Doce

foi atingido pela lama da mineração. E tudo bem, gente, eu sei que não vai ter barragem, fiquei pensando assim que talvez vocês achem que eu acredite que a Viridis e a Meteoric estão querendo fazer barragem como Mariana e Brumadinho. Quando eu trouxe Mariana e Brumadinho é porque qual que é a confiabilidade da gente enquanto cidadão de Minas Gerais nas mineradoras diante do que tem acontecido nos últimos anos? Então não importa o método, a gente precisa se sentir seguro. Isso é de maior importância. E ele conta que a aldeia fica na margem esquerda do rio, na direita tem a serra. 'Aprendi que aquela serra tem nome, Takukrak, e personalidade. De manhã cedo, de lá do terreiro da aldeia, as pessoas olham para ela e sabem se o dia vai ser bom ou se é melhor ficar quieto. Quando ela está com uma cara tipo 'não tô para conversa hoje', as pessoas já ficam atentas. Quando ela amanhece esplêndida, bonita, com nuvens claras sobrevoando a sua cabeça toda enfeitada, o pessoal fala: 'Pode fazer festa, dançar, pescar, pode fazer o que quiser.' Assim como aquela senhora hopi que conversava com a pedra, sua irmã, tem um monte de gente que fala com montanhas. No Equador, na Colômbia, em algumas dessas regiões dos andes, você encontra lugares onde as montanhas formam casais. Tem mãe, pai, filho, tem uma família de montanhas que troca afeto, faz trocas. E as pessoas que vivem nesses vales fazem festas para essas montanhas, dão comida, dão presentes, ganham presentes das montanhas.' Por que essas narrativas não nos entusiasmam? Porque elas vão sendo esquecidas e apagadas em favor de uma narrativa globalizante, superficial, que quer contar a mesma história pra gente. Eu sinto muito que a gente fique pateticamente repetindo a mesma história e eu sou da turma que está criando outras histórias, outras narrativas possíveis. Isso é sonho, isso é luta, isso é vida. E é disso que eu quero fazer parte. Eu quero me parecer com essas pessoas que sonham, que lutam, que superam essa lógica patética, gente. A gente está aqui conversando desde as 9h da manhã. Como é que a gente pode ser desrespeitado enquanto cidadão? Vocês acham que eu não tenho mais o que fazer? Todos nós aqui, desculpa a grosseria, de verdade, não estou sendo grossa, estou sendo até educada, que eu não estou usando palavra de baixo calão. Mas eu estou indignada, gente, porque eu também tenho muita coisa para fazer. Isso aqui é de maior importância. Nós estamos aqui em defesa da vida, em defesa da nossa comunidade, do nosso território, com a maior educação possível, mas não dá para disfarçar o quão patético é a gente chegar nesse ponto. Obrigada."

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a manifestação da Sra. Fernanda. Próximo inscrito..." Emanuelly Alves Aguilar/SEMAD: "Nathália Francisco."

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Estamos ouvindo. A senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não." Nathália Francisco/Sociedade civil: "Senhor presidente, senhoras e senhores conselheiros, eu confesso que eu chego nesse momento, nesse ponto de pauta, profundamente impactada pela deliberação anterior, não por derrotismo, mas por entender que essa reunião de hoje foi extremamente cristalina sobre aquilo que nós pesquisadores chamamos de o problema mineral brasileiro. Há um vasto conjunto de estudos qualitativos e quantitativos, muito deles baseados em dados oficiais do próprio Estado, que demonstram como a atividade minerária, tal qual ela vem sendo conduzida no Brasil e em especial em Minas Gerais, tem produzido mais riscos, conflitos e passivos do que benefícios estruturais duradouros. E quando eu falo em riscos eu não estou me referindo apenas à questão da barragem, frequentemente evocado pelas empresas como sinônimo de segurança o fato de não ter barragem. Minas Gerais já vivenciou rompimento de pilhas de rejeito, como ocorreu em dezembro de 2024 em Conceição do Pará, que demonstra que o problema é muito mais amplo e estrutural. A gente tem um sistema de licenciamento que é frequentemente descrito como rigoroso, mas que na prática raramente interrompe ou reprova empreendimentos. Basta o empreendimento querer se instalar e ele obtém todas as fases de licença. Raramente não acontece, mesmo diante de lacunas técnicas relevantes em muitos casos. E isso não é uma opinião pessoal. Basta observar o histórico de processos que obtiveram deliberações favoráveis em todas as fases, Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação. E esse modelo acaba por assumir um risco diante de incertezas, apostando que eventuais problemas poderão ser corrigidos posteriormente. E é justamente esse o ponto central das recomendações do Ministério Público Federal que estão sendo mais uma vez consideradas. No caso do projeto Caldeira, essas recomendações incidem sobre aspectos absolutamente centrais, assim como também incidiam no caso do projeto Colossus: a necessidade de uma análise integrada dos impactos cumulativos, considerando a proximidade entre os empreendimentos, uma avaliação radiológica aprofundada e não meramente preliminar para evitar a repetição de erros já identificados em outros projetos. E a consideração especialmente grave da proximidade com as instalações da INB, que operam com estruturas classificadas em nível de emergência. Gente, pelo amor de Deus, é uma coisa muito básica do ponto de vista técnico e ao mesmo tempo gravíssima do ponto de vista do risco ao qual a nossa população pode ser submetida. E o que se evidencia é esse modelo mineral que insiste em não aprender com seus próprios erros. Mais uma vez, o país está perdendo a oportunidade de construir uma política minerária sólida para os minerais críticos e estratégicos, orientada para a soberania nacional e pela proteção do território e pelo interesse público, não apenas pela lógica da arrecadação imediata, como a gente tem feito reiteradamente há séculos neste país. Aqui foi citado, por exemplo, o caso dos municípios com alta arrecadação mineral, deram o exemplo de Nova Lima, mas a gente sabe que a arrecadação elevada não se converte automaticamente em justiça social. Nova Lima tem um dos índices mais altos de desigualdade social do país. Há inúmeros exemplos de cidades mineradoras com altos índices de desigualdade, precarização urbana, conflitos socioambientais persistentes. E além disso é impossível ignorar que parte significativa da demanda contemporânea por minerais críticos está associada a cadeias geopolíticas e indústrias sensíveis, indústrias de guerra, indústria bélica. Não por acaso diversos países tratam a exploração desses minerais no âmbito de políticas de defesa e de segurança nacional. Licenciando esses empreendimentos de forma acelerada — e é acelerada sim, porque a gente não tem política específica sobre isso — coloca o país em uma posição vulnerável, tanto do ponto de vista territorial quanto do ponto de vista estratégico que tanto defendem aqui. E para agravar esse cenário a gente precisa reconhecer um problema adicional, a fragilidade da capacidade de fiscalização posterior. Órgãos, como a Agência Nacional de Mineração, têm enfrentado dificuldades estruturais amplamente reconhecidas para acompanhar de forma efetiva a complexidade e a multiplicação dos empreendimentos licenciados. A experiência recente mostra que muitos dos projetos hoje associados a danos graves foram licenciados sob o mesmo discurso que a gente ouviu aqui hoje. 'Ah está tudo dentro da legalidade, está tudo dentro das conformidades.' Um exemplo emblemático, eu poderia trazer vários, mas eu vou trazer só um: é a mineração de lítio em Araçuaí, cujas licenças foram regularmente concedidas, mas que hoje enfrenta forte contestação social diante de impactos que só se tornam visíveis com a operação. Esses efeitos não aparecem nos pareceres, eles aparecem no território, na vida cotidiana das pessoas. Por isso, é impossível aceitar com naturalidade o argumento de que se trata apenas de uma Licença Prévia. A Licença Prévia é o marco inaugural que condiciona todo o restante do processo. Entendo e compartilho a angústia da população que trouxe aqui até agora em suas falas. E não se trata de um desconhecimento ou de rejeição de debate técnico, ao contrário, é um processo crescente de empobrecimento jurídico, ambiental e coletivo que está acontecendo. Mas contrário a isso a gente está se empoderando juridicamente, ambientalmente, há um processo crescente da população cada vez mais ciente do que está acontecendo e a gente está se construindo coletivamente e não vamos aceitar essas decisões tomadas com pressa, de forma fragmentada e minimizando os riscos e os impactos que recairão sobre o nosso território. Diante disso, mais uma vez, encarecidamente, eu faço apelo a este Conselho que não repita esses erros já conhecidos e já cometidos. E, por favor, exerçam a função constitucional de precaução, tutela do meio ambiente e proteção de vida e peçam vista a esse parecer que está ora sendo discutido agora. Gente, é uma coisa muito séria que está acontecendo aqui. Pelo amor de Deus." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a manifestação da Sra. Nathália. Próximo inscrito... Sra. Maria Regina... Bárbara Magalhães está na sala? Sra. Adriane Rodrigues... Sr. Levi... Sandoval... Sandoval, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados." Sandoval de Souza Pinto filho/Sociedade civil: "Boa tarde, senhor presidente. Boa tarde, conselheiros. Estou aqui meditando sobre esta reunião, esta e as demais que a gente já participou. E queria abrir um parêntese, confirmar isso que o senhor presidente disse nesse mesmo item a respeito dos momentos de desrespeito, principalmente esse último lastimável da Fiemg numa audiência pública aqui em Congonhas. O senhor exerceu seu papel de presidente, sou testemunha sim. Vi aquilo acontecer com muita tristeza, com muita indignação, mas não é o ponto central aqui agora neste momento. Mas serve para a gente refletir como a sociedade civil vem sendo tratada. Como a sociedade civil vem sendo tratada pelo poder econômico. Quem ousa fazer isso que nós estamos fazendo aqui é taxado de chato, de doido, de bobo, de gente que não tem o que fazer, essa coisa toda. Isso acontece. Eu já até anotei numa caderneta aqui tudo que eu já fui chamado mexendo com essas coisas. Até dentro de casa a gente tem problema, às vezes a gente é questionado. E isso não é capricho, não, isso é defesa da vida, isso é defesa da sociedade, isso é solidariedade intergeracional, que é muito esquecida. Quando a Maria Teresa falou aqui — a Maria Teresa mesmo, se eu não me engano, eu anotei o nome dela, mas a caderneta não está aqui —, a colega que me antecedeu falou dos riscos para águas subterrâneas em uma região que vive de turismo, predominantemente, de turismo e de águas minerais, é de arrear o corpo, gente, de ser votado um processo igual foi votado esse anterior, que é o mesmo desse de agora, 6.1 e 6.2 são gêmeos, pelo que me disseram. Quando se fala nisso, água subterrânea, se sobreviver alguma coisa de contaminação, de prejuízo, de dano, o que vai fazer para mitigar, gente, o que vai fazer para poder compensar? Então, aos senhores conselheiros, coloca a mão na consciência, pensa um pouquinho. O princípio da prevenção orienta os trabalhos deste Conselho. Não é capricho, não é obstando o progresso, terra rara, minério, isso, aquilo. Pessoal fala: 'Ah, você tem celular, tem terra rara'. Beleza. Mas por que

essa correria, gente? Por que isso? Quem falou aqui, 20, 30, 40 pessoas, 50 que falaram no outro ponto e que vão falar nesse agora também, não está aqui para criar caso com ninguém. Nós estamos levantando. Até mesmo nós não somos obrigados a entender de radioatividade, de exploração mineral, de pilha, de segurança de pilha, de água subterrânea, mas nós temos que perguntar, sim, nós temos filhos, nós temos netos, nós teremos pessoas que vão nos suceder, e quem toma conta do hoje é quem está vivo. Isso era para ser assim. E empresa, como foi muito bem falado por algum dos colegas, empresa manda pessoas. Eu também já fui empregado de empresa. Empresa manda as pessoas para falar. Ótimo, elas estão fazendo o papel dela. A consultoria está fazendo o papel dela. Ganhar dinheiro, ter lucro é pecado? Ganhar salário é pecado? Não, está certo. Agora, o problema é o seguinte: essas pessoas não têm, com todo respeito a todas elas, elas não têm a independência para poder chegar num fórum dessa natureza aqui e falar assim: 'Eu acho que isso é duvidoso. Vamos dar uma segurada, gente. Vamos responder esse pessoal direitinho.' É nada mais do que isso que nós estamos pedindo aqui. E é direito nosso. Está no artigo 216 da Constituição, que protege patrimônio cultural. Está no 225, no 170, que toda atividade econômica é lícita, é válida, é legal, agora desde que ela respeite o meio ambiente. E como é que vai respeitar o meio ambiente, como é que vai dar Licença Prévia que atesta a sustentabilidade de um empreendimento sem avaliar a questão hídrica direito, com análises preliminares, com análises que não esclarecem? Porque a prova maior de que elas não esclarecem é essa quantidade de gente que está perguntando aqui. Ninguém vem aqui para brigar com conselheiro, com representante de ANM ou de outro órgão qualquer que seja. Quando foi falado que várias pessoas mandaram e-mail, é o jeito que a gente tem de se organizar. Nós também. Senhor presidente, o tempo está expirando. Eu queria pedir, por favor, a concessão de mais tempo." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Tempo adicional para o senhor Sandoval. Aqueles que concordarem permaneçam como estão. Coloca 5 minutos pelo Conselho, mais 1 minuto por mim: 6 minutos. Pois não, Sandoval." Sandoval de Souza Pinto filho/Sociedade civil: "Muito obrigado. E eu falo de um lugar, eu coloquei o profeta aqui na outra fala aqui, eu falo de um lugar que está sendo depauperado. Patrimônio cultural da humanidade, cidade dos profetas, reconhecido pela Unesco. O que eu estou vendo acontecer, como disse na outra fala, o projeto é espelhado, esse projeto agora é espelhado no outro, posso praticamente falar o mesmo, eu reitero tudo que eu falei no outro, de forma até um pouco atrapalhada. Mas, gente, se lugares como Congonhas, patrimônio cultural da humanidade, se a serra do Curral, se poços de Caldas, que é o planalto vulcânico, e outras cidades em volta e tudo não estão dando conta de se defender desse licenciamento açodado, dessa forma gananciosa que o Estado e o empresariado vêm conduzindo os licenciamentos, onde e quem vai se defender lá nos cantões? Com todo respeito, todo lugar tem seu valor, mas lá no Vale do Lítio, lugarejos pequenos que muita gente nunca ouviu falar, como é que vai se defender, quem vai ter como entrar num Zoom desse aqui e falar que o geraizeiro está sendo tocado lá para tirar lítio? Quem vai falar? Nós estamos aqui mostrando um exemplo, é um caso emblemático, mais um caso emblemático. Como eu citei no início a Tamisa, que deu no que deu, cito Congonhas. E um empreendimento que nós falamos dele, senhor presidente, há pouco tempo aqui nessa reunião, que é a Pilha Fraile, expansão 3 e 4, que foi licenciada neste Conselho com pendência de anuidade de órgão interveniente, qual seja Iepha e Iphan, está lá hoje embargada. E a obra já fez um monte de coisa, já desmatou. E o que estragou? Ninguém nunca vai saber onde, em cima do que o trator passou, a carregadeira, a escavadeira, acabou, já era. O que fez já fez. Está embargado, vai para a Justiça, vai fazer TAC, vai fazer compensação e vai fazer uma praça, arrumar um asilo, igual aconteceu com a barragem, como tantos outros casos? Nós não estamos atuando com prevenção, nós não estamos atuando com responsabilidade. Este Conselho era para ser democrático. Ele atua como tal, dessa forma, mas não produz efeito de ouvir a sociedade com efetividade, entendeu? Porque a efetividade, depois de tantas manifestações no processo anterior, chega no final para votar, é uma frieza que arrepia. A gente arrepia de ver uma votação dessa. Agora a gente vai ter que achar irregularidade, ilegalidade, igual a Polícia Federal fez na Operação Rejeito para poder tirar o processo de pauta? A mera dúvida científica, segundo o que rege o princípio da precaução, a dúvida científica já era para provocar aqui uma reflexão. Os conselheiros, principalmente os da sociedade civil, com todo respeito, nada pessoal, mas pelo amor de Deus, gente, o que falou da legalidade... Gente, se o Ministério Público está apontando situações que precisam de ser melhor esclarecidas, por que votar favorável? Por que não pedir vista? Que prejuízo que isso vai causar? Qual que é o dano de pedir vista num processo desse? Ficar um mês até o pessoal resolver ou melhorar o esclarecimento, a própria empresa também colocar a mão na consciência. São duas empresas, a do outro projeto e a desse agora. Uma coisa que eu não entendi muito bem, esses projetos são irmãos siameses. Pelo que me disseram, são irmãos siameses, são dois projetos idênticos, iguais, a 8 km um do outro, no mesmo território, com os mesmos consultores, com empresas de consultoria, de EIA/Rima que são as mesmas. São projetos siameses. Eles só não são da mesma empresa e não estão grudados um no outro, mas 8 km na mesma sub-bacia. Me parece algo na linha de fragmentação. Porque a gente tem sim, senhor presidente, combatido, falado sempre com muita veemência aqui neste Conselho que o licenciamento ambiental fragmentado tem causado danos severos. A menina que me antecedeu falou de estudos de impactos sinérgicos cumulativos. Aqui em Congonhas a gente pleiteia isso desde 2012, 13, quando começaram as grandes expansões aqui. Até ia fazer barragem aqui a 1 km da basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, e a gente deu de cima, teve que juntar muita gente, a conjuntura e políticos e tudo, e acabou não fazendo. Agora, as pessoas acabam tomando nome nos lugares. A gente, por exemplo, recebe notificação extrajudicial em casa por falas. É perigoso. A gente já recebeu queixa-crime, por falar na Assembleia Legislativa, em audiência que o empreendedor não foi. Aí o cara fica em casa lá no computador lá na Faria Lima assistindo à reunião, o que a gente está falando, e pega uma vírgula lá no seu contexto do que você falou e leva na Justiça, queixa-crime, pedido de explicações. Vai lá o fulano de tal gastar dinheiro do bolso dele para defender o que é de todos. E é o que nós estamos fazendo aqui nesta reunião. Nós estamos aqui defendendo a vida, defendendo o direito às futuras gerações de ter o planalto vulcânico como ele é hoje, no mínimo, ou melhor, deveria ser. É isso que nós estamos aqui fazendo. Muito obrigado e desculpe a veemência." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a participação do Sr. Sandoval. Próximo inscrito... Sr. Éder, pois não, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados." Éder Santo/Representante do empreendedor: "Boa tarde, senhor presidente. Boa tarde, conselheiras e conselheiros do COPAM. Boa tarde a todos os inscritos e participantes desta reunião. Eu vou me apresentar. Meu nome é Éder Santo. Eu sou responsável pela área ambiental da empresa Meteoric. Estou nesse projeto desde junho de 2023. E a gente tem desde então trabalhado nesse processo de licenciamento do projeto. Colocar algumas questões relevantes do projeto. O projeto Caldeira está localizado no município de Caldas, num local a cerca de 10 km de distância da sede do município, em áreas que não tem aglomeração de pessoas. O local aonde se pretende, estamos propondo implantar o empreendimento, é um local que 91% da área do projeto, ela é de pastagens, agricultura anual, não perene e plantio de eucaliptos. Ou seja, uma área que já está antropizada. Nós iniciamos o licenciamento junto à FEAM em maio de 2024. Então nós estamos em dezembro de 25, significa que esse processo está em análise na FEAM já há mais de um ano e meio. Então a gente entende que esse processo já teve uma maturidade suficiente para que se chegue a uma decisão agora do COPAN, que possa ratificar o parecer técnico que foi elaborado pela FEAM, recomendando a aprovação da LP. O Estudo de Impacto Ambiental foi realizado pela Cern. Nós tivemos aqui já a fala da representante da Cern, a engenheira Elisa. Esse Estudo de Impacto Ambiental tem cerca de 3.000 páginas, se considerar o Estudo de Impacto Ambiental e todos os seus anexos. Esse Estudo de Impacto Ambiental, junto com as informações complementares que foram protocoladas no Iphan, é que traz a certeza para os técnicos do órgão ambiental de que o projeto é viável tanto do ponto de vista ambiental como do ponto de vista social. Uma questão que foi levantada pelos participantes da reunião com relação a argila lavada, a argila lavada é o resíduo do processo de separação de terras raras. Esse material, antes de ser recolocado dentro das cavas para que possa ser feita a recuperação dessas áreas, ele vai passar por um processo de lavagem ainda dentro da planta UTM, lavagem com água limpa. Então esse material, como foi alegado, não volta com um pH ácido. O processo vai trabalhar com um pH entre 4,5 e 5. A água que vai ser utilizada para lavagem dessa argila tem o pH em torno de neutro, pH em torno de 7. Então esse material volta com pH muito próximo a 7 para dentro das cavas. Ou seja, não é um resíduo que é ácido. E como que a gente sabe que esse resíduo não é ácido? Porque nós fizemos a caracterização desse material. A Meteoric fez em uma planta piloto na Austrália quatro diferentes testes em escala piloto, cada um com duração de 5 dias. E durante esses testes foram feitas as coletas de amostras de diferentes partes do processo industrial. E essa argila foi amostrada durante esses testes de em escala piloto e caracterizada segundo a norma NBR 10004/2023. Para quem não conhece, a NBR 10004 é a norma brasileira da ABNT que define a classificação de resíduos, inclusive, resíduos de mineração. E esse resíduo foi classificado, segundo a norma 10004, como um resíduo não perigoso, ou seja, ele não oferece risco quando depositado dentro das cavas, nem para o meio ambiente nem para a saúde das pessoas. Um outro ponto relevante com relação a esse resíduo: ele foi caracterizado, analisado em termos de minerais radioativos ou elementos radioativos, e esses resultados foram submetidos também à ANSN. Então nós fizemos, na verdade, dois lotes de análises, ou melhor, três lotes de análises, que foram submetidos à ANSN ou a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear. E nós temos dois pareceres da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear que demonstram que tanto estéril e minério, que foram analisadas 22.245 amostras, esses materiais não oferecem riscos radiológicos e não estão classificados como para controle radiológico de acordo com a norma ANSN 4.01. E um segundo lote de amostras, cuja essa amostra da argila lavada coletada em

testes piloto, foi emitida para a ANSN, e a ANSN atestou, com resultados de análises apresentados do resíduo da mineração do produto, que é o carbonato de misto de terras raras, e com água de processo recirculante nessa planta piloto, a ANSN atesta. Ofício 116/2025, da ANSN. É um ofício que está juntado ao processo de licenciamento do projeto Caldeira. Obviamente, a FEAM teve acesso, e os senhores conselheiros também tiveram acesso a esse parecer. E o projeto Caldeira, não só atividade de mineração, ou seja, o processo de mineração, estêreis e minério, como o processo industrial, ele é classificado como isento de controle regulatório por parte da ANSN. E daí a própria norma 4.01 da ANSN estabelece que é uma classificação preliminar, porque ela precisa acompanhar agora todo o processo para que seja então validada essa classificação como isento. E isso vai ser feito, inclusive, na planta piloto que a Meteoric recentemente inaugurou em Poços de Caldas. Essa planta piloto é uma escala reduzida do processo que vai ser...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Desculpa interrompê-lo. O senhor já usou o tempo de 5 minutos mais 1 minuto. Se o senhor precisar de tempo adicional de mais 5 minutos.” Éder Santo/Representante do empreendedor: “Presidente, por favor, se for permitido pelos conselheiros e conselheiras.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Cinco minutos adicionais ao Sr. Éder. Os conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok, senhor Éder.” Éder Santo/Representante do empreendedor: “Muito obrigado, presidente. Muito obrigado, conselheiras e conselheiros. Então essa planta piloto vai seguir todo o processo que vai ser adotado também no projeto Caldeira. A ANSN já nos comunicou que ela quer acompanhar esse processo. Então, a partir do momento que o funcionamento da planta piloto estiver estabilizado, a ANSN então vai por própria conta coletar as amostras em diferentes pontos desse processo para se certificar de que a classificação preliminar também é válida para a operação em si. Uma outra questão que é relevante dentro do projeto Caldeira é que os efluentes, tanto a água de processo industrial como o esgoto sanitário, eles serão tratados no próprio empreendimento e reutilizados dentro do próprio processo. O que significa dizer que não haverá lançamento de efluentes de qualquer ordem, nenhum efluente vai ser lançado no meio ambiente. É importante também ressaltar a legalidade de todo esse processo de licenciamento, que foi iniciado em maio de 2024. Em novembro de 2024, a empresa realizou audiência pública em Caldas. Nessa audiência pública participaram 560 pessoas aproximadamente, teve duração de 9 horas. Então nesse momento foi o momento em que foi discutido o projeto, foi apresentado e discutido o projeto, e questões relevantes foram respondidas tanto pela consultoria responsável pelo EIA como pela própria Meteoric. Além disso, o projeto passou por duas vistorias de campo do órgão ambiental, da FEAM, e um deles, inclusive, teve a participação de representantes de instituições, associações civis, representantes de comunidades, líderes de comunidades locais e líderes dos povos indígenas de Caldas. A FEAM visitou as comunidades e de maneira reservada, sem a presença da empresa, sem a presença da consultoria, fez a entrevista com representantes dessas comunidades. Ainda o projeto passou pela aprovação dos dois conselhos municipais de Caldas. O Codema, que é o Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do município de Caldas. Esse processo dentro do Codema teve uma duração de cerca de sete meses até que fosse aprovado. E o Congeapa, Conselho Gestor da APA da Pedra Branca, uma vez que o projeto Caldeira está localizado na zona de amortecimento dessa unidade de conservação do município. No caso do Congeapa, esse processo durou 13 meses e teve aprovação também do Conselho Gestor da APA. Além disso, de forma voluntária, a empresa Meteoric firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores de Caldas, aonde assume 46 obrigações socioambientais, entre elas, o apoio à elaboração do plano diretor do município, apoio ao plano de manejo da APA da Pedra Branca, capacitação de mão de obra local, cujos cursos de capacitação iniciaram em agosto deste ano; desenvolvimento de fornecedores locais, priorização de contratação de mão de obra local, incentivos a ações sociais e ambientais e participação no projeto Minas com Vida, a através da recuperação de áreas de preservação ambiental de propriedades particulares cadastradas na Prefeitura de Caldas. Então a gente já vem assumindo compromissos com a comunidade de Caldas mesmo antes do avanço do processo de licenciamento. Eu acho que esses seriam os esclarecimentos que eu gostaria de prestar à vossa excelência, senhor presidente, aos conselheiros, aos conselheiros e aos participantes da reunião aqui do COPAM. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Éder. Próximo inscrito... Sra. Natália está na sala? Ouvimos a senhora. A senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” Natália Castilho Gonçalves/Sociedade civil: “Boa tarde. Eu quero começar minha fala fazendo um esclarecimento necessário. Porque diante de uma manifestação anterior, do ponto de pauta anterior, foi sugerido que eu estava confundindo os dois projetos em análise. E eu quero falar que não se tratou de confusão, não, eu faço minha as palavras do Sandoval. A minha fala anterior foi feita a partir de uma leitura integrada e responsável do contexto em que esses dois empreendimentos de mineração de terras raras, ambos de grande porte, inseridos no mesmo território sensível, vêm sendo analisados pelo Estado, apesar da existência de múltiplas recomendações do Ministério Público Federal. E aqui, mesmo eu estando muito cansada, eu vou repetir, porque eu me recuso a concordar com a fala de algumas pessoas que me precederam de que nós não temos conhecimento e nem informação para falar sobre o que está sendo aqui discutido. E eu vou repetir, nós do planalto vulcânico não vamos aceitar que desqualifiquem as nossas preocupações, que são legítimas e que não existiriam se o processo estivesse sendo conduzido com transparência e responsabilidade. Até o momento foram expedidas quatro Congelada recomendações formais do Ministério Público Federal que incidem de maneira articulada sobre os projetos de licenciamento tanto da Colossus, o projeto Colossus, da Viridis, quanto o projeto Caldeira, da Meteoric. Essas recomendações não são detalhes isolados, elas apontam falhas estruturais comuns, lacunas procedimentais graves e ausência de manifestações consideradas essenciais para essa tomada de decisão. Então quando eu trago à discussão elementos relacionados ao conjunto desses empreendimentos eu faço isso porque o próprio Ministério Público Federal analisa esses dois projetos de forma sistêmica, reconhecendo que esses riscos, esses impactos e essas fragilidades institucionais elas não vão se encerrar nos limites formais de cada processo individual. No caso específico do projeto Caldeira, da Meteoric, as recomendações do MPF são explícitas ao destacar a relação territorial direta do empreendimento com a unidade de descomissionamento da INB, um território que concentra um dos mais relevantes passivos radioativos do país, que está sob licenciamento federal conduzido pelo Ibama. Então, ainda que tenha revisão desse traçado da ADA, o próprio Parecer Único reconhece que a INB permanece inserida na área de influência direta em possibilidade significativa com estruturas sensíveis como barragens, áreas de disposição de rejeitos, instalações vinculadas ao passivo nuclear. Isso não é um detalhe técnico secundário. Significa que qualquer intervenção minerária no entorno precisa ser analisada à luz dos seus potenciais efeitos cumulativos. E as interferências também sobre o processo de descomissionamento nuclear, cuja competência é federal. Por essa razão é que o MPF foi categórico ao afirmar que não é procedimentalmente adequado avançar no licenciamento estadual sem a manifestação do Ibama e da ANSN. A ausência dessas manifestações não pode ser tratada como algo que pode ser sanável a posteriori, porque compromete a própria base da avaliação integrada de riscos. É importante lembrar que a região não é um território qualquer. Foi ali que foi implementada a primeira mina de urânio do Brasil. E essa herança ambiental, sanitária, institucional atravessou décadas e exige até hoje um longo e custoso processo de mitigação, monitoramento e sobretudo de aprendizado. Esse histórico, ele não autoriza simplificações, ele impõe um dever reforçado de cautela, especialmente quando a gente está falando aqui de um empreendimento que pretende operar em uma área de proximidade direta com passivo nuclear em processo de descomissionamento. As recomendações do Ministério Público também registram que houve uma sequência de atos administrativos, incluindo pareceres e encaminhamentos antes da conclusão das manifestações consideradas essenciais. Então, a partir do momento que essas recomendações são formalmente expedidas, os órgãos gestores passam a ter ciência inequívoca das fragilidades apontadas, o que eleva o grau de responsabilidade institucional sobre qualquer decisão subsequente. Então nesse sentido é importante registrar que a eventual reformulação ou representação de parecer pela FEAM, após a ciência dessas recomendações, configuraria sim como fato novo relevante, nos termos do próprio rito administrativo, abrindo um espaço legítimo para reavaliação técnica e eventual pedido de vista, como medida de prudência e segurança jurídica. Portanto, eu falo novamente, o que não está em debate aqui é a mineração de terras raras em abstrato nem a atuação isolada de uma empresa. O que está em debate é a forma como o Estado de Minas Gerais conduz processos de altíssima complexidade em territórios sensíveis diante de alertas técnicos e institucionais expressos do Ministério Público Federal. Também é fundamental registrar aqui que me causou muita preocupação nas falas anteriores que a eventual emissão de uma Licença Prévia não garante por si só que as lacunas técnicas apontadas ou os questionamentos formulados venham a ser efetivamente sanados em etapas posteriores. A experiência administrativa, inclusive, demonstra que a concessão da LP produz efeitos concretos, cria expectativas legítimas e pressões institucionais e tende a deslocar o centro da decisão, enfraquecendo a possibilidade real de revisão de aspectos estruturais do empreendimento. Eu quero aqui pedir, por favor, ao senhor presidente, mais 5 minutos de fala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mais 5 minutos de fala à Sra. Natália. Os conselheiros que concordarem permanecem como estão. Ok, 5 minutos adicionais, Sra. Natália. Pois não.” Natália Castilho Gonçalves/Sociedade civil: “Eu não vou nem usar os 5 minutos na sua completude, mas só quero concluir que condicionar o enfrentamento dessas questões a fases futuras do licenciamento não substitui a necessidade de uma análise prévia, completa, integrada, como exige o princípio da precaução, no qual a nossa legislação ambiental está baseada. Desconsiderar essas recomendações, seja no caso da Viridis, seja no caso da Meteoric, não é um gesto neutro. Eu quero deixar isso registrado. Pode expor o

Estado, sim, a riscos concretos de questionamento jurídico, judicialização e aprofundamento do dano institucional. E eu lembro aqui que isso tudo em um momento em que a credibilidade do próprio sistema de licenciamento ambiental já se encontra sobre forte escrutínio público. Então o que está em jogo neste momento é a capacidade institucional do Estado de conduzir decisões complexas com equilíbrio, cautela e responsabilidade pública. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da Sra. Natália. Próximo inscrito...” Emanuelly Alves Aguilar/SEMAD: “Presidente, vou retornar a uma inscrita que solicitou, ela entrou na sala agora. Helena Sasseron.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Helena.” Helena Sasseron/Sociedade civil: “Primeiro, obrigada a todos e todas, conselheiros e sociedade civil que estão aqui há mais de 6 horas dialogando. Eu sempre fico muito chocada porque a gente que está no processo participando, eu que sou leiga não falo de um lugar científico, sou moradora de Andradas. Cada vez que eu sei mais, eu fico mais curiosa e fico mais assustada com a possibilidade das minerações que vão acontecer na região. Porque eu sinto que elas são minerações que falam que é muito simples, não tem barragem, não é radioativo, mas a gente sabe que não é bem assim. Eu acho que tudo que parece muito simples, na verdade, tem algum problema. E me impressiona o fato de que me parece que o Conselho, os conselheiros não estão curiosos. Parece que cada novidade que vem é mais uma demanda e não acende um alerta. Eu também tenho dúvida se todos os conselheiros e conselheiras chegaram a ler o Estudo de Impacto Ambiental mencionado pelo Sr. Éder, de 3.000 páginas, para terem esse tato e as informações necessárias para conseguirem votar, porque o Parecer Único não me parece ser o único documento necessário para que se possa votar um projeto desse tamanho. E a gente sabe que uma vez que passou a Licença Prévia a gente vai ter investimento e nunca mais vai voltar atrás. Municípios como Andradas e Águas da Prata, que até hoje não foram consultados, estão ali mencionados em algum momento e já estão sendo abordados pela Viridis e pela Meteoric para coleta de amostra de solo. Ou seja, como vai ser esse processo depois, se passar essa primeira Licença Prévia? A gente vai ser consultado ou a gente nunca vai ser consultado como a gente nunca foi? A Meteoric procurou a Prefeitura de Andradas para oferecer treinamento de equipe com o Sebrae, sei lá eu. E assim, gente, não é por aí. A primeira conversa não é por aí. E através do prefeito de Caldas, inclusive, que eu não sei qual é a relação dele tão estreita assim com a Meteoric e por que ele tem que levar a Meteoric para Andradas. Isso é um primeiro ponto. Um segundo ponto é que nas falas do Sr. Éder me parece ter algumas divergências do que foi apresentado no Estudo de Impacto Ambiental. Na página 182 do EIA, é citado que o pH do resíduo é 4, e não 4.5, como o Sr. Éder falou. A Dra. Lia, que é uma expert, em vários momentos ela explica que a diferença de 0.5 no pH é uma diferença enorme e que faz uma diferença e que é uma diferença muito grande quando a gente está falando de acidez. Então é ácido sim. Outra coisa, outra divergência é que no EIA a empresa não apresenta um controle de pH da argila lixiviada antes de voltar à pilha. Então como você pode admitir e falar que vai voltar numa boa? E num pH7, sendo que além de não estar no EIA a argila originalmente da região é pH6. Então vocês vão tornar ela mais básica? Eu não entendi muito bem. Outro ponto com relação à radioatividade, os testes que vocês apresentaram não falam de ciclo fechado da lixiviação. Então não está falando de acúmulo, é muito simplificado. Eu acho que é justamente por isso, justamente porque a gente vê essa divergência nas falas das próprias pessoas da empresa que a gente precisa sim rever, que a gente não pode passar. Porque essa Licença Prévia é abrir a porteira para a boiada passar. E assim, para mim, está muito claro aqui que a população não está contente com isso, que a população não quer e que a gente está aberto sim à conversa. Só que a gente quer tempo, todo mundo quer tempo. Então como que os conselheiros, que não sei se leram o EIA de 3.000 páginas, não querem esse tempo? Ne novo, eu volto aqui, por que a pressa? Por que precisa aprovar no dia 19 de dezembro de 2025 um projeto? Por que não pode esperar a legislação se adaptar às terras raras? Por que a gente tem que aprovar um projeto, inclusive, que é ruim para os municípios, que vai ser aprovado como argila, com preço de argila refratária, sendo que a gente está falando de um outro bem? Então eu queria muito pedir para os senhores conselheiros calma e respeito para que todos sejamos ouvidos. A gente sabe que, inclusive, a FEAM passa por cima de algumas regras e diz que Andradas não é uma área diretamente afetada, sendo que não só a gente está numa rota que passou a ser uma rota de operação e não de escoamento. E agora na fala do Sr. Éder a gente também sabe que diverge ali um pouquinho do que vai acontecer: vai argila, volta a rejeito. Se volta rejeito por uma estrada que está no município de Andradas, a gente é área diretamente afetada sim. E quando eles falam eles falam de uma forma como se ‘ah, o ecossistema é inerte, a natureza é inerte, o buraco vai ficar lá esperando a argila voltar, a argila vai voltar e não vai contaminar a água; a água está só no município de Caldas, não tem pessoas, é só um pasto.’” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Helena, desculpa interromper a senhora. A senhora precisa de prazo adicional?” Helena Sasseron/Sociedade civil: “Não, a minha fala é só essa. Eu queria que a gente considerasse as coisas como elas são. Elas estão em movimento, elas não são como a gente determinou, a água não respeita ‘opa, aqui é a fronteira de Caldas, deixa eu dar a volta e voltar’. A gente tem gravidade. Então eu também não entendo como as pessoas que são tão técnicas não levam em consideração que tudo é vivo. É só isso que eu queria falar. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Sra. Helena. Próximo inscrito... Ana, a senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” Ana Luiza de Almeida Gonçalves/Representante do empreendedor: “Obrigada. Boa tarde a todos. Meu nome é Ana Luiza, eu falo em nome da Alger, que é a empresa de consultoria que coordenou os estudos ambientais que subsidiaram o processo de licenciamento ambiental da Meteoric. Vou falar de forma geral sobre alguns pontos que foram levantados, não somente aqui hoje nesta reunião, mas durante os vários outros fóruns de discussão que aconteceram para discutir esse projeto. Começando então sobre a questão da definição da ADA do projeto, que foi trazida agora há pouco. A ADA do projeto, que é a área diretamente afetada. A ADA do projeto Caldeira inclui as instalações industriais, as cavas, as pilhas e os acessos internos. Ou seja, todas as estruturas estão 100% inseridas no município de Caldas. O que está previsto é que parte do acesso ao empreendimento vai ser feito por dois trechos de estradas públicas. Uma municipal, que liga Andradas e Caldas, e um trecho de rodovia federal pavimentado, que é a BR-146. Essas duas estradas são públicas, de ampla utilização pelos moradores e são usadas, inclusive, para transporte de produto e material das indústrias e atividades agrícolas que já existem na região. Hoje, inclusive, essa estrada é utilizada para escoamento de madeira, com caminhões bitrem, que são caminhões bem maiores do que os caminhões que a Meteoric vai usar, que são de 40 toneladas. Então para quantificar esse impacto relacionado ao tráfego de veículos nas estradas foi feito um estudo de tráfego, elaborado pela empresa Imtraff, considera o cenário atual. E esse cenário atual é feito a partir da contagem de veículos in loco e a previsão de incremento quando a Meteoric estiver instalando e operando. E esse estudo conclui que o incremento no volume de veículos é muito pequeno, é inferior a 15%. E por conta disso esse impacto foi classificado como insignificante. Então, ainda que ele seja classificado como insignificante, a Meteoric vai realizar as medidas de mitigação e controle nessas vias, como aspersão de água para reduzir a poeira, treinamento dos motoristas, sinalização, manutenção. Tudo isso vai ser conduzido pela empresa. Concluindo, o empreendimento está totalmente inserido em Caldas, porque as vias públicas que servem de acesso ao empreendimento não são classificadas como ADA do empreendimento. Ainda sobre a ADA, é importante deixar claro também, que foi trazido na reunião, que o projeto não se sobrepõe de nenhuma forma à propriedade, nem mesmo à propriedade da INB, sem qualquer tipo de interferência ou conexão com esse complexo da INB. O que acontece é que inicialmente, realmente, no EIA estava previsto que a captação de água para o projeto fosse feita na barragem de Águas Claras, que é a barragem de água da INB, e a utilização de um acesso interno da INB para transporte de materiais entre a cava e a planta de beneficiamento. Mas o projeto foi revisado, esse acesso não vai ser mais usado. O acesso que vai ser usado é o que eu falei anteriormente. E o ponto de captação de água também foi alterado para não resultar em nenhuma interposição da Meteoric com a INB. As atividades do projeto Caldeira estão uma distância significativa das barragens da INB. E como o processo da Meteoric, o processo produtivo não envolve a utilização de explosivos, que é a principal fonte geradora de vibração, e o transporte vai ser feito internamente por caminhões de 40 toneladas, então não há possibilidade que as atividades do projeto Caldeira alterem a estabilidade dessas barragens da INB. E também o projeto está fora da zona de autossalvamento dessas barragens. Então não há nenhum tipo de interferência do projeto. Então esses foram os pontos que eu queria trazer. Eu acho que deu para esclarecer algumas coisas. Meus colegas ainda vão discutir alguns pontos. E eu fico à disposição se for necessário mais algum esclarecimento. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação da Sra. Ana Luiza. Próximo inscrito... Sra. Mariana... Ouvimos. A senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não.” Mariana Gomide Pereira/Representante do empreendedor: “Eu sou também uma das representantes da Cern, responsável pela elaboração dos estudos ambientais do projeto da Meteoric. Eu queria só ratificar a fala da Elisa e de todos os representantes da empresa e da consultoria, que os estudos são elaborados por uma equipe multidisciplinar. Então um EIA não é feito por um CNPI, ele é feito por diversos CPFs. Então isso é muito importante, porque isso que traz a credibilidade do estudo e essa independência. Eu acredito que todas as dúvidas aqui foram sanadas, ou pelo menos tentou-se sanar, através das explicações do Éder, da Ana. E é importante dizer que os estudos técnicos, alguns estudos técnicos, são feitos por empresas especialistas. O estudo voltado para os radionuclídeos atendem uma norma específica do Cnen, é feito por um laboratório especialista nessa área, que faz só esses trabalhos para atender essas normas do Cnen. Então isso foi feito pela empresa, foi encaminhado. Os estudos de hidrogeologia também foram elaborados por empresas especialistas, atestando essa não conexão dos aquíferos, atestando a não intervenção e o não impacto nos aquíferos.

Então a gente tentou, durante todo esse processo de licenciamento, através das vistorias, audiência pública, informações complementares, dirimir todas essas dúvidas. E assim como os demais membros da equipe técnica a gente fica à disposição aqui ainda para caso ainda tenha mais alguma dúvida da sociedade civil ou da equipe que está analisando o processo. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a Sra. Mariana. Próximo inscrito... Sra. Caroline... Malard está na sala? Malard, pois não, com a palavra. O senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” Antônio Augusto Melo Malard/Representante do empreendedor: “Boa tarde a todos, mais uma vez. Desculpe, senhor presidente, achei que tinha mais uma pessoa na minha frente. Senhores conselheiros, todos que estão nos assistindo, inicialmente eu gostaria só de dizer para o Sr. Felipe, ele fez uma citação, que eu ratifico tudo que eu disse na minha outra fala no processo anterior. Na verdade, eu não entendi bem o que ele diz. Parece que ele confundiu os dois projetos. Mas aqui eu reforço só o que o Éder, diretor de sustentabilidade da Meteoric, acabou de relatar em relação aos riscos radiológicos inexistentes que foram ratificados por duas vezes, seja pela Cnen, seja pela Autoridade Nacional de Segurança Nuclear. Muito importante também ressaltar que foi muito dito anteriormente sobre lacunas técnicas nessa fase. Não existe nenhuma lacuna técnica, todo o procedimento de licenciamento prévio e os estudos ambientais seguiram à risca o estabelecido nos termos de referência existentes. Seja o termo de referência para mineração, seja o termo de referência específico quando existe intervenção no bioma Mata Atlântica. E na verdade muito mais do que isso, porque em sede de informações complementares foram apresentadas novas solicitações que não estão no termo de referência. Então não há lacuna técnica. O que existe é um faseamento do procedimento, é um procedimento trifásico, sendo que várias questões são discutidas na fase de LI. Não são questões que deveriam ser discutidas na LP, são questões que são inerentes ao procedimento de licenciamento de instalação, como por exemplo o estudo específico de solicitação de outorga do direito de uso de recursos hídricos. Mas em que pese isso se dar na fase de LI, na fase de LP foi demonstrado sim que existe uma disponibilidade hídrica para o empreendimento. E repito mais uma vez, onde não vai competir com abastecimento público e não vai ser também feita captação, como mencionou a Ana, na barragem existente na INB. Ou seja, é um outro barramento que será utilizado, onde foi demonstrada nos estudos a viabilidade hídrica. Também foi falado, nas últimas menções, acho que a última ou antepenúltima pessoa, sobre a pressa desse licenciamento. O Éder já falou um pouco sobre isso também. Nós estamos longe de ter pressa. ‘Ah, que esse processo está sendo deliberado no dia 19 de dezembro, no final do ano, apagar das luzes.’ Não tem isso. Vamos lembrar que nós estamos passando pela quarta reunião do COPAM. Eu tenho 20 anos que eu atuo tecnicamente na área ambiental. Eu não me recordo de ter visto um processo de licenciamento que passou por quatro reuniões do COPAM. Então, se ele está entrando na reunião de dezembro, é porque esse procedimento não passou, e com certeza por questões inerentes e acertadas do órgão ambiental para se ter mais possibilidade de discussão, que é o que a gente está fazendo. É um processo que foi formalizado em maio de 2024, ou seja, mais de um ano e meio de discussão esse processo. Então não há o que você falar em prazo, em pressa, tendo em vista que o prazo legal de um ano já expirou. E apenas para mencionar mais uma vez o que eu já disse no processo anterior, sobre também a competência do ente federativo, só reafirmo que nesse processo, da mesma forma, não cabe avaliação, assunção desse licenciamento pelo órgão federal, haja vista que nenhum dos requisitos para se levar o processo para a esfera federal, pela Lei Complementar 140, se aplica ao projeto Caldeira. Inclusive, esse que a gente já mencionou há pouco, o Éder, também relacionado ao risco radiológico. Então são somente esses esclarecimentos que eu gostaria de fazer. Permaneço também à disposição caso algum conselheiro tenha dúvidas nas suas falas, assim como o restante da equipe. Aproveito só para falar também que a Maria Cláudia, que está inscrita, se eu não me engano é a próxima, ela vai abrir mão da palavra, tendo em vista que todos os esclarecimentos já foram prestados até o momento. Obrigado, senhor presidente. Obrigado, senhores conselheiros.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Malard. Então a Maria Cláudia não vai falar. Quem é o próximo depois da Maria Cláudia? Sr. Tiago está na sala? Dr. Alceu vai se manifestar? Sra. Juliana. Dr. Marcelo. Pois não, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Com a palavra.” Marcelo Azevedo/Representante do empreendedor: “Boa tarde, senhor presidente. Obrigado mais uma vez. Obrigado, senhores conselheiros. Me parece que bastante informações já foram prestadas e as dúvidas todas foram esclarecidas. Mas eu gostaria de brevemente trazer algumas considerações que hoje eu não me reporto basicamente ao Conselho, porque eu não trago aqui nenhuma novidade aos conselheiros que estão aqui, muito menos aos servidores do órgão ambiental, que conhecem isso de cor e salteado. Trago muito mais à sociedade civil em termos de esclarecimentos gerais sobre o que muito se debateu dentro desse processo. Primeiro, esse destaque que eu quero trazer primeiro diz respeito à competência. Muito se alega sobre a questão da competência. Isso é uma reflexão um pouco mais profunda sobre o que isso significa. Para começar, a proteção ao meio ambiente no âmbito do sistema que a gente estabeleceu constitucional é compartilhada por todos. Não existe uma questão de conflito ou de oposição em termos de funcionamento do sistema. O sistema é único. Isso significa que a repartição de competência interna que existe dentro do nosso sistema é uma repartição pela cooperação. Ela é uma repartição para evitar ações que sejam reiteradas, repetidas e desnecessárias. Ela é focada na eficiência. O que isso significa? Já está mais do que assentado, várias vezes assentado, que não há nenhum indicativo aqui sobre a competência do Ibama a respeito desse processo. Mas se ainda fôssemos aprofundar nesse debate, e isso fosse alguma coisa a ser avaliada, o que a gente precisa entender é que o Ibama se regeria exatamente pelas mesmas normas, pelo mesmo regramento e pelas mesmas características técnicas do processo, porque a decisão tem que ser exatamente a mesma. O fundamento normativo para o processo de licenciamento ambiental até hoje vigente neste momento é a Resolução 237/1997. Foi repetido aqui várias vezes. O Estado tem regramentos próprios, tem suas peculiaridades, por exemplo, como o presidente já colocou aqui diversas vezes, para reger essa audiência. Então, se existe uma diferença com relação a esse licenciamento ao licenciamento que aconteceria no Ibama, se tivesse competência do Ibama, neste caso, seria que a gente não estaria aqui debatendo. Essas licenças teriam sido concedidas todas em outubro, quando se encerrou o processo de instrução do licenciamento ambiental. Nós estamos aqui por diversas vezes debatendo, porque justamente o Estado de Minas Gerais oferece essa oportunidade para que a gente tire essa dúvida. E aí mesmo que se reconheça, porque faz parte do processo um acompanhamento permanente no que se refere à questão de núcleos, e se reconhece em algum momento a necessidade de alteração de competência, o que os órgãos vão fazer é atuar em cooperação. Inclusive, possibilitado pela legislação e bastante comum. Não só raro, isso é bastante comum, possibilidade de delegação de licenciamento. Então não existe vício por competência. Se vício, se apontado, se existente, se tivesse algum fundamento mínimo para indicar que ele seria, é um vício sanável. Então não tem por que a gente ficar angustiado com essa questão, porque essa questão, todo devido respeito, não é relevante. Essa é uma questão que é resolvida pelo nosso sistema jurídico dessa forma, da forma adequada, apesar de reiterado diversas vezes a competência do Estado de Minas Gerais. Pois bem, avançando também sobre outro ponto que eu acho que merece um esclarecimento à sociedade que diz respeito à questão da Licença Prévia, não há nenhuma desconsideração da importância da Licença Prévia. Licença Prévia faz parte de um procedimento de licenciamento ambiental. E esse procedimento, esse licenciamento ambiental enquanto procedimento, ele tem fases em que decisões específicas serão tomadas a cada momento. Por que se diz que, na verdade, existe uma continuidade do processo de acompanhamento? Porque não existe ao empreendedor um direito adquirido. Então essa fala de que deu a LP, o processo acabou, ela não é verdade. Nenhum empreendedor no Brasil, o sistema jurídico brasileiro, simulado pelo Superior Tribunal de Justiça, decidido diversas vezes judicialmente, indica com clareza... Senhor presidente, por favor.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O senhor quer um prazo adicional, Dr. Marcelo, pelos 5 minutos?” Marcelo Azevedo/Representante do empreendedor: “Se possível, eu não vou gastar, mas só para não ter que parar de novo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Prazo adicional ao Dr. Marcelo: 5 minutos. Conselheiros que concordarem permaneça como estão. Deferido. Pois não, doutor.” Marcelo Azevedo/Representante do empreendedor: “Muito obrigado, presidente. Muito obrigado, conselheiros. Não devo gastar. Só para que talvez eu não tenha que ser interrompido na fala de 1 minuto. Mas o que eu estava dizendo é que esse entendimento é muito consolidado e acontece com bastante frequência. Qualquer situação futura nova que venha impactar qualquer empreendimento, não só a Meteoric, não gera um direito adquirido a manter uma atividade. É isso que está se dizendo. O que se está dizendo é esse debate aqui é muito importante hoje, porque estamos analisando questões específicas a respeito da viabilidade do empreendimento da Meteoric, cujas dúvidas foram todas respondidas. E determinados temas não são respondidos para este momento porque não são, porque não compete a este momento responder, compete a outro momento, compete a um momento de Licença de Instalação, compete ao momento de Licença de Operação. Só para eu completar então a fala e já de certa forma respondendo uma outra angústia que foi colocada a respeito do processo da Meteoric, e que tem a ver com relação à interação com a unidade de descomissionamento de Caldas, já foi muito bem explicado pelos representantes das empresas que me antecederam, mas eu gostaria de trazer para vocês, já que é isso a demanda, especialmente a demanda que está sendo reiterada nas falas sobre o que o Ministério Público indicou e que não chegou à mão dele até agora, que é a manifestação justamente da Agência Nacional de Segurança Nacional sobre o impacto da unidade de descomissionamento de Caldas. Então, no Ofício 114/2025 a unidade diz, abre aspas: ‘Essa coordenação geral (coordenação da ANSN) não vislumbra a possibilidade de interferência do projeto de mineração de terras raras da Meteoric às propriedades de unidades de descomissionamento de Caldas, bem como no programa de monitoração radiológica

ambiental executado por aquela instalação ou nos trabalhos de descomissionamento que estão sendo realizados.' Então a resposta está dada, a resposta está aqui para essa dúvida que foi colocada, e todas as outras respostas também foram dadas neste momento. Então, senhor presidente, eu fico à disposição dos conselheiros e à disposição dos demais membros para prestar outro esclarecimento se for necessário." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a manifestação, Dr. Marcelo. Eu estou vendo aqui, nós chamamos anteriormente o Dr. Alceu. Estou vendo aqui que o senhor está presente. Dr. Alceu, o senhor está inscrito, o senhor vai querer se manifestar? Porque eu questionei e ninguém falou nada... Pois não, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, doutor." Alceu Torres Marques/Representante do empreendedor: "Em primeiro lugar, muito obrigado, presidente, um prazer reencontrá-lo. Prazer em participar desta reunião. Eu até não gostaria muito de tomar o tempo dos iminentes conselheiros numa sentada tão importante, mas eu gostaria de abrir aqui um pequeno parêntese, senhor presidente. Nós já ouvimos tanto sobre o processo de licenciamento, questões técnicas do licenciamento ambiental, as questões econômicas do licenciamento ambiental. Eu queria fazer uma pequena abordagem da questão do licenciamento social e, principalmente, uma observação do que a gente chama de uma variável que é cada vez mais presente dentro do processo de licenciamento, que é a variável emocional. Sempre existiu e sempre vai existir esse tipo de sentimento no âmbito de um processo de licenciamento. Ocorre que recentemente, sobretudo com o advento e o desenvolvimento da internet, algumas pessoas, alguns membros ou alguns militantes partidários têm se se camuflado de ambientalistas e fazem da batalha na internet uma batalha em campo aberto, uma verdadeira máquina de triturar honra, caráter e personalidade. Eu digo isso em razão de algumas indagações que foram feitas em uma fala anterior e parece-me que ainda se encontra um portal falando da Operação Rejeito. E essas insinuações que foram feitas, talvez, em relação à minha pessoa, do Germano, da Mariana, da Cern, enfim, essas interrogações que foram trazidas aqui ao ar talvez tenham sido endereçadas à instituição errada, talvez deveriam ser endereçadas àquela instituição que cuida das investigações. De minha parte, essa semana, quando eu ouvi essas interrogações, eu estava lembrando, senhor presidente, na segunda-feira eu completei 40 anos de formado, 40 anos de formado em direito aqui na Universidade Federal. E a única coisa que eu posso dar como resposta a qualquer tipo de indagação é o meu currículo, meu passado. Desses 40 anos, 35 foram dedicados a uma instituição para a qual eu prestei concurso. E se eu fosse amigo pessoal ou partidário ou correligionário dessa pessoa que faz essas interrogações eu até iria sugerir-lo, que ele parece gostar tanto, deveria fazer um concurso para Polícia Federal e trilhar nas carreiras da Polícia Federal. Talvez como eu, que durante 25 desses anos prestados ao serviço público convivi com as questões criminais, talvez essa pessoa que não se furta a jogar nomes ao vento, talvez essa pessoa tivesse um pouquinho mais de maturidade, de seriedade para tratar com essas questões de investigações criminais. Para além da espetacularização, para além do cenário pirotécnico, para além da exploração dessas notícias midiáticas, enfim, existe uma retaguarda que causa muita dor, muita dor em pessoas honestas, muita dor em pessoas corretas, muita dor em pessoas injustiçadas. Talvez ele tivesse um pouquinho de experiência para lidar com isso com maior seriedade, ainda que acobertado pela camuflagem de ambientalista que há muito tempo nossos amigos parecem que esqueceram. Então, nesse cenário emocional, para evitar essa trituração de caracteres indistinta, eu queria neste momento fazer uma saudação especial à população de Caldas, à população da importante cidade, região de Caldas, de qual originou toda aquela região do nosso Estado, todo o desenvolvimento daquela região do planalto de Poços de Caldas. É uma região importantíssima para o Estado de Minas Gerais, uma região importantíssima para o Brasil agora e uma região que tem tudo para ser importante no cenário de geopolítica mundial. Então o que eu posso e o que todos nós estamos fazendo em respeito a essa cidade, a essa população de Caldas, é dedicar com seriedade ao trabalho que nós pretendemos fazer. Com seriedade na realização. Senhor presidente, o senhor pode me estender mais alguns poucos minutos?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sim, doutor. Sim, doutor. Pois não. Um minuto. Se o senhor precisar, eu coloco em votação mais 5." Alceu Torres Marques/Representante do empreendedor: "É prestar com seriedade os estudos, estudarmos a fundo, a fundo e a fundo mesmo, todos os estudos, todos os impactos, para que nós possamos executar um processo de licenciamento ambiental digno, à altura da cidade de Caldas. Então nós não temos como evitar a questão do fator locacional, é impossível. Recentemente até escrevi um artigo falando de Ouro Preto. E eu me lembrava que nesse artigo, no início do século, quando a capital foi trazida para Belo Horizonte, Ouro Preto ombreava em tamanho, em população, em habitantes e em poder econômico com Nova York por conta da exploração do ouro de Ouro Preto. E a nossa responsabilidade nesta sociedade atual, senhor presidente, é fazer não com que consigamos extirpar esse fator emocional, mas que o fator emocional seja utilizado em proveito de um licenciamento ambiental cada vez mais robusto, cada vez mais transparente e cada vez com maior capacidade de proporcionar, com perdão da redundância à população de Caldas, os benefícios e os direitos que a população tem. Senhor presidente, eu paro por aqui, mas não sem antes cumprimentar o senhor, cumprimentar os servidores do Sisema, cumprimentar os senhores conselheiros e desejar a todos um ótimo Natal, um feliz ano novo e com a consciência que os senhores sempre tiveram e com rigor que os senhores sempre tiveram na apreciação desse processo." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a participação do Dr. Alceu. Não poderia deixar aqui, Dr. Alceu, sou servidor antigo, sou servidor desde 2006, passei por várias gestões, não quero ficar nominando aqui, mas foi uma honra e um privilégio trabalhar sob a coordenação do senhor, assim como é uma honra e privilégio ter trabalhado sob a coordenação do Germano e também uma honra e privilégio estar trabalhando sob a coordenação hoje da Marília. Agradeço a participação, doutor. Próximo inscrito... Cefas, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra." Cefas Garcia Pereira/Sociedade civil: "Eu decidi me manifestar, até porque eu fui citado na fala, acho que do Márcio, não lembro o nome dele. Desculpa. Realmente não guardei quem foi. Mas só para esclarecer que eu coloquei uma ignorância da minha parte, mas no sentido técnico. Na parte técnica realmente não tenho informação para isso, mas acho que ficou bem latente que várias pessoas foram capazes de levantar essas questões. E aí ele até colocou uma provocação, como profissional da tecnologia que eu sou, se eu não tenho noção que as terras raras contribuem para a produção de computadores, bateria etc. Eu tenho noção, conheço bem, inclusive, nenhuma delas são produzidas no Brasil, nenhum chip de processador é produzido no Brasil, nenhum chip de memória é produzido no Brasil. Então o que a gente está falando aqui é de simplesmente de commodity, vamos dizer, que vai ser exportado para uma..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "O senhor me desculpa interrompê-lo, é porque eu acho que está havendo um delay. Tira a imagem que às vezes... Está tremida a manifestação do senhor. Fica melhor. Pois não." Cefas Garcia Pereira/Sociedade civil: "Desculpa. Obrigado pelo aviso... Então ele colocou essa provocação, e eu respondo dessa forma. Então nenhum chip de computador, nenhum processador, nenhuma memória é produzida no Brasil. Então o que a gente está discutindo aqui é de simplesmente a produção de matéria-prima. E é justamente essa questão que eu estava querendo colocar, não ir para o caminho técnico, mas para o caminho econômico. Porque qual que vai ser o ganho desse tipo de exploração aqui na cidade? O Brasil, por exemplo, é o maior produtor de café do mundo, mas 60% dessa produção é exportada. Uma das grandes referências de marca, a Starbucks, a Nestle, não é nacional. O que fica para o cafeicultor que produz isso lá na base, para o trabalhador que está lá na ponta, para a cidade? É a mesma coisa chocolate, chocolate suíço, chocolate belga são os mais famosos. Não tem um pé de cacau lá, é tudo tirado daqui. Então a mineração a mesma coisa, com outros tipos de minérios também para outras finalidades. Então a minha colocação é justamente essa, eu não vejo um valor para a cidade a mineração pura e simples, sem a colocação de um plano de produção municipal, estadual, nacional, porque aí sim a gente traz ganho para a população. Porque só produzir a argila, como está sendo dito aí de forma mais popular, depois para isso ser enriquecido fora do país, isso vai causar só uma fonte de renda para uma multinacional. A gente não está produzindo agregação de valor, industrialização, domínio tecnológico, ciência, nada disso está sendo colocado em pauta. E eu acho que é por isso, inclusive, a pressa da aprovação. Eu acho que esse embate é bom, porque fica bem evidente que o objetivo é o lucro, é conseguir explorar logo, começar logo, 'vamos começar, vamos ganhar dinheiro'. E o restante do projeto para a população, para a cidade, para o país? E eu acho que agora esse é o momento em que o país está começando a discutir, a entender a importância das terras raras. E por isso que eu acho que era importante mais tempo para a gente pensar como é que a gente vai conduzir. Afinal de contas, isso é posse da cidade e dos moradores. Então é a gente que tem que decidir como é que isso vai ser explorado, e não uma empresa de fora que chega e coloca as regras deles, e a gente aceita querendo ou não. Colocado dessa forma meio unilateral. A parte técnica eu reconheço, eu acho que sempre vai existir risco, a gente consegue contornar às vezes, mas quando o ganho vale esse risco. E no caso o ganho não está sendo para a população. Ou seja, os riscos que a gente está considerando aqui são o risco da população e o lucro para eles, o ganho para eles. Então, se depois essa poluição da água vai se efetivar ou não, a gente não sabe. Pode ser que não, eu torço para que não, mas se acontecer também a 'Austrália vai estar bem, muito obrigado'. E isso não é exclusividade só desse caso. Inclusive, exploração de terras raras por empresas australianas, inclusive, já tiveram problemas ambientais na África do Sul, na Papua Nova Guiné, na própria Austrália, em outros países vizinhos na Oceania. Então não seria muito surpreendente se isso acontecesse aqui no Brasil também. Isso, inclusive, seria o mais esperado, inclusive, até pela história do Estado. A gente já viu um monte de outros desastres, e mesmo que não haja desastre. O agro, se a gente olhar, ele atua dentro da legalidade também. A gente é um dos maiores produtores de comida do mundo, e ainda tem gente passando fome, ainda tem uso de agrotóxico no nosso alimento, mas está tudo conforme a lei. Então acho que a discussão é importante, que

tudo mundo possa falar, não só pela questão técnica ou pela questão legal, mas é pela questão de conduta e de visão de futuro e de projeto mesmo desse tipo de exploração na cidade. Encerro meu tempo aqui.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Cefas. Próximo inscrito... Sr. Ailton Pereira... O senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” Ailton Pereira Goulart/Prefeito de Caldas: “Presidente, primeiramente muito obrigado, parabéns pela condução, tenho acompanhado aqui desde manhã o desenrolar desses processos. Parabéns pela lisura, transparência e postura, principalmente, na condução dos trabalhos. Eu quero aqui me dirigir aos conselheiros, me solidarizar com eles por tudo que ouvem, como se fossem as pessoas responsáveis, vamos dizer assim, que são acusadas, como se fossem bandidos, que estão dando licenciamento a torto e a direito sem que respeitem o estudo técnico que foi feito por eles. Quero cumprimentar a todos que estão aqui. A gente tem que entender que é um processo de fato que causa para a gente aqui bastante desgaste, mas é preciso entender que todo mundo tem o seu ponto de vista e tem que ser respeitado. Não posso deixar de citar aqui, em nome da lanka, minha secretária de meio ambiente, que sofreu uma pressão absurda quando na condução dos trabalhos dentro do Codema e do Congeapa. Aqui ninguém passou, deixou passar o trator, e o carro não passou. Obtivemos resultados positivos dentro do Codema com uma votação decisiva de uma indígena. Caldas possui hoje três aldeias, e as três aldeias, eu afirmo categoricamente que são a favor do desenvolvimento. Mesmo porque vamos encaminhar para a Câmara um projeto de lei que vai dar a eles uma condição melhor de sustentabilidade, de sobrevivência. Além de tudo isso, dentro do próprio Cefem, 18% serão destinados à degradação de áreas ambientais, como cercamento de nascente e tudo mais. Caldas tem prefeito, Caldas tem uma gestão que de forma alguma se eximiu do problema. O problema quando chegou aqui, vamos dizer assim, o desenvolvimento quando chegou aqui na nossa porta, nós procuramos entender da forma que estava acontecendo. No primeiro momento, nós assustamos, ficamos contra, mas não é simplesmente não ouvir as outras partes. Eu fui citado agora há pouco por uma militante de Andradas. Qual o meu interesse em Andradas? É muito simples. A mineração traz o progresso, e junto desse progresso nós temos uma estrada que liga Caldas a Andradas, uma obra de R\$ 80 milhões que só vamos conseguir fazer através de uma consignação de crédito outorgado, através da empresa estando aqui. E eu não defino sozinho, eu preciso conversar com a prefeita, com a qual eu tenho um excelente relacionamento em Andradas. Mas a população de Caldas, eu posso afirmar categoricamente que é a favor do desenvolvimento. O pessoal que é a favor não vai em rede social, não participa de movimentos. Foi feita aqui uma audiência pública de 6h15min, onde tudo foi dito, muito precisava ser dito, e foi construído com a Câmara Municipal, Prefeitura Municipal de Caldas, uma assessoria contratada por nós, em Belo Horizonte, especializada em área ambiental. Colocamos 46 condicionantes. Caldas é ressentida, sim, com o problema da Urânio do Brasil aqui, a Nuclebrás, a primeira unidade da INB do Brasil. É justo que a população fique ressentida e temerosa por tudo que aconteceu. Nós somos feitos de cobaia, mas 50 anos se passaram, as leis ambientais são muito mais rígidas, e a gente vai estar vigilante com o que está acontecendo. Minas Gerais carrega consigo, além da mineração, a sua gastronomia e também o seu turismo. Então não dá para negarmos que nós temos uma vocação também de mineração. Mineração é desenvolvimento, e a gente precisa fazer com que ela seja sustentável. Engração, as pessoas usam telefones celulares, as pessoas passam por tomografia, a pessoa briga contra emissão de carbono, e na hora de gerarmos uma energia limpa, uma energia verde, há esse tipo de questionamento. Tudo tem um limite. E o que eu posso dizer para vocês é que a Prefeitura Municipal de Caldas, através deste prefeito aqui, de segundo mandato, tem uma postura, uma postura favorável ao projeto. Caldas jamais negou a sentar e conversar, enquanto outras prefeituras no primeiro momento não quiseram conversar. Então não adianta falar que a empresa não quis, a cidade não sabe o que está acontecendo. É porque o prefeito ou prefeita não quis receber a empresa. E a gente não resolve o problema fechando porta. A gente resolve o problema é dialogando, é sentando na mesa colocando os prós e os contras. Ninguém resolve o problema fugindo dele. Muito pelo contrário. Não vou me alongar. Eu acho que muito já foi dito. É importante que as pessoas tenham um pouco mais de conhecimento de causa antes de falar e apontar. Faço aqui para finalizar uma colocação ao Germano e ao Alceu, que ao meu ver foram brutalmente atacados numa fala de um assessor, que deu a entender que só pessoas que não têm uma postura idônea. Então um servidor do Ministério Público com tanto tempo de carreira não deve e não pode passar por um tipo de constrangimento desse. E eu digo para vocês, muito se pede o diálogo, mas existe o diálogo, o que não existe é a boa vontade de ouvir a outra parte. Então ninguém pode ser soberano, ouve, mas tem que de fato saber ouvir e aceitar a posição contrária. Meu muito obrigado a todos, um excelente final de semana, feliz Natal e um próspero ano novo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação de vossa excelência. Próximo inscrito... Dr. Bruno, pois não, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” Bruno Malta/Representante do empreendedor: “Senhor presidente, senhores conselheiros, boa tarde. Eu acredito que todos os esclarecimentos já foram prestados. Da minha parte eu abro mão da palavra.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Dr. Bruno, agradeço. Próximo inscrito... Sr. Zildo André... Sra. Edneia está na sala?” Emanuelly Alves Aguiar/SEMAD: “Eu vou retornar àqueles que a gente chamou, caso algum esteja na sala no momento. Odair Rangel, Cleo Martins...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Está na sala. Sra. Cleo, a senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” Cleo Martins/Sociedade civil: “Obrigada. Eu aqui como sociedade civil e muitas pessoas aqui que são sociedade civil, que têm muito mais competência do que eu. Eu sou uma poços-caldense que não vivo mais em Poços de Caldas. Eu sequer vivo no Brasil. Mas me preocupam muito todas essas falas, as falas desses colegas que são estudiosos, que são competentes, que estão vivendo no dia a dia todo esse processo. Então todas as falas com tantos apontamentos, isso traz uma sensação de impotência tão grande, porque o que eu percebo é que qualquer local que tenha qualquer tipo de riqueza natural, o povo daquela região passa a viver na miséria. E por que precisa ser dessa maneira? Se for para seguir nesse caminho, vai ser isso que vai acontecer. E nós já tivemos tantas experiências, experiências recentes, experiência de Brumadinho. Então eu não consigo perceber essas falas. Esta reunião é uma reunião extremamente desgastante, é cansativa. Eu tive que me ausentar um pouco, voltei, mas eu estou esgotada porque nós estamos sempre falando as mesmas coisas, coisas que nem sequer deveriam ser citadas, sequer deveriam ser faladas aqui, porque são coisas óbvias. Porque vamos destruir tudo que a natureza tem ali. Por que precisa ser dessa maneira? Então é incrível que nós tenhamos que ficar aqui, me parece até uma guerra de gladiadores. De um lado, nós estamos aqui falando uma língua, e do outro lado, as pessoas que estão do lado dessas mineradoras, dessas startups, elas estão falando uma outra língua, e o que nós falamos elas não entendem. E elas são pessoas como nós somos pessoas, se vivem em Poços de Caldas, se são de Poços de Caldas, não é esse o fato, porque vai afetar toda a gente. Então é colocar a mão na consciência. Se essas pessoas têm filhos, o que elas esperam para os filhos delas? O que elas esperam para os netos delas? Porque isso afeta toda a gente. Então como é que podemos olhar só para a questão financeira? Porque é isso que está acontecendo aqui, é olhar só para a questão financeira e uma minoria. Mais uma vez, exportar matéria-prima. O Brasil sempre nesse patamar de exportador de matéria-prima e depois importa o produto acabado num preço absurdo. Como é que isso pode continuar? Nós nunca vamos mudar esse cenário no Brasil? Nunca? É no micro que se constrói o macro. São os pequenos movimentos que ganham força para que esse movimento ganhe proporção e vá contagiando outras regiões em outras áreas também. Então eu fiz questão de pedir a fala novamente para manifestar essa sensação de impotência. É uma impotência que traz uma agonia que dá nó na garganta de ver essas pessoas defenderem a destruição de um território, a destruição de uma riqueza, a destruição de pessoas. E todo bioma. E esse bioma inclui seres humanos. Nós somos natureza. Nós somos natureza. Então é isso. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Retorno à lista.” Emanuelly Alves Aguiar/SEMAD: “Verônica Viana, Fernanda Tomaz, Isabella Gonçalves, Mariangela Turbiani, Fernanda de Oliveira, Maria Regina, Bárbara Magalhães, Adriane Rodrigues, Levi Moisés, Caroline Marci e Tiago Braz. Thiago Braz.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Desses chamados, somente o Tiago Braz está na sala. Vossa Excelência tem interesse de se manifestar, senhor Tiago? Vossa excelência tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” Tiago Braz/Sociedade civil: “Muito obrigado. É duro vir falar neste momento, após todo o contexto da reunião durante o dia. Eu fico triste de ter vindo mais cedo aqui, me manifestado e visto tantas manifestações de cidadãos e cidadãs de Poços de Caldas frente à questão da Viridis e referente ao projeto Colossus e não ter tido nenhum movimento de algum conselheiro no que diz respeito ao pedido de vista, mesmo com recomendação do Ministério Público Federal. E eu venho agora, mesmo sem fé, pedir que seja avaliado também sobre o projeto Caldeira. Nós sabemos que o planalto envolve todas as cidades da região, então não apenas Poços de Caldas, Caldas, mas é toda a região. Eu vi o prefeito de Caldas falar e acho que uma audiência pública só para a magnitude de um projeto como esse é muito pouco, independente se ela durou 6 horas, quantos dias ela durou. É preciso uma ampliação de discussão. Ontem eu tive reunião com representantes das igrejas, e tinha igrejas também de Caldas, e dentre os representantes tinha pessoas relacionadas aos indígenas de Caldas, que disseram que houve uma pressão muito forte em cima deles para que pudessem votar e aceitar essa questão. Então eu acho que faltou sensibilidade, faltou uma escuta qualificada por parte dos conselheiros quanto à população de Caldas e de Poços de Caldas. Eu aproveito para parabenizar a prefeita de Andradas, que tem feito um trabalho firme e duro referente a isso, juntamente com o pessoal de Águas da Prata. Acho que faltou isso em Poços de Caldas, faltou isso em Caldas. E aí eu não estou falando sobre questões políticas partidárias ou ideológicas. Eu estou falando sobre ouvir a população e sobre a representatividade dela nos espaços de poder. Eu vim mais cedo aqui, eu falei enquanto

presidente de uma comissão recém-formada aqui na Câmara Municipal, com votação por unanimidade de todos os partidos políticos, com uma moção recém-aprovada falando do projeto Colossus e do Caldeira, pedindo que houvesse o adiamento. Eu acho que pedir vista a um processo com tantos assuntos novos como chegaram, como estão chegando nesse momento, era o mínimo de bom senso que cada conselheiro deveria ter. E me surpreendi com o perfil apático de cada um e com o silêncio, visto todas as recomendações do Ministério Público Federal e todas as argumentações de quem me antecedeu até agora, a não ser quem falou em favor das empresas. Então eu espero que seja considerado ainda para esse projeto, mesmo sem ter muita esperança. E fico muito preocupado por todas as conduções que tiveram sobre a Operação Rejeito e tudo que envolve esses processos com a Operação Rejeito. E o que eu posso fazer é registrar o que cada um falou, o que cada instituição falou e levar até a nossa população como cada um votou e como cada um se posicionou nesta reunião. Porque eu, como um legislador que fui eleito defendendo conselhos e a atuação deles, me senti hoje envergonhado com este Conselho, com o apatismo e o clima de paz dentro de uma reunião onde deveriam ter tanta discussão e tantos questionamentos por parte de conselheiros, principalmente com um órgão tão respeitado como o Ministério Público fazendo recomendações, e vocês assim desrespeitando. Eu espero que a justiça seja feita, que todos esses processos sejam anulados pela Justiça futuramente. Nós estamos aqui dizendo a todos que estaremos trabalhando para que isso aconteça e não vamos desistir por conta de uma votação feita por um Conselho onde os conselheiros já não deveriam estar mais, onde não tem as novas cadeiras que deveriam ter sido eleitas e com um processo tão atrapalhado e com tanta celeridade como foi principalmente o do projeto Colossus, mas também, pelo que estou vendo, o Caldeira, dando a entender, inclusive, que isso já estava decidido bem antes do que vai acontecer. Então eu termino por aqui. Eu peço que considerem novamente a questão do projeto Caldeira e que o Conselho possa, de fato, representar a população que os colocou aí, principalmente aqueles que representam a sociedade civil. Mas ainda assim, mesmo descrente, faço apelo aos membros do Estado para que considerem as recomendações do Ministério Público Federal, para que considerem as manifestações de cada um que falou até aqui. E uma das minhas preocupações, além de tudo isso, é que hoje ao menos duas pessoas que tentaram se inscrever antes das 9h da manhã disseram que receberam que as inscrições estavam encerradas. Então acho que isso é muito perigoso. Eu não sei se estão tentando cercear a palavra das pessoas, mas eu gostaria que houvesse uma averiguação profunda sobre isso, porque, se existe um período curto como esse de inscrição e com pouca divulgação, as pessoas têm que ter o direito de se expressar dentro dele. É isso. Eu termino por aqui. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Lembrando, conforme previsão do Regimento, a abertura é dada 1 hora antes e encerra nesse período. Então a gente tem o cronômetro aqui, tudo certo, é cronometrado o prazo de abertura, e a possibilidade de inscrição. Se qualquer dos senhores quiserem depois um print, alguma informação adicional oficial do órgão ambiental, estamos à disposição para prestar. Nós encerramos assim com os inscritos. Eu retorno a palavra ao Conselho para debates. Algum destaque por parte do Conselho? E posterior ao Conselho eu passo a palavra à equipe da DGR, para suas considerações. Destaque por parte do Conselho? Sem destaque por parte do Conselho, eu passo a palavra à DGR para suas considerações. E naquela mesma linha que eu pedi do processo anterior, levando em consideração a recomendação do Ministério Público, eu solicito que a equipe da DGR manifeste quanto à pertinência ou não da retirada deste item de pauta ou a baixa em diligência do mesmo. Eu solicito que a equipe se manifeste quanto a este ponto. Quem vai falar inicialmente é a Dra. Angélica? Pois não, doutora.” Angélica Aparecida Sezini/FEAM: “Boa tarde a todos. Presidente, ao contrário das falas do processo analisado neste dia durante a manhã, as falas durante a tarde foram muito mais direcionadas ao Conselho, aos conselheiros do que a nós analistas do processo em discussão. Então não tenho nenhuma pontuação a fazer de forma específica que já não tenha sido tratado aqui pela consultoria, pela empresa ou que não tenha sido considerado no nosso Parecer Único, que é o objeto da votação de hoje. Quanto à baixa em diligência ou retirada de pauta, também não vemos necessidade, assim como no processo anterior, já que nosso trabalho foi concluído, nossas análises consideraram todos os dados pertinentes para que a gente levasse à deliberação deste Conselho a nossa sugestão da Licença Prévia, que é a fase atual que estamos passando por esse processo. Então não vejo necessidade.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira: “Agradeço, Dra. Angélica. Mais alguma consideração, Liana?” Liana Notari Pasqualini/FEAM: “Boa tarde a todos novamente. Não, senhor presidente, apenas me colocar à disposição em caso de dúvidas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira: “Agradeço, Liana. Senhores conselheiros, se não houver nenhum destaque, eu levarei o processo em votação... Sem destaque adicional. Então em votação item 6.2, Meteoric Caldeira Mineração Ltda.” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Presidente, por favor, estou com a mão levantada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira: “Desculpa, João, duas vezes eu não vejo o senhor.” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “A gente ouviu com atenção todas as colocações até para dar a nossa posição ao nosso voto. Tivemos várias considerações, várias observações novas durante a análise desse processo. Devido ao adiantado da hora, se eu passar de 3 minutos, me avise, por favor, que às vezes a gente entusiasma. Tivemos considerações muito boas, inclusive do Alceu, a Maria Antônia, o próprio Tiago Braz. Apesar de não concordar com parte do conteúdo, mas são relevantes, são formas de argumentar realmente muito importante, que contribui, inclusive, para nossa decisão e a nossa análise. Já adiantando um pouco, eu reforço o que foi dito para o processo anterior, da Viridis. São similares, o raciocínio também. Volto a comentar aqui, enquanto conselheiro, meu e-mail está à disposição, sintam-se à vontade. E o que eu disse é que eu tive que ficar até meia-noite analisando os e-mails, inclusive do Sr. Turbiani e do Sr. Edilberto, para compor o meu posicionamento. Mas um outro ponto importante tratado aqui, é muito importante a posição que nós também defendemos com respeito à verticalização. Eu devo até ir continuando desses projetos, inclusive desse, eu já programei de ir a Poços de Caldas, já até fiz um orçamento de quanto vai me custar para três dias a uma semana. Já adianto aqui ao Éder que eu gostaria muito de ser recebido para, inclusive, Éder tirar algumas dúvidas, mas provavelmente nós não vamos tratar delas hoje. Trataremos num próximo passo, que é, por exemplo, Éder, a questão da porosidade, da transmissividade da argila, como ela está lá hoje e depois de compactada e retornada ao local; e o risco de contaminação de minerais vulcânicos a quilômetros de distância. Essa compartimentação dos aquíferos eu preciso ficar com mais atenção, analisar com mais atenção esse ponto, por que tanta insistência dessa contaminação. Um outro ponto é olhar o processo, se está havendo alguma transmutação atômica para que aumente a radiação e o material que vai ser lavrado, levado à usina e voltar praticamente um volume quase o mesmo para o mesmo lugar. E por quê? Provavelmente, Éder, eu vou querer saber também como é que está a questão da cobertura que vai ser feita para, como se diz, devolução dos terrenos, terrenos extremamente importantes para outros usos. Depois vou querer ver, já te avisando, caso vocês decidam continuar com o processo, com esse projeto e caso seja passado para o passo seguinte. Então eu já estou reservando aqui um orçamento para ir aí visitar vocês e ver com meus próprios olhos, como eu não pude fazer dessa vez. E já adianto também um ponto, Cefas, estou de acordo com você, a questão da verticalização que tanto temos insistido em vários outros fóruns. Eu sei e acredito que o concentrado já tenha de 50% a 70% dos metais úteis, ou seja, já está numa fase razoavelmente avançada da verticalização. E não deve ser o caso de minas que já estão trabalhando com ETR no Brasi. O que eu vi, até onde eu pesquisei, que estão vendendo concentrado. No caso seus, por esses relatórios seus agora, esse último de 170 páginas, outras bibliografias que eu li, que me tomou de 10 a 20 horas e mais outras dez horas que me tomaram para chegar a esse pequeno entendimento que eu estou tendo do processo para tomar a minha posição. Então são questões que já adianto. E retomando o ponto do Cefas, com quem eu estou de acordo agora, nós insistimos que seja dada bastante atenção na fase seguinte, que está entre o concentrado e os mais importantes até chegar nos produtos de eletroímã, nos carros elétricos, das telas dos computadores que o Cefas usa e todos nós estamos usando aqui, o que vai ser feito nesse sentido. Eu gostaria muito de ouvir esse posicionamento numa próxima reunião nossa. Sendo assim, vou interromper aqui e já podemos, da minha parte estou pronto para dar o meu voto. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira: “Algum outro conselheiro tem algum destaque?” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Presidente, apenas para fazer um comunicado. O momento oportuno seria agora ou após a votação?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira: “Comunicado sobre o quê, Cícero? Sobre esse processo?” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Não, geral.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira: “Geral, então posteriormente, eu solicito que o senhor o faça posteriormente. Não havendo mais nenhum destaque por parte do Conselho, eu coloco então em votação o item 6.2, Meteoric Caldeira Mineração Ltda. **Processo de votação.** Votos favoráveis ao Parecer Único: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindixextra, Zeladoria do Planeta, Idau-TAP e ANM. Ausência: Dom Helder. **Destques de votos favoráveis.** Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Com base nas minhas mais de 30 horas de análise, senhor presidente, favorável.” Conselheiro Fernando Menezes Belchior/Idau-TAP: “Presidente, diante da complexidade do caso, eu vou justificar meu voto, desde já favorável ao parecer. O processo administrativo em análise percorreu todas as etapas técnicas e procedimentos exigidos, contando com instrução robusta, estudos ambientais, manifestação dos órgãos competentes e participação social, culminando no parecer do órgão ambiental, que concluiu pela viabilidade ambiental do empreendimento e sugere o deferimento da Licença Prévia. A Licença Prévia cumpre destacar que possui caráter declaratório de viabilidade ambiental e não assegura automaticamente a concessão das licenças subsequentes, as quais permanecerão condicionadas ao atendimento integral das exigências técnicas, condicionantes e obrigações ambientais nas fases de Licença de Instalação e Licença de Operação, podendo inclusive ser indeferidas.

Registro ainda que o Ministério Público Federal detém conhecimento técnico e jurídico equivalente ao dos membros deste Colegiado e dos técnicos que se manifestaram pela sociedade civil. Assim, eventuais recomendações por ele apresentadas não se sobrepõem à competência, autonomia decisória e ao conhecimento técnico de vossas senhorias, tampouco à minha convicção formada a partir da análise do processo. Além disso, considerando que o processo já percorreu um longo e completo trâmite administrativo, não se revela razoável promover novo prolongamento de sua deliberação, ainda que por prazo breve, especialmente quando se trata de manifestação, ao meu ver, atemporal, dissociada do estágio avançado de instrução já alcançado. Cumpre ainda registrar que este Colegiado é composto por conselheiros dotados de conhecimento técnico, experiência e responsabilidade institucional, que exercem relevante função pública no equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento socioeconômico. O papel desempenhado por esta Câmara é essencial para a promoção do desenvolvimento responsável da comunidade, do município, do Estado e do país, razão pela qual se impõe o devido respeito às decisões técnicas aqui proferidas, construídas a partir de análise criteriosa dos autos, da legislação aplicável, do interesse público envolvido. Diante de todo o exposto, acompanho o parecer do órgão ambiental e voto favoravelmente à concessão da Licença Prévia, nos termos em que foi proferida. Esse é o voto. Obrigado, presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira: “Processo 6.2 aprovado por 11 votos favoráveis e uma ausência no momento da votação.” **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO - “AMPLIAÇÃO”. 7.1) Mineração Jundu Ltda. Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos. São João del-Rei/MG. PA/SLA/Nº 11569/2025, ANMs: 003.114/1935, 007.208/1951 e 830.532/2005. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA SM.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Transcrição integral. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Passamos, senhores e senhoras conselheiros, ao item 7.1, Mineração Jundu Ltda. Nós não tivemos destaque por parte do Conselho, mas temos inscritos de forma independente... Sr. Felipe, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” Felipe Gomes/Sociedade civil: “Olá, pessoal. Muito boa tarde novamente. É muito triste a gente ver toda essa luta e vai como se nada fosse. Eu só queria, não sei se ele ainda está aí, mas eu vou fazer questão de ler para o Antônio Malard, meu colega de mestrado, ex-colega de FEAM. Parecer Técnico nº 9/2025/DIMAP/DRS, direcionado à Viridis, com o título de ‘análise do relatório de informações preliminares’. Aí Malard você vai lá no item 4, que fala sobre teores medidos ou estimados de urânio natural e tal. Aí tem o seguinte parágrafo: ‘Em relação aos resultados obtidos para as concentrações de atividades do urânio e do tório superiores a 10 becquerels...’ Olha só, ‘em relação aos resultados obtidos’. Eu gostaria até...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe, desculpa, eu não gosto de interromper as manifestações, eu não vou interromper o senhor, o senhor vai ter o prazo regimental, mas nós estamos discutindo aqui a Mineração Jundu Ltda.” Felipe Gomes/Sociedade civil: “Eu sei...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O senhor sabe, então por favor vamos nos ater. Eu até peço aos demais. Estou interrompendo o senhor, peço desculpa. Estou interrompendo porque o senhor está em outro assunto. E peço àqueles que também que vierem se manifestar em relação a esse ponto de pauta que é em relação à Mineração Jundu Ltda. Esse é o ponto.” Felipe Gomes/Sociedade civil: “Sim, presidente. Tem conexão. Eu gostaria que pudesse continuar. E é importante mostrar isso aqui. Por favor, é muito importante eu mostrar. Porque é isso. Presidente, você me desculpa, mas isso aqui provavelmente será judicializado. E este Conselho tomou a decisão com base numa informação prestada pelo empreendedor, que, entendo eu, não condiz muito com a realidade, que é justamente esse relatório técnico que é da Viridis. E aí a gente vem aqui no item 4, sobre os teores, neste parágrafo, que vira e fala: ‘Em relação aos resultados obtidos para as concentrações de atividades superiores a 10 becquerels’. Ainda fala aqui: ‘frente ao seu universo amostral equivale a 0,19’. Ou seja, 0,019% de todas as análises realizadas apresentaram resultado superior a 10 becquerels, que é aonde joga a competência, segundo a 401 da ANSN para o Ibama. Tudo bem que eles pegam e declaram como uma porcentagem significante face ao total, mas teve. E o Malard vem aqui para virar... Falando ainda que eu tinha misturado os processos. Não, não misturei. Eu estava falando da Viridis. E no caso da Meteoric está aqui, olha aqui, esse aqui é o EIA. É o EIA, gente, aqui o quadro 9.65. Olha aqui o resultado, está aqui 11.15, aqui o outro, 10.35, e o outro, 11.64. Então quando o consultor fala que não teve resultado, ou a ANSM está mentindo ou o consultor não está sabendo. Aí o seguinte, com relação também à fala do nobre Alceu, não sei se ele estava se dirigindo a mim, porque ele não falou o meu nome, mas eu simplesmente estava me referindo a uma reportagem do ‘Estadão’, publicada no dia 30/10, sobre esse manuscrito. Está lá, tem uma imagem, e como liga diretamente assim a coisa eu só preciso saber. Continuo sem saber se é ou não é. Porque muito preocupa a gente a questão da porta giratória. Mas é isso, é muito triste ver a forma como o Conselho segue. As entidades que tinham que representar a sociedade civil tampam os ouvidos e fingem que não escutam o clamor popular aqui. Também queria falar para o Alceu: Alceu, eu não sou ambientalista não, você está certo. Eu sou engenheiro ambiental, tem uma diferença. Eu nunca fui ambientalista. Eu sou engenheiro ambiental, que tem uma grande preocupação ambiental. Sim, com todo o respeito a todos os ambientalistas, mas eu fiz faculdade, mestrado, então sou engenheiro ambiental. Inclusive, na matéria no ‘O Tempo’ hoje que saiu sobre a questão da recomendação do MPF, eu pedi, inclusive, que corrigissem isso lá. É muito triste porque a gente vai ver aqui nascendo mais um processo judicial, provavelmente. E lembrar que este Conselho já teve licença suspensa, que foi no caso da Tamisa, LP e LI. Será que nós vamos ter agora duas licenças suspensas? E aí eu fico pensando, essa galera que veio aqui, falou que estava tudo certo e tal, depois vai vir aqui e falar: ‘É, a gente não estava tão certo assim.’ Se for suspensa. Estou aqui fazendo um exercício de futurologia. Vai saber. Mas para mim é claro, claro e notório, está no relatório, está no próprio EIA.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação.” Felipe Gomes/Sociedade civil: “Obrigado, presidente Yuri.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Por nada. Próximo inscrito para o ponto de pauta... Sra. Silvia.” Silvia Marcela Guerreiro Cirelli/Representante do empreendedor: “Boa tarde a todos. Eu sou da Mineração Jundu. Eu gostaria só de explicar que esse processo não tem nada a ver com os dois anteriores que acabamos de assistir. Refere-se então a uma pilha de estéril. A nossa jazida é uma jazida de calcário calcítico. Está no município de São João del-Rei, e o licenciamento refere-se então à pilha onde a gente vai tirar o material estéril e a cobertura da rocha e vai ser depositado no terreno em frente à jazida. Então o trânsito para fazer esse transporte seria em torno de 500 m só. E se tiver alguma dúvida referente a esse licenciamento eu estou à disposição.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado. Próximo inscrito.” Emanuelly Alves Aguilar/SEMAD: “Edemilson Marcatti.” Edemilson Marcatti/Representante do empreendedor: “Boa tarde a todos. Sou da Jundu também e me coloco à disposição somente se tiver algum questionamento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado. Próximo inscrito... Sr. Sandoval.” Sandoval de Souza Pinto filho/Sociedade civil: “Boa tarde a todos e todas novamente. Sou de Congonhas, Instituto Histórico Geográfico, Academia de Ciências, Letras e Artes e União de Associações Comunitárias. A respeito do processo em específico, senhor presidente, eu gostaria de que a equipe da empresa e a equipe técnica também pudessem explanar se houve o atendimento ao que determina a Lei Federal 12.608, que é a Política Nacional de Defesa Civil, no tocante a avaliação de riscos, artigo 12B dessa Lei 12.608. Questão de risco relacionado à pilha. E também se existe nesse processo alguma situação de avaliação de bens culturais que leve à manifestação de órgãos intervenientes, como Iphan, Iepha e outros, municipais, essas coisas. Insisto, para aproveitar este momento de fala, insisto nessa situação que a gente tem falado e reiterado em todas as falas ao longo das últimas três, quatro reuniões, das últimas, no mínimo, três reuniões deste Conselho, a respeito da legitimidade deste Conselho continuar funcionando ante o cenário da Operação Rejeito, a greve. Hoje ninguém citou a greve, mas a greve, graças a Deus, agora os servidores voltaram, em dez dias por aí. Não sei se vai ser mencionada hoje aqui a situação do retorno dos servidores da SEMAD, que a gente ficou muito feliz com essa solução. Eu não acompanhei de perto como se deu e tudo, mas alguma coisa deve ter funcionado para poder saírem da greve, com certeza. Porque estava ficando uma situação limite. Então todos esses processos que estão sendo avaliados e tudo, uma grande parte deles presumo que tenha sido, pela extensão do período de greve, estudada pelo menos na parte de conclusão, na parte final, por esses dias, durante a greve do funcionalismo. E eu gostaria de saber quem pode responder, se a equipe ou se a própria presidência, se nesse processo houve alguma atuação que pudesse ser algum prejuízo em relação à greve. Então são basicamente esses três pontos. Não vou estender mais, que está todo mundo muito cansado e daqui a pouquinho a gente vai entrar no ponto de revisão de pauta, que é um dos mais importantes, de ata, que é um dos mais importantes para nós hoje.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Sr. Sandoval, pela manifestação. Eu estou pensando aqui, Sr. Sandoval. Eu ia falar posteriormente, mas eu vou retirar a ata, deixar para a próxima reunião, pelo adiantar da hora. E só lembrando, o senhor me dá licença, eu peço desculpa porque agora sou eu que estou fugindo um pouco do ponto de pauta. ‘Ah, não contemplou a minha fala’. Pega lá a Deliberação Normativa COPAM: ‘as atas são escritas de forma sucinta’, elas são sucintas mesmo. E aí eu aproveito o momento para solicitar à secretaria executiva que faça a transcrição integral desta reunião, de todas as falas. Quer dizer, todas as falas estarão contempladas. Mas como a outra não foi solicitada ela é sucinta. Eu aproveito o momento, estou retirando a ata desta pauta. Ela volta com esta aqui para a próxima reunião. Próximo inscrito... Sr. Cefas... Sr. Zildo André... Retorno ao Conselho. Conselho tem alguma ponderação? Não. Eu passo a palavra à equipe do Sul para responder os questionamentos feitos, principalmente, pelo Sr. Sandoval.” Anderson Ramiro de Siqueira/URA Sul de Minas: “Boa tarde, senhor presidente. Boa tarde, todos os conselheiros. Nós estamos com o gestor técnico

responsável do processo, Rogério, ele vai trazer as informações relativas às questões técnicas levantadas pelo Sr. Sandoval.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado, Dr. Anderson. Rogério... Sr. Rogério... Agora sim, estamos escutando o senhor. Pois não, com a palavra.” Rogério Junqueira Maciel Villela/URA Sul de Minas: “Em relação ao questionamento feito a respeito do artigo 12B da Lei Federal 12.608, o que eu tenho para trazer neste momento é que na verdade, embora enquadrada, classificada como pilha de rejeito, de estéril, na verdade, o que vai ser feito é uma disposição de estéril, como se fosse um aterro. Vai ter somente um talude de no máximo 3 m. E esse material vai ser depositado nesse terreno. Ele tem essa configuração pelo porte, teve esse enquadramento de pilha, de porte grande, mas na verdade vai ser um grande platô. E esse terreno, o acordo que foi feito com o proprietário do imóvel, é justamente acertar esse terreno para que ele possa usar posteriormente para fins agrícolas. Então na verdade não se trata de uma pilha nos moldes convencionais que nós conhecemos que demande um risco de desastre ou algo dessa natureza. De todo modo, o pessoal da Jundu está presente. Eu acho que eles podem trazer uma informação adicional a respeito disso. Agora, em relação ao Iphan, o estudo que foi apresentado concluiu que o empreendimento não representa risco aos patrimônios histórico, cultural, arqueológico, de modo que esses elementos não foram identificados na área envolvida. Mas ainda assim o empreendedor formalizou junto ao Iphan um processo. Então ele tem um processo já formalizado para manifestação daquele órgão, que é de certa forma a nossa prática, a nossa praxe é essa. Não sei se o Anderson quer completar alguma coisa. E talvez o pessoal da própria mineradora se manifestar também, já que eles estão inscritos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Rogério. Dr. Anderson, alguma informação adicional?” Anderson Ramiro de Siqueira/URA Sul de Minas: “Não. Perfeito. Só ratificando que a informação presente do processo é fidedigna de que não há impacto em bens acatados. Por esse sentido, até a licença sai com efeitos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado, Dr. Anderson. Senhores conselheiros, retorno aos senhores. Algum destaque por parte do Conselho? Não havendo, coloco em votação o item 7.1, Mineração Jundu Ltda.” Processo de votação. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Idau-TAP e ANM. Ausências: Sedese, Zeladoria do Planeta e Dom Helder. Destaque de voto favorável. Conselheiro Fernando Menezes Belchior/Idau-TAP: “Presidente, examinado o Parecer Único, que conclui pela viabilidade ambiental do empreendimento, que sugere o deferimento do licenciamento ambiental, a ampliação, após a regular instrução processual, apresentação dos estudos exigidos, vistorias técnicas e cumprimento das condicionantes anteriormente impostas, manifesto-me favoravelmente ao parecer do órgão ambiental, acompanhando-o em seus fundamentos técnicos e suas conclusões.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então item 7.1, Mineração Jundu Ltda., aprovado por nove votos favoráveis à manifestação do órgão ambiental, sendo três ausências no momento da votação.” **8) PROPOSTA DE AGENDA PARA AS REUNIÕES DA CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS (CMI) DO COPAM PARA O ANO DE 2026. Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).** Aprovado por unanimidade o calendário de reuniões da CMI para 2026, conforme proposta apresentada pela SEMAD. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Idau-TAP e ANM. Ausências: Sedese, Zeladoria do Planeta e Dom Helder. **9) ASSUNTOS GERAIS. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão**: “Eu passo para o item 9, Assuntos Gerais, e vamos na sequência de inscritos. Temos sete inscritos. O prazo é uma divisão, então dá 4 minutos para cada inscrito. Vamos na sequência... Sr. Daniel Tygel.” Daniel Tygel/Sociedade civil: “Boa tarde. Como todos vários aqui voluntários, eu também perdi o meu dia de trabalho hoje, com isso parte da minha renda. Eu vi muitas coisas. Eu vi a omissão e abandono ao dever constitucional de avaliação técnica isenta. Eu vi o Estado abrindo mão de fazer os estudos necessários, descaracterizando o licenciamento prévio. Eu vi um Conselho ilegítimo de mandato vencido e que não representa a sociedade nem sequer uma análise técnica de qualidade. Eu vi um teatro pautado por interesses que não parecem corresponder à defesa ambiental. Eu vi falta de compromisso com a proteção ambiental. Eu vi máscaras que parecem esconder o que realmente está acontecendo hoje. Eu vi votos políticos com desnecessária radicalidade ideológica aos interesses nacionais. Eu vi serem ignorados argumentos absolutamente técnicos, jurídicos e sociais. Eu vi serem ignorados argumentos de quem vive e seguirá vivendo nesse lugar com seu trabalho, sua família. Vi desrespeito gritante ao princípio da precaução. Eu vi o desrespeito inconcebível ao Ministério Público Federal. Eu vi uma autoridade se curvando de forma lamentável. Eu vi o que me pareceu um teatro, um teatro triste. Isso me dá vergonha. É uma paisagem lamentável, triste e que dói muito, mas muito mesmo. Eu sofri muito nessas horas. Mas eu vi também outras coisas. Vi falas corajosas de mais de 50 pessoas que amam esse lugar, que defendem esse lugar. Senti forte emoção pelas falas de quem luta pelo nosso futuro, pela nossa terra, pelo nosso território. Vi gente rara, bonita, forte, com capacidade de se indignar. Eu vi que 100% das falas da sociedade civil declararam que há riscos que exigiriam respostas para os Pareceres Únicos absolutamente frágeis tecnicamente. Eu vi a nossa região vulcânica pulsando com calor nas veias, com coração pulsando desde as profundezas planetárias. Eu vi a solidariedade, a força e o despojamento de lutar por uma causa maior. Isso me alegrou. Sei que estamos do lado certo da vida, da família, do cuidado, das matas, dos seres vivos, das gerações passadas, do nosso povo trabalhador, do planalto vulcânico, das nossas águas medicinais e sulfurosas. Por isso, eu quero reafirmar: parabéns às mais de 50 pessoas que se inscreveram, que tentaram dialogar com um Conselho ilegítimo, opaco e surdo aos interesses coletivos. Parabéns. Isso só me diz uma coisa: a luta está só começando e a luta vale a pena, pois a vida vale a pena. A vida é rara.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Daniel. Próximo inscrito... Sr. Felipe Gomes, pois não, com a palavra.” Felipe Gomes/Sociedade civil: “Boa tarde. Eu esqueci de falar um negócio. O Alceu falou que a pessoa que a ele estava se referindo devia fazer um concurso para a Polícia Federal. Se for a mim que ele estivesse se referindo, queria dizer a ele o seguinte: realmente, quem sabe, mas esse não é o meu interesse, tenho outros, hoje eu já tenho meu emprego, trabalho, estou muito satisfeito com o meu trabalho, inclusive. E dizer o seguinte: como eu me coloco na linha de frente do enfrentamento a todo esse sistema brutal de moer gente e reputações, porque inclusive ganhei ações contra o ‘Estado de Minas’ por matéria difamatória, contra ‘O Fator’ por matéria difamatória, ‘Portal Nova Lima’. Mas dizer que assim a gente interage. Porque como a gente está na linha de frente chega muita coisa, é impressionante o tanto de informação que chega. E a gente faz chegar onde tem que chegar e tem dado resultado. Inclusive, eu fiquei sabendo... O Sandoval falou que a Operação Rejeito parece que está parada. Sandoval, está não, parece que teve busca. Eu até queria saber, o pessoal que participou aqui, se foi em alguma delas, se alguém ficou sabendo. Teve busca e apreensão numa das consultorias que aparece naquele manuscrito. Eu não sei qual foi, se o pessoal da Cern estiver aí, quiser falar se por acaso foi lá. Foi no dia 30/10 que rolou essa tal busca e apreensão. Fiquei sabendo, um passarinho me falou. A gente ouve muita coisa, não sei se é verdade. Pode ser também que eu esteja fazendo fake news aqui, mas sei lá. Então eu sei que vai ter a próxima fase da Operação Rejeito. Vai ter. E tem muita gente grávida. E é engraçado, eu volto a fazer a mesma pergunta. Se essas duas licenças que foram concedidas caírem, aqueles conselheiros e aqueles consultores que falaram que não tinha nenhum vício, será que vão voltar aqui para pedir desculpa? Será que este Conselho vai ser novamente desmoralizado? Como foi desmoralizado no processo da Tamisa, o processo da Tamisa caiu, nós alertamos. E caiu pelo motivo que foi alertado aqui: não tinha sido feita a consulta livre, prévia e informada. E se eu não me engano era o Yuri que estava aqui, inclusive, aquela reunião que durou, sei lá, foi até 4h da manhã. Inclusive, o Yuri falou ‘nós vamos o tempo que for necessário’. Aquela época não tinha limite de tempo, não é, Yuri? Depois vocês mudaram o Regimento, puseram limite de tempo da reunião. Então é isso, é um capítulo triste, deplorável, mas que só escancara o quão doente está o sistema de licenciamento. Ninguém aqui está pedindo para votar contra. A população em peso de Caldas. Eu queria que os conselheiros respondessem: quem de vocês já foi lá? Quem de vocês já esteve no território? Porque as pessoas do território vieram aqui e pediram ‘pelo amor de Deus, pede vista’. ‘Não precisa votar contra não, só pede vista’. Ninguém teve a ombridade de pedir vista. Só isso, pessoal. E atrasando mais um mês. Já agora é isso, vai ser judicializado, pode ser que essa licença seja anulada. Já se ela for anulada... A Tamisa, a licença foi em agosto de 2023, nós já estamos em 2025; está suspensa até hoje, já vai entrar para mais um ano de suspensão. Será que vai repetir aqui? Que eu posso dizer para vocês, as ações que estão protocoladas e tal serão agravadas, é bem provável que novas ações serão ajuizadas. Inclusive, penso eu que deveria se avaliar a licença que foi concedida à planta piloto, porque pela lógica do princípio da precaução e da questão da elevação da radiação ela também se enquadra lá. Ainda pior, porque no centro de Poços não tem controle nenhum. Obrigado, valeu, nos vemos na próxima.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Próximo inscrito...” Emanuel Alves Aguiar/SEMAD: “José Edilberto, não está na sala. Marcela Vieira também não está na sala, presidente. Maria Antônia.” Maria Antônia Muniz Barreto/Sociedade civil: “Olá de novo. Eu tinha feito uma pergunta, eu vou aproveitar este momento dos Assuntos Gerais para me manifestar, porque eu não pude me manifestar durante. Eu tinha feito uma pergunta a respeito do estudo Siga, Siga Circuito das Águas, que foi um estudo desenvolvido pela Codemig, a partir de mais de 30 profissionais, professores, especialistas de universidades federais. Tinha feito essa pergunta, inclusive, para o Paulo Eugênio, para saber se tinha sido considerado. E como eu não tive resposta eu gostaria de esclarecer que a partir desse estudo Siga chegou-se à conclusão que as águas minerais do Circuito das Águas de Minas Gerais são oriundas da serra da Mantiqueira. E tem mais de 30 mil anos. Na verdade, elas são mineralizadas com as suas propriedades físico-químicas específicas no local, próximo do local onde elas afloram. Mas elas vêm e estão percolando na serra da Mantiqueira por 30 mil anos. Então é para falar da responsabilidade, da importância disso, de como a natureza, de como o planeta, de como essa serra maravilhosa produz essas águas

maravilhosas. E da inconcebibilidade. É inconcebível que a gente possa colocar em risco. O Sr. Cícero também, da ANM, eu gostaria realmente de ouvir a opinião de vocês em relação a isso, a possibilidade de interferência e contaminação dessas águas que, na verdade, não dão para ser rastreadas totalmente, não se rastreia totalmente num percurso tão longo. Então essas preocupações que afloram na gente têm base, estão calcadas em dados, estudos e conclusões que foram realizadas por profissionais, por técnicos, por pessoas especializadas, por hidrogeólogos, por pessoas que realmente se dedicaram a se aprofundar nesses estudos. E gostaria de saber se isso foi considerado, se isso está sendo considerado, na importância de não se comprometer, de não se ter a menor possibilidade de risco. E aí a gente volta à questão da cautela, da precaução, que foi tão colocada hoje. E a outra questão, como eu também não pude me manifestar, eu queria pedir desculpa para o senhor presidente, que na hora eu me manifestei errado. Eu não estava me referindo à opinião pessoal do Sr. Yuri, mas a opinião técnica baseada em tudo que foi dito. Por exemplo, essa discrepância que apareceu durante os debates em relação à questão dos teores medidos, que uns dizem que é menos de 10. E aí o Felipe mostrou que existe um relatório que chega a mais de 10. Então por exemplo esse tipo de coisa poderia justificar uma baixa de diligência? É só uma pergunta. A partir de uma conclusão que, digamos assim, aflorou durante os debates e não de estudos prévios, não de análises prévias, mas alguma coisa que é discrepante que aflora durante uma reunião dessa e que, na minha opinião, poderia permitir uma baixa em diligência, tipo 'vamos investigar então, vamos ver o que é realmente, é isso ou é aquilo'. Isso poderia justificar uma baixa em diligência? Então são essas duas perguntas que eu faço. Eu gostaria de ouvir a opinião da Codemig e da ANM em relação à pergunta das águas minerais, e do senhor presidente, se nesse caso caberia uma baixa em diligência. E no mais agradecer a oportunidade de participar. Eu estou cansada também, como todo mundo, mas é um prazer e é uma honra poder defender o nosso território, as nossas águas minerais, o nosso meio ambiente, as águas em geral, porque a gente considera isso de uma suma importância. E é o nosso papel, é a nossa responsabilidade. Cada um de nós que está com o pezinho aqui nesse planeta, que depende desse planeta, que depende da interação com essa biodiversidade toda, eu acho que devemos ter no mínimo a responsabilidade de cuidar dele da melhor forma que a gente puder. Considerando a importância de tudo isso e o nosso papel nesse planeta que a gente possa cada vez mais se empenhar na defesa desse meio ambiente que nos garante a vida. E que a gente não faça de uma forma leviana em função de interesses financeiros que parece que a gente precisa muito de todos esses produtos, mas eu não sei se realmente precisamos. Obrigada. Era só isso mesmo. Era só para botar na balança os produtos que a gente tem e a vida." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Obrigado, Sra. Maria Antônia. Só esclarecendo, qualquer dúvida que não pode ser sanada ela pode ser objeto de baixa em diligência. Próximo inscrito..." Emanuel Alves Aguiar/SEMAD: "Fernanda Tomaz. Não está na sala. Dalva Sasseron, não está na sala. Isabella Gonçalves, não está na sala. Fernanda de Oliveira, não tá na sala. Fernanda Jonas, Nathália Francisco." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Pois não, Sra. Nathália, com a palavra." Nathália Francisco/Sociedade civil: "Obrigada, presidente. Não adianta eu reiterar as falas técnicas aqui, porque o que se revelou nesta reunião não há uma controvérsia pontual de ordem técnica ou jurídica, mas um desenho estrutural técnico-jurídico que se repete historicamente, que segue orientando o futuro na mesma direção, olhando para trás. A gente está falando aqui de perspectivas que não poderiam estar em pontos mais opostos. De um lado, a gente tem aqueles que se dizem defensores do desenvolvimento. Desenvolvimento esse que há séculos justifica o saque das nossas riquezas minerais às custas do sacrifício de povos, territórios, biomas, possibilidades de vida. Existe um imperativo mineral que se impõe sobre todas as outras formas de relação com o território. Estes que querem o desenvolvimento a qualquer custo costumam olhar para o lado, como foi feito aqui hoje por representantes das empresas, das consultorias e mesmo do Poder Executivo aqui presente, e nos enxergar como empecilhos, entraves ou mesmo inimigos desse tal desenvolvimento minerador sobre o qual depositam a sua fé. E aí fazem um esforço discursivo de desqualificar, relativizar ou mesmo deslegitimar a nossa perspectiva como se fosse absurdo acreditar que um território tem o direito de participar das decisões sobre o próprio território, considerando todas as suas complexidades. Nesse esforço discursivo, é muito comum que recorra a uma separação fundamental entre razão e emoção. De um lado, estão aqueles investidos da razoabilidade e, portanto, da verdade, e do outro estão aqueles desprovidos de racionalidade, que se emocionam, que ressentem, que se angustiam. Essas palavras, que fique claro, foram ditas por pessoas aqui nesta reunião hoje. Mas não existe divisão entre razão e emoção, ainda que constantemente se valham desse recurso discursivo de submeter emoções em nome da razão. Já que há falas tanto aqui de conhecimento científico, eu vou apoiar a minha fala na mãe de todas as ciências, que é a filosofia. Uma das obras mais importantes da filosofia ocidental, que é a Crítica da Razão Pura, do Kant, investiga os limites do conhecimento humano se perguntando até onde pode ir a razão quando desacompanhada da experiência. E essa obra do Kant fala que o mundo que a gente conhece é construído pela nossa própria mente, o que explica talvez para alguns aqui não ser possível entender o que a gente está falando a partir do nosso mundo. Porque vocês têm um padrão cognitivo diferente do nosso. E eu estou dizendo isso porque a única coisa que alivia a minha tristeza diante do que aconteceu aqui hoje é saber que alguns aqui de fato compreendem o mundo por uma perspectiva muito distinta da minha. De fato, tem outra construção cognitiva. Construção cognitiva que me orgulho em não fazer. E a palavra desenvolver é formada pelo prefixo 'des', que é um prefixo de negação. Quer dizer, desenvolver é negar o envolvimento... Eu disse isso dessa questão dos padrões cognitivos, que é a única coisa que alivia minha tristeza hoje diante do que aconteceu aqui nesta reunião, que é saber que alguns aqui compreendem o mundo por uma perspectiva radicalmente diferente da minha. E eu tenho orgulho de não partilhar desse que nega, que separa o envolvimento. Desenvolvimento é a negação do envolvimento. E essa população aqui hoje, 50 pessoas vieram manifestar o seu desejo profundo de se envolver nos processos que estão acontecendo no nosso território, o direito de nos envolver na definição do nosso próprio futuro. E se esse direito nos é negado a gente não vai recuar. Se hoje nesta reunião tinha 50 pessoas se manifestando, na próxima vai ter 500. Obrigada." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a manifestação da Sra. Nathália. Próxima inscrita... Maria Regina. Está na sala? Qualquer coisa a gente retorna aos inscritos. Paulo Astério. Pois não, Sr. Paulo, com a palavra." Paulo Astério de Castro Guerra/Sociedade civil: "Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao senhor presidente pela oportunidade de nos receber aqui nessa audiência. E é muito importante que a gente possa manifestar a nossa opinião e ser acolhida. Eu participei aqui desde o início, acompanhando durante todo esse tempo. Fiquei muito feliz que a reunião foi aberta ao som do Hino Nacional. Isso me encheu de esperança que a gente estivesse aqui entre brasileiros orgulhosos da sua pátria. Mas aos poucos eu fui realmente vendo que infelizmente, até pela própria composição da mesa, a gente tem aqui um representante, gestor de meio ambiente da Codemig, e a Codemig é uma mineradora, uma mineradora que sempre defendeu e continua defendendo os interesses da mineração. E é uma pessoa que está aqui com direito a voto. A gente está há mais de dez anos numa luta, um embate com a Codemig e Codemge, justamente em função de questões minerárias aqui no Circuito das Águas, em que continuamos na luta, apesar de todos os embates, e não vamos desistir por mais esse. É só para situar, para quem talvez não conheça, a Codemge hoje, sucessora da Codemig, é que se diz proprietária das fontes de águas minerais dos parques aqui da região do Circuito das Águas, quando essa propriedade na realidade é do povo, da população de Minas Gerais. Mas se colocando no papel de proprietária a Codemig, Codemge permanece, está sempre atuando em detrimento da preservação do meio ambiente, da preservação das nossas fontes. Então é uma pessoa que de fato não representa os interesses da população. E a gente está aqui há quase dez anos nessa luta com a Codemig e agora com a Codemge, recheada de irregularidades denunciadas pontualmente, ponto a ponto, explicitamente, pela sociedade civil, mas que em todos os momentos são ignoradas simplesmente as evidências, as provas que estão nos processos, para que realmente a finalidade do interesse privado prevaleça. Me assustou quando disseram aqui que a Agência Nacional de Mineração só aprova projetos que não afetam o meio ambiente, o que todo mundo sabe que não é verdade, porque senão não teria Brumadinho, não teria Mariana, não teria o rio Doce inteiramente poluído, morto. E este fim de semana eu estive em Belo Horizonte, saí daqui da nossa região e me assustei quando cheguei perto de Belo Horizonte, na 381, e vi a estrada pintada de marrom, com resíduos da mineração que são transportados pela rodovia. Completamente diferente do trecho aqui mais próximo da nossa região. E o futuro da nossa região, com a aprovação desses projetos, será esse mesmo. A gente se habituar a transitar por uma estrada cheia de resíduos de mineração, no caso até provavelmente resíduos com radiação. Então é muito triste que a nossa bandeira seja submetida a esse espetáculo aqui, ao som do Hino Nacional, mas na realidade onde as decisões aqui estão sendo tomadas olhando única e exclusivamente o interesse das mineradoras, praticamente todas elas, com certeza, estrangeiras, apenas representadas aqui por pessoas que têm o seu interesse financeiro na questão. Muito obrigado." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a manifestação do Sr. Paulo. Próximo inscrito... Sr. Sandoval, pois não, com a palavra." Sandoval de Souza Pinto filho/Sociedade civil: "Boa tarde novamente. Foi tratada aqui hoje nos dois processos, 6.1 e 6.2, a tendência de acontecer judicialização, que é muito grande, todo mundo sabe. Então foram faladas bonitas frases por juristas e opiniões. Eu vou lembrar do que ensinou Rudolf Von Ering lá em 1888, que 'quando o árbitro e a ilegalidade se aventuram audaciosamente a levantar a cabeça é um sinal claro de que aqueles que tinham por dever defender a lei não cumpriram o seu dever'. Então quando a conversa, quando a reunião, quando o ato administrativo não funciona, o resultado disso aqui, claro, que vai ser judicialização. Claro, claro, claro. Então pulo esse ponto. E um assunto que eu citei no início, que é o pedido, não lembrete ao Sr. Cícero, sobre a apresentação que foi prometida aqui,

mais ou menos lá por maio de 2024, sobre pilhas pela ANM, que ainda não aconteceu até hoje, salvo engano da minha parte eu posso ter pulado alguma reunião que eu não assisti. Se já teve a apresentação, eu peço desculpas e peço que me informe que dia que foi para eu assistir. Se não teve, a gente está aguardando ansiosamente a apresentação desse simpósio ou como queira, dessa palestra pela ANM. Outro ponto também, Sr. presidente, sobre a ata, o senhor tirou de pauta e tudo, tem um ponto na ata que eu gostaria já de antecipar um pouco o trabalho da equipe, que o Sr. Renato, no horário mais ou menos 2h30, 2h35, colocou como presidente uma disposição que seria proposta, a própria FEAM, para fazer uma apresentação hoje, uma fala aqui hoje sobre os assuntos tratados naquele momento, que resumidamente a gente versou no item 8.1 sobre a questão dos processos de licenciamento que seriam elegíveis a uma auditoria que estaria sendo contratada. Então não quero dizer que vai ser fala minha, uma vírgula, outra, mas esse ponto não pode, de forma alguma ficar fora da ata, porque ele tem desdobramento na própria ata. No final da ata cita o desdobramento dele em fala minha nesse ponto de Assuntos Gerais, e esse assunto não pode ficar de forma alguma fora da ata, sob pena de desvirtuar o sentido da reunião. Não é um mero detalhe, uma vírgula ou uma palavra. Então eu gostaria muito de pedir essa atenção no item 8.1 para as falas do Sr. Renato e o nosso debate. Eu também falei nesse ponto, e a minha fala não consta da ata. Mas vai ter o momento oportuno para a gente conversar, mas já para evitar de chegar lá e ter que definir, talvez já chega pronto. E o último ponto que eu tenho aqui é a respeito da Pilha Fraile, a expansão 3 e 4, que foi licenciada nesta Câmara com o título de licenciamento 109 em maio de 24. E essa pilha, nós já conversamos um pouquinho sobre ela, senhor presidente, em outra reunião também, não me recordo se na anterior ou na outra, na 129, ela começou a fazer obra, começaram a fazer as obras sem as manifestações dos órgãos intervenientes, Iepha, principalmente o Iphan, já tem comprovado; e a equipe mesmo em greve, parabéns à equipe da FEAM, que esteve aqui em Congonhas mesmo durante a greve. E teve um auto de infração, teve uma interdição, e o desmatamento que ocorreu lá eu vou tentar mostrar aqui agora, se o senhor me permitir, só numa imagem. É o que eu estava tentando, porque eu não tenho muita prática de lidar. Vai ser rapidinho. Vocês estão vendo essa imagem? É só descrever essa imagem e esse lugar. Esse lugar é a tal Pilha Fraile 3 e 4. E isso que se vê desmatado é o que aconteceu nesse ínterim da vinda da fiscalização e a interdição. Aí não tem máquina nenhuma hoje mais não, tem motoserra, não tem nada. Então é para mostrar o que uma greve, o que as tratativas de licenciamento ambiental durante uma greve... Isso é um exemplo que eu estou dando. O que pode ter acontecido nessa Minas Gerais? Senhor presidente, muito obrigado pela compreensão, a todos, e da próxima vez eu já estou mais treinado em colocar as fotos. Valeu. Um feliz Natal para todos também, feliz ano novo. Muito obrigado. Embora o resultado não tenha sido bom, não gostei, foi uma lástima esta reunião em termos de resultado, eu estou muito feliz de estar aqui ao lado de pessoas dedicadas à vida. E agradeço ao senhor, senhor presidente, também pela condução escorreita, sempre escorreita das reuniões. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado, Sr. Sandoval. Senhor Sandoval, eu queria pedir ao senhor. Essas observações que o senhor já tem na ata, manda para a Assessoria dos Órgãos Colegiados, porque aí a gente já insere na ata e adianta na próxima reunião. Próximo inscrito... Sr. Felipe Carvalho... Cefas está presente. O senhor quer se manifestar?” Cefas Garcia Pereira/Sociedade civil: “Eu só queria concluir mesmo, colocar para finalizar que essa audiência acho que tem um papel importante que é escancorar os interesses que são diametralmente opostos entre a mineradora e a população da cidade. Acho que a razão pela qual a gente muitas vezes é visto como incômodo, como chato, ou como até inimigo assim, como se estivesse contra, pura e simplesmente contra, mas não é, é por conflito de interesse mesmo. O que talvez me surpreenda um pouco é a frieza, indiferença dos votantes para com as preocupações que foram colocadas. Eu acho que foram levantados muitos pontos. Isso também escancara o funcionamento institucional, que não está aqui necessariamente para servir a população e muitas vezes funciona, na verdade, como um balcão de negócio dessas empresas, dos sócios, dos acionistas. E eu reforço alguns pontos que eu coloquei anteriormente. O Brasil não de hoje é um dos maiores produtores de alimento do mundo, é um dos países também com maior atividade de mineração e nem por isso o progresso necessariamente chegou para a gente, assim como muitos outros exemplos, Angola, Chile, Congo, que são os maiores fornecedores de matéria-prima da mineração do mundo. São esses países. A regra é não necessariamente porque ali está sendo explorado, porque tem uma empresa ali trazendo negócio e progresso e desenvolvimento, esse país está colhendo os frutos disso, porque o interesse não é para aquela nação. Então quando o interesse é lucro, às vezes, coincidentemente, ele pode atender a necessidade da população ou não, mas a própria questão da mineração, por exemplo, a gente já teve vários exemplos de aumentar a atividade minerária, e isso ser direcionado, por exemplo, recentemente, inclusive, para produção de GPU, por exemplo, que é utilizado em inteligência artificial, e falta esse mesmo minério que é utilizado em produtos de saúde, cosméticos, protetor solar, que é o que afeta a população diretamente. Então eu quero colocar assim, às vezes o interesse satisfaz a população ou não, mas quando o interesse é o lucro não necessariamente isso a atividade está sendo feita para atender a necessidade daquela população. Ela vai seguir o lucro. Se ela atender a necessidade da população, coincidentemente bem, sai todo mundo ganhando, mas isso muito frequentemente não acontece. Vide os desastres. O próprio Brumadinho teve um desastre imenso lá. Paga-se uma multa depois que a empresa já lucrava um tanto, enfim, tudo acaba em pizza. Mesmo assim, vale indenizar esses possíveis acidentes que são levantados, vale correr o risco. A empresa paga, e mesmo assim valeu o risco, o negócio para eles. Então tentar justificar toda essa operação pelo dito progresso, desenvolvimento, para mim, eu acho que é um argumento que não é válido. Acho que a população tem que se apropriar da decisão do caminho desse tipo de exploração na cidade. E no mais eu quero agradecer todo mundo que participou. Eu acho que tem muita gente especialista na área que com certeza deve ter dado um trabalhão levantar os pontos, essa parte mais técnica, que não é o que eu me propus a fazer aqui. Então agradecer todo mundo que está aí e colocar que estamos do mesmo lado. Então vamos seguir com a luta. Fiquei até emocionado de ver representantes da Duda, da Célia Xakriabá, que são representantes que de verdade estão representando o povo; Tiago Braz. Então não me surpreende o resultado da votação, mas a gente segue atento, vigilante, resistente. Vamos ocupar os espaços que a gente tiver daqui para frente. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço manifestação do Sr. Cefas... Sra. Edneia...” Emanuelly Alves Aguilar/SEMAD: “Gisele não está na sala. Adriana Evangelista... São somente esses inscritos, presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço aos inscritos. Falar para os senhores em relação que a gente sempre procurou e procura ouvir todos os senhores, respeitando todas as falas. Lembrando que nós temos um processo de eleição provavelmente no ano que vem aqui pelos órgãos colegiados. Espero ver o senhor aqui, Sr. Sandoval, o senhor aqui conosco. Eu já até adianto, regularizem a situação cadastral das ONGs que os senhores às vezes estão representando para poder participar do procedimento nosso. Que às vezes uma questão de procedimento inviabiliza a participação dos senhores. Nós tínhamos a manifestação de alguns conselheiros também. O Cícero estava aguardando. Pois não, Cícero.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Boa tarde, presidente. Vamos por pontos aqui. Primeiro, parabenizar a sua condução da reunião, agradecer os presentes por trazerem suas observações, porque afinal de contas este é um Conselho tripartite, é para ouvir a sociedade civil, a indústria e os membros do governo. E temos realizado, no meu ponto de vista, esta tarefa com louvor. Antes de entrar nos pontos, eu queria fazer uma breve colocação aqui, uma informação. Neste mês de dezembro tomou posse o novo gerente regional de Minas Gerais, o Cairo Costa Duarte. Ele é servidor da Polícia Federal, delegado. A diretoria colegiada o nomeou, ele vem com uma proposta de melhorar as condições de trabalho da Agência e o atendimento ao público. Então todos nós torcemos, todos nós estamos aqui servidores, torcemos e vamos colaborar com ele para que ele faça uma boa gestão no interesse da sociedade brasileira, no interesse da mineração sustentável, que é a única que a Agência defende. Então seja bem-vindo, colega Cairo. Estamos aqui à disposição. Este conselho, tenho certeza, também se alegrará com sua nomeação e tem grandes expectativas. Com relação a um outro item, a diretoria colegiada tomou uma decisão esta semana também, que reorganizou as tarefas dos diretores. Minas Gerais é o principal Estado produtor de recursos minerais e ficou sob a responsabilidade do diretor geral Mauro. Então essa é uma informação importante também que as empresas e todos os envolvidos no setor mineral precisam saber. As questões de comunicação em Brasília, procurar lá o diretor Mauro. Um outro ponto é com relação ao questionamento do Sr. Sandoval, que ele falou por duas vezes com relação à apresentação. Esse ponto já foi esclarecido duas ou três vezes em outras reuniões, Sr. Sandoval, com relação a essa apresentação sobre barragens e pilhas, que os conselheiros têm pedido ao longo do ano por parte da Agência. Eu diligenciei junto aos diretores diretamente e desde agosto desse ano já encaminhei para o órgão ambiental a apresentação da Agência. Então estamos aguardando que entre na pauta, ou se acharem melhor que seja um evento fechado, como definido. Mas a questão é que a Agência de Mineração está à disposição do setor mineral, à disposição deste Conselho, com o treinamento já pronto desde agosto. Então essas são as três colocações, esses três comunicados, presidente, e peço licença aos colegas conselheiros para fazer um balanço deste ano de 2025, que estamos encerrando aqui, penso eu, de forma muito ponderada e assertiva. Nessas pautas de hoje aqui nós pudemos tratar de minerais estratégicos, de Poços de Caldas. Em outros momentos durante o ano também tratamos do lítio no Norte de Minas, que também é um mineral estratégico, bem mineral estratégico. E várias vezes tratamos de questões envolvendo o minério de ferro. Eu observei que já virou uma prática do mercado, cada vez mais as empresas de engenharia, as empresas de mineração, as universidades, os profissionais estão fazendo um esforço tecnológico para trazer mais efeitos práticos, boas práticas para a mineração. E o

exemplo mais claro é a quantidade de empilhamento drenado que nós estamos vendo, que tem sido pautado aqui neste Conselho. Estamos vendo que a sociedade como um todo entendeu que o empilhamento drenado é mais seguro que as barragens. Também observei ao longo do ano, senhor presidente, e as pessoas que nos ouvem e assistem têm que saber que nós temos evoluído também no reaproveitamento da água, na recirculação da água dos processos. Eu tenho observado nos relatórios, nos Pareceres Únicos, um bom nível de reaproveitamento da água. E isso é uma coisa de preocupação de todos, tendo em vista que nós somos um Estado, digamos assim, populoso e temos uma agricultura pujante, que também precisa de água. Então quando os projetos de mineração se atentam para esse quesito eles estão, de certa forma, tendo uma preocupação geral com o bem-estar de todos, uma preocupação geral com o meio ambiente. E na minha avaliação, queria ver dos colegas também, este Conselho foi muito bem sucedido durante o ano. Superamos os obstáculos, enfrentamos algumas audiências muito tumultuadas. Mas nenhuma dessas pessoas teve sucesso em atrapalhar nossos trabalhos. Muito pelo contrário, o senhor presidente teve capacidade de intervir propriamente nos momentos corretos para assegurar a continuidade dos trabalhos. E este Conselho foi tão bem sucedido, o exemplo de hoje também é notório, nós tratamos aqui de um empreendimento pequeno também. Então nós estamos olhando sempre para a mineração, desde os minerais estratégicos até a pequena mineração. Porque afinal de contas todo mundo precisa de uma areia, todo mundo precisa de calcário para corretivo de solo, para fabricar cimento. São itens de mineração muito básicos, que desde a pessoa mais simples que ganha o salário mínimo ou menos que seja, precisa. Então este Conselho tem tido esse viés integrado, esse viés social de saber a importância da mineração, sempre apoiando a mineração sustentável. No dia de hoje teve um monte de questionamentos, todos genéricos, nenhuma pergunta foi direcionada para as empresas. Eu acredito que isso é um indicativo de que as pessoas que estavam inscritas não viram problema nos estudos ambientais, porque se tivessem visto tinham apontado. E eu quero olhar para o futuro, olhar como representante da Agência, falando em nome da diretoria colegiada e do gerente regional de Minas Gerais, quero olhar para a frente, ver o ano de 2026 ainda mais produtivo, ainda mais próximo da população. Porque a mineração que nós almejamos, sendo este Estado pujante de agronegócio, turismo e mineração, nós desejamos ser liderança em tecnologia, liderança em boas práticas, continuar sendo liderança na formação de engenheiros, geólogos e profissionais da área da mineração. Os advogados que atuam na mineração, todos unidos, todos unidos nos fóruns, em pesquisa, em inovação, em prol da mineração sustentável. Eu encerro aqui meu agradecimento, encerro dizendo que foi um prazer trabalhar com vocês este ano, desejar um feliz Natal, um ano novo com muita saúde, paz, porque nós temos que ser felizes e gratos por aquilo que nós temos. E a saúde e uma ocupação que nós todos temos aqui, isso já é o suficiente para a gente ser grato e se sentir próspero. Então, mais uma vez, tudo de bom para vocês. E são essas colocações, presidente.” **Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:** “Eu agradeço a manifestação do Cícero. A palavra ainda aberta aos conselheiros. Paulo Eugênio, pois não.” **Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira/Codemig:** “Senhor presidente, eu queria responder às pessoas que citaram o trabalho da Codemig. Só dizer que eu sou empregado da empresa desde 2005, então eu fiz 20 anos este ano. Eu me lembro que começou com Aécio Neves, que naquela época a Superaguas é que estava em Caxambu, então realmente não ia ter quem pegar o parque. E a Codemig pegou a pedido do governador para poder manter, para preservar os empregos. Eu não tenho muito conhecimento, eu não vivenciei tudo isso. Eu tinha uma quantidade enorme de coisa para fazer, muitos distritos industriais para licenciar. Mas o que eu me lembro e de um trabalho da Codemig muito forte ali para manter o parque, fazer o licenciamento ambiental. Eu lembro de ter participado de várias audiências públicas. Então eu tenho visto muita coisa da Codemig e não só ali na parte de Caxambu, Cambuquira, Lambari, Poços de Caldas. O trabalho que a Codemig tem feito realmente é muito grandioso, o levantamento aéreo geofísico, os estudos todos, pedidos pela ANM, que foram feitos não só para cumprir exigência legal, mas também para contribuir com a parte tecnológica mesmo. A manutenção dos parques é muito cara, e a concessão é difícil. Hoje nós estamos tentando fazer a concessão de Caxambu, e realmente está tendo muitos contratempos. Para você ter uma ideia, nos últimos tempos agora, nós tivemos que começar a fazer a análise de água praticamente diária. Eu recebo análise diária aqui para analisar. Então é um volume monstruoso de serviço que a gente tem feito. E a Codemig não faz isso nada para o poder político, isso é só para manter mesmo e para ajudar mesmo a população a continuar tendo o parque. Porque é muito cara a manutenção. Quem que ia pegar? A Codemig pegou isso em 2005, até hoje está lá fazendo o que ela consegue fazer. A Copasa já foi concessionária nossa. Então nós temos feito um trabalho de muita persistência para manter o parque lá. Para vocês terem uma ideia. Então, só resumindo, eu tenho um orgulho muito grande de trabalhar na Codemig. Não só na área econômica, possibilitar o desenvolvimento, o desenvolvimento não como ‘des’ ‘envolvimento’, que as pessoas vão deixar de ser envolvidas pela natureza. Não é bem assim que eu vejo. É o desenvolvimento que favorece o progresso social das pessoas, a geração de empregos. Então tem muitas coisas que são necessárias e que não podemos esquecer. Então quando eu faço este trabalho que faço aqui no COPAM eu faço de uma forma extremamente técnica. Então eu procuro analisar sempre os pareceres. Eu já falei isso várias vezes aqui, o voto não é meu, o voto é da Codemig. Então eu sempre consulto qual que é a estratégia da empresa, onde que a gente vai votar. Não estou me isentando da responsabilidade, mas meu trabalho é técnico. Eu que oriento a empresa no voto, mas eu só voto porque ela permite. Então quando vem um parecer para nós, que às vezes leva 5, 6, 7 anos para ser analisado, seria até uma arrogância da minha parte eu querer derrubar um parecer desse. Então eu entro para tentar, como é que se diz, contribuir para o processo. Porque eu sei que a SEMAD fica 5, 6, 7 anos até exigindo melhorias. Uma vez eu perguntei, não lembro se era o Germano que era o subsecretário. ‘Por que só vem processo para a Câmara de Mineração já aprovado?’ Não vem processo para ser reprovado. Ele falou exatamente porque, se não estiver 100% ok, não vem. Então passa por muita análise antes de chegar aqui, muita análise. Então é muito difícil você encontrar falhas, é muito difícil. O pessoal faz um trabalho sensacional. Realmente, o que podemos fazer é parabenizar mesmo os pareceristas da SEMAD e contribuir. Às vezes a gente vê alguma coisa que poderia, eu já consegui ver coisas que tinham passado por todo mundo. É uma coisa interessante, é um trabalho muito engrandecedor, que eu consigo contribuir aqui no COPAM. Tenho muito orgulho da Codemig, tenho muito orgulho do COPAM. E eu acho que são visões de mundo. Não existe só o lado do ambientalista, nós também somos ambientalistas, porque a gente realmente procura ver todos os pontos de vista para poder evitar que haja esse tipo de erro. Nós sabemos que as coisas acontecem. Do meu ponto de vista pessoal, eu não sou insensível ao que a população fala. Eu estou sempre ouvindo, sempre querendo saber da vida das pessoas, interagir. Eu conheço a Toninha desde muito tempo, lá de Caxambu. Então eu valorizo o trabalho de cada uma dessas pessoas que vêm aqui dar sua opinião, que seja para xingar, porque sabemos que meio ambiente é uma parte extremamente emocional. Então tem os dois lados, e estamos buscando esse equilíbrio. Então eu queria deixar essa mensagem, dizer para vocês que, do ponto de vista pessoal, eu realmente sou muito sensível a tudo que vocês falam. Mas eu tenho muito orgulho de ser conselheiro, tenho muito orgulho do trabalho que tenho feito na Codemig também.” **Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:** “Obrigado, Paulo. Eu peço só aos conselheiros que sejam mais sucintos nas manifestações, pelo adiantado da hora. Mais algum conselheiro quer fazer uso da palavra? João, pois não.” **Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg:** “É muito bom, realmente. O nosso trabalho aqui é árduo, mas é muito bom perceber o interesse da sociedade, dos participantes hoje na defesa do meio ambiente. Porque o meio ambiente é importante. O que tem acontecido e às vezes gera algumas discussões e debates é o fato do raciocínio correto não tão correto. Por exemplo, eu queria recomendar que, caso voltem as discussões ano que vem, e eu ainda esteja como conselheiro, desculpa se eu errar o nome, para fazer um estudo até lá das principais cidades mineradoras do Estado em relação ao IDH, participação no PIB, a geração de riqueza delas pela mineração. O mesmo eu diria para o Sr. Sandoval, que tem posições muito sensatas: fazer isso para Congonhas, ver o outro lado da moeda. Em nenhuma vez aqui, Sr. Sandoval, o senhor comentou, por exemplo, qual tem sido a participação da geração de riqueza, emprego, imposto em Congonhas, cidade que minera já há mais de um século. Porque parece que a mineração só destrói. Claro que nós sabemos que tem problemas, sim, concordamos, estamos aqui para discutir e até ajudar no que for possível. Dá uma olhada também, Sr. Sandoval, no Quadrilátero, área mais minerada do Brasil. E pode ser feito também em Carajás. Maior produção de minério de ferro das Américas. Na quantidade de hectares de florestas preservadas. Por favor, a gente discutir quando um dos projetos for abordado, no próximo ano, esses índices. E Sr. Sandoval o senhor tem questionado, inclusive, a nossa participação aqui como conselheiro, que já passou o prazo. Eu ajo como o crente ir à missa, eu não jogo rosário fora nem saio da missa antes da hora. Enquanto o bispo não dê a ordem ou convocar novos fiéis, presidente Yuri, estou aqui à disposição. Largo o que eu tenho de fazer lá e venho aqui, como sempre, em todas as reuniões, dar minha participação ou não. Mas é isso, Sr. Sandoval, estamos de rosário na mão até a última reunião em que formos convocados. E mesmo que não agrade. Mas queremos, como o senhor, ter posições sensatas, com base em argumentação consistente. E por último eu peço à Cleo Martins e à Nathália que consultem as dez cidades mineradoras do Estado, seu IDH, tendo como exemplo Nova Lima, que num dos últimos levantamentos era o maior IDH do país, tem uma história de mineração secular, tem o maior salário médio de Minas Gerais, talvez do Brasil. E todo mundo quer morar lá em Nova Lima. E as outras cidades. Vou citar mais duas: Itaiapuçu, São Gonçalo do Rio Abaixo. E outras. Senhor presidente, muito obrigado.” **Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:** “Agradeço a manifestação do João. Agradecer mais uma vez aos inscritos. Nós tivemos falas importantes e participação importante da sociedade civil, do Poder Legislativo, do Poder Executivo na presente

reunião. Os senhores falavam, algum dos inscitos falou sobre Carlos Drummond de Andrade, que é de uma cidade mineradora. Então ele falava que 'dialogar é dizer o que se pensa e suportar as opiniões alheias'. O Conselho é dialético, é isso aqui mesmo. A gente expõe as opiniões, as opiniões diferentes aceitamos, acatamos algumas observações, sugestões de inclusão ou não de condicionante, baixa em diligência, dependendo de determinadas situações. O Conselho é isso, é um espaço dialético para discussão e exposição de ideias, como foi no presente dia. Muitas das vezes dentro de um Conselho a gente expõe uma dúvida, e aquela resposta que não nos agradou não quer dizer que ela não foi dada. Ela foi sim ofertada, mas não me agradou. Eu discordo com aquilo que foi posto, não quer dizer que a questão não foi respondida. Eu creio que a nossa sessão de hoje, a nossa reunião de hoje alcançou sim os objetivos de escutar todos os senhores. Peço desculpa em alguns momentos eu ter exaltado, se eu falei de forma grosseira com um ou com outro, se eu tirei alguém da reunião foi por motivo, eu tive motivo para tanto. Peço desculpa a todos os senhores, agradeço imensamente a presença. Estou vendo aqui o vereador Tiago. Sr. Tiago, me mandaram aqui o print da tela. A reunião foi aberta, as inscrições às 8h. O primeiro escrito foi o Sr. Daniel Tygel, às 8h02, 8h03, e o último escrito foi às 9h02. Então teve sim o lapso de 1 hora de inscrição. Agradeço mais uma vez imensamente a presença de todos os senhores, senhoras conselheiras, servidores, aqueles nos acompanharam. A parceria no ano de 2025. A Vânia me mostrou agora, foram 134 reuniões. Aproveito o momento para convidá-los, não só na CMI, para participar também das outras reuniões. Eu dou muito valor à participação popular, tanto é que a minha dissertação de mestrado, já falei isso mais de uma vez aqui, mandei até para o Sr. Sandoval o link do repositório da Ufop, é 'A Participação Popular nas Deliberações das Câmaras Técnicas Especializadas do COPAM'. Esse foi o tema da minha dissertação. Então dou muito valor, muita importância a isso que aconteceu aqui no presente dia de hoje e assim como aconteceu em outras reuniões do passado. Mais uma vez, muito obrigado pela parceria. Em nome da FEAM, em nome da SEMAD, desejo a todos os senhores, senhoras conselheiras, servidores, àqueles que nos acompanharam, àqueles que não puderam nos acompanhar, feliz Natal, próspero ano novo. Que Deus abençoe a todos, senhores, senhoras, um ano novo melhor do que foi 2025. Muito obrigado." **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Rafael de Oliveira Trovao, Diretor**, em 30/01/2026, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **132235839** e o código CRC **77399D4D**.

Referência: Processo nº 1370.01.0000412/2026-92

SEI nº 132235839